



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

VICTORIA SPINOLA FELIX

**Trajetórias políticas e acadêmicas de travestis pesquisadoras
brasileiras**

Florianópolis

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

VICTORIA SPINOLA FELIX

**Trajetórias políticas e acadêmicas de travestis pesquisadoras
brasileiras**

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em Serviço
Social.**

Orientadora: Antonella Tassinari

Banca Examinadora:

**Profe. Dre. Ale Mujica Rodriguez (Examinadore externo –
UNAB/Colômbia)**

**Profa. Dra. Alinne Bonetti (Examinadora interna -
PPGAS/UFSC)**

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Spinola, Victoria

Trajetórias políticas e acadêmicas de travestis pesquisadoras
brasileiras / Victoria Spinola ; orientador, Antonella
Tassinari, .

116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social, Florianópolis, .

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Ativismos políticos. 3. Trajetórias acadêmicas. 4.
Epistemologia transfeminista. 5. Travestis. I. Tassinari, Antonella . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social. III. Título.

Victoria Spinola Felix

Título: *Trajetórias políticas e acadêmicas de travestis pesquisadoras brasileiras*

O presente trabalho em nível de **Mestrado** foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profe. Dre. Ale Mujica Rodriguez (Examinadore externe – UNAB/Colômbia) Profa.

Dra. Alinne Bonetti (Examinadora interna - PPGAS/UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de **Mestra em Antropologia Social**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Orientadora

Florianópolis, 22 de março de 2023

Às pessoas trans que ainda acreditam em algum ideal maior justificador de suas existências e esperam pelo segundo sol, dedico-lhes este presente trabalho!

Se estou viva sob este véu da presunção, o qual me permitiu estar posta diante de uma posição de autoritarismo ideológico e de um suposto protagonismo dialético, foi porque a história será escrita de outra maneira daqui para frente...

Hora de abaixar a cabeça e agradecer

Ao longo da minha trajetória de vida sempre me mostrei afrontosa. Humilde ao contrário, detesto me gratificar por conveniência, o que me renderam algumas agressões gratuitas. Deve incomodar muito essa sociedade mesquinha que não admite que podemos ser irreverentes por excelência. Entretanto, algumas pessoas merecem meus agradecimentos:

Minha querida mãe, Mirvana Spinola, a qual sempre esteve ao meu lado se esforçando para me puxar pra cima todas as vezes que insisti em ir “*deeper underground*”. A pessoa íntegra e de caráter sedimentado que sou hoje se espelha nela;

Meu pai, Márcio Felix, exemplo de homem provedor que me deu a vida e sempre me apoiou financeiramente em todos os momentos que precisei, alento capaz de não me fazer desistir dos meus sonhos;

Minha irmã, Mônica Spinola Felix, engenheira mais formosa e equilibrada psicologicamente desse mundo, a qual me iluminou nos momentos em que me vi enterrada e sepultada;

Minhas ilustríssimas interlocutoras, as quais costuram as linhas impermeáveis que tecem a insustentável rede epistêmica que nos une, sem vocês não teria finalizado essa etapa de minha vida, em especial Maria Zanela, minha grande amiga que me motivou a ingressar na pós-graduação e me ajudou a elaborar um projeto para o processo seletivo e Gabriela Silva, travesti e professora mais aterrada e sensata a qual já tive a oportunidade de conhecer;

Minha obstinada orientadora Dra. Antonella Tassinari, a qual se mostrou sempre muito paciente com minhas vicissitudes comportamentais e emocionais;

Às teóricas feministas que acreditam em uma epistemologia anticolonial, afrocentrada e focada nos saberes localizados;

Às mulheres trans e travestis ativistas desse país preocupadas com as novas gerações trans, as quais não deixam a peteca cair em hipótese alguma;

Aos meus inimigos e desafetos que tentaram me derrubar e hoje se arrependem amargamente por terem falhado;

Às pessoas, mesmo anônimas, que acreditam no meu potencial criativo e intelectual de influenciar outros seres, cá estou eu.

RESUMO

O presente trabalho pretende evidenciar as trajetórias de vida de 5 (cinco) travestis pesquisadoras e que exercem o ativismo político ao mesmo tempo, na medida que suas contribuições teóricas ilustram tais narrativas e constrói uma epistemologia insurgente. Pretende-se traçar um panorama histórico sobre os estudos de gêneros voltados às categorias trans; valorizar as contribuições teóricas da corrente doutrinária do Transfeminismo e dos movimentos sociais focados na diversidade de gênero; e externalizar a construção da identidade travesti no contexto brasileiro, buscando reforçar aspectos subjetivos e identitários enquanto gênero dissidente próprio e como se deu a consolidação de um movimento político sólido em torno desta identidade. A pesquisa incluiu, para a sua concretização, a análise daquelas cinco travestis, as quais residem em Balneário Camboriú (SC), Tubarão (SC), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), além da citação de práticas discursivas e trajetórias de vida de outras pessoas trans.

Palavras-chave: Travestis. Trajetórias de vida. Ativismos. Identidade de gênero. Epistemologia transfeminista.

ABSTRACT

The following paper aims to highlight, via oral interviews, the life's path of 5 (five) brazilian travestis researchers, who live in the following cities: Balneário Camboriú (SC), Tubarão (SC), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) and Rio de Janeiro (RJ). They practice political activism at the same time and their narratives set up a rebelling epistemology as well. This work is supposed to highlight a historical overview of gender studies focused on transgender categories; cherish the grants of the Transfeminism's branch and social movements focused on gender diversity; also expressing the construction of the travesti identity in the Brazilian social context, seeking to tighten personal aspects as a dissident gender and how a solid political movement around this identity struggled to be reinforced.

Keywords: Travestis. Life's path. Activism. Gender Identity. Transfeminism's epistemology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Magô Tonhon	11
-----------------------------	----

Figura 2: Erika Hilton	12
Figura 3: Janaína Dutra	21
Figura 4: Márcia Rocha	22
Figura 5: Viviane Vergueiro	24
Figura 6: Hijras - terceiro gênero na Índia	32
Figura 7: Berdaches - etnia Navajo (EUA)	33
Figura 8: Muxes - identidade mexicana	33
Figura 9: Paul Preciado	34
Figura 10: Julia Serano	36
Figura 11: Megg Rayara Gomes de Oliveira.....	37
Figura 12: Maria Zanela	45
Figura 13: Sofia Fávero	45
Figura 14: Amara Moira	46
Figura 15: Jaqueline Gomes de Jesus.....	47
Figura 16: Gabriela da Silva	48
Figura 17: Thiffany Odara	52
Figura 18: Helena Vieira.....	72
Figura 19: Linn da Quebrada.....	74
Figura 20: Indianare Siqueira	76
Figura 21: Céu Cavalcanti.....	79
Figura 22: Lirous Fonseca	80
Figura 23: Maria Clara Araújo dos Passos.....	86
Figura 24: João W. Nery	93
Figura 25: Brume Dezembro	97
Figura 26: Keyla Simpson	104

SUMÁRIO

1	UMA BREVE SINOPSE	11
2	INAUGURANDO O ESPETÁCULO	18
3	LUZ, CÂMERA, AÇÃO	19
3.1	EU, A APRESENTADORA DO SHOW.....	19
3.2	ADEUS AO SISTEMA.....	22
3.3	A ANTROPOLOGIA SOCIAL COMO BASTIDORES	28
3.4	O TRANSFEMINISMO ENQUANTO DIRECIONAMENTO TEÓRICO.....	35
3.5	O SHOW COMEÇOU, O TRABALHO DEU CERTO.....	39
3.6	AGORA É QUE SÃO ELAS	44
4	QUEM É A TRAVESTI?	49
4.1	SOBRE IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES POSSÍVEIS.....	49
4.2	O NASCIMENTO DA CATEGORIA IDENTITÁRIA TRAVESTI.....	57
4.3	A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE TRAVESTI	59
5	RESISTINDO AO SISTEMA	69
5.1	POR QUE FALAR DE TRAJETÓRIAS?	69
5.2	ENTRE POSSÍVEIS ATIVISMOS.....	73
5.3	DA ESCOLA À UNIVERSIDADE	85
5.4	A TRANSIÇÃO DE GÊNERO ACONTECE	91
5.5	DO DIREITO À AUTONOMIA DE GÊNERO	93
5.6	POR UMA EPISTEMOLOGIA TRANS-TRAVESTI	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS TEÓRICAS	108
	APÊNDICE A	115

1 UMA BREVE SINOPSE

“É preciso riscar a navalha no chão. É daqui pra adiante. Não estamos dispostas a negociar nossas vidas. Já ultrapassamos o limite do intolerável.” (TONHON, 2020).

Figura 1: Magô Tonhon



Preste atenção, pessoa que me lê, ao primeiro ponto: ser uma pessoa trans¹ no Brasil significa carregar uma cruz que possui um peso político inestimável. Sou travesti e posso afirmar que nossas vidas representam uma afronta aos valores morais vigentes, por inúmeros motivos, que vão desde os relativos às normas de gênero vigentes, ao que é normal ou meramente aceitável, e ao que é certo, ao que é mais honroso e ao que é esperado para os ditames da cisheteronormatividade.²

Como diria a antropóloga, historiadora e professora Lilia Schwarcz, em sua página do Instagram no dia 04 de dezembro de 2021, ao saber da aprovação do jurista André Mendonça para Ministro do STF, “repúblicas deveriam, em tese, ser formas de governo laicas e que só respondem ao povo, e não a um credo.” Schwarcz nos alerta para o fato da responsabilidade pela “vitória” do novo ministro ter sido atribuída a Deus em detrimento do Estado Democrático de Direito³, e adverte que liberdades políticas deveriam ser o fundamento de nosso Estado, e não “Brasil acima de tudo e Deus

¹ Em Jesus (2012), denomina-se pessoas trans ou transgênero as que não são identificadas com o gênero que lhes foi determinado no nascimento.

² Conceito teórico cunhado a partir da ideia de que existe uma normatividade que insiste na heterossexualidade e na cisgeneridade, ambas compulsórias, convertendo tais conceitos, até então distintos, em um único.

³ situação jurídica, ou um sistema institucional, no qual cada todos os cidadãos são submetidos ao império do direito. O estado de direito é, assim, ligado ao respeito às normas e aos direitos fundamentais.

acima de todos”. Esse mesmo Deus permitiu que o Poder Executivo fosse presidido por outros protagonismos nos anos seguintes, felizmente.

Fazer antropologia, em tempos como os de agora, nos coloca numa situação bastante caótica: é preciso condenar alguns males que acompanham a tessitura política da nossa tão recente democracia: um deles é o fundamentalismo religioso; o outro o fascismo institucionalizado nos discursos de ódio direcionados às minorias e o principal deles, a falta de representatividade política e acadêmica de pessoas trans.

Em contrapartida, temos hoje deputada federal **Erika Hilton**⁴ no Congresso Nacional como a primeira travesti negra a ocupar um cargo legislativo desta dimensão, eleita no início de outubro de 2022. Ela veio com tudo e trazendo consigo um apoio revolucionário das minorias periféricas.

Figura 2: Erika Hilton



Início meu trabalho afirmando que a construção de uma cidadania sólida que abarque todos os direitos fundamentais das populações trans ainda é irrisória, sabemos, e o Estado Democrático de Direito, essa forma de Estado cunhada no final dos anos 80 pela Constituição Cidadã, que deveria oferecer proteção jurídica a todos os sujeitos, por inércia e omissão legislativa não garante ações afirmativas capazes de fazer com que estejamos presentes nos maíus variados círculos e instituições políticas.

Apela-se ao fato de que não há nenhum membro do Poder Judiciário que se defina como trans, até onde se sabe, e se existe algum desconheço. Representantes

⁴ Travesti, crescida na periferia de Francisco Morato, município localizado na Zona Metropolitana de São Paulo, sempre atuou durante sua trajetória política em prol das causas voltadas aos direitos das pessoas negras e LGBTIQIAP+. Atualmente é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pelo qual, nas eleições estaduais em São Paulo de 2018, desempenhou papel de codeputada estadual em mandato coletivo encabeçado por Mônica Seixas. Nas eleições municipais de 2020 obteve notoriedade ao tornar-se a primeira vereadora transgênero eleita pela cidade de São Paulo, tendo sido a mais votada do país para o cargo. Em 2022 ingressou na disputa eleitoral por uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Estado de São Paulo, logrando êxito e se elegendo deputada federal com 256.903 votos.

legislativos não somam meia dúzia. E o que os agentes estatais fazem para que haja uma mudança de paradigma no status quo e modus operandi das organizações civis que insistem em dizer que lutam pelos nossos direitos civis?

Sabe-se que nosso país vive uma conjuntura política desfavorável ao desenvolvimento de novas políticas públicas que incitem um maior reconhecimento social de nossas categorias identitárias, haja vista o enorme peso ideológico do discurso bolsonarista presentes nas eleições do ano de 2022, e portanto, nada mais justo do que reforçar o referido engajamento teórico necessário a fim de decretar nossas existências como dignas, legítimas e inteligíveis.

É oportuno dizer que Universidades federais começaram a ter sua estrutura física precarizada e sucateada em função dos recentes cortes, orçamentários relativos ao sistema de educação em 2022, e somado a esse fato, após a pandemia de Covid-19⁵ culminar em inúmeras vidas serem ceifadas em decorrência da negligência do Governo Federal, em especial do Ministério da Saúde, em não ter aberto diálogo com a comunidade científica sobre tomar medidas sanitárias drásticas, na qual se inclui a criação de uma vacina eficaz na imunização contra o vírus causador.

Não são raras as notícias sobre assassinatos e mortes de travestis e mulheres trans⁶, sendo quase sempre relacionados ao contexto da prostituição e a represálias sociais de anônimos. Em algumas publicações na plataforma Facebook, notícias de pessoas trans que se suicidaram, tratamentos estéticos de alto risco com um final infeliz⁷, e outras tragédias mundanas. Eis a nossa realidade, posta nua e crua na frente de qualquer expectador.

Sabe-se que pessoas trans carregam, involuntariamente, uma carga política inerente em suas práticas discursivas e narrativas de vida, e que inúmeras razões, as quais serão apontadas no presente trabalho, justificam o ranço de invisibilidade que permeia as discussões acadêmicas referentes às vivências de pessoas trans. Visto

⁵ Em 11 de março de 2020 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e somente em 07 de janeiro de 2021 foi aprovada o uso emergencial da vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a aplicação da primeira dose no Brasil.

⁶ Conforme o último dossiê realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), entre o ano de 2017 e 2021 foram oficializados 781 assassinatos de pessoas trans brasileiras. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 105 casos, aparece em 1º. Em 2º, o Ceará com 73 casos e a Bahia em 3º com 72 assassinatos; Minas Gerias com 60; o Rio de Janeiro com 59; Pernambuco com 46 casos, Paraná com 36; Pará com 31 assassinatos, Goiás com 28 e Paraíba com 27.

⁷ O grupo Plásticas Trans – Feminização/Resultados FFS, composto somente de pessoas trans, mostram resultados infelizes de procedimentos estéticos em alguns posts.

isso, imprescindível a propositura, por meio desta obra, de mudanças ideológicas, políticas, antropológicas e jurídicas na estrutura social⁸ que deslegitima, invisibiliza e vilipendia o lugar de fala de mulheres trans e travestis.

Sendo assim, tendo a aquisição e produção de conhecimento científico se tornado tão valioso nos últimos anos, nada mais justo exaltar a trajetória política e acadêmica de 5 (cinco) pesquisadoras travestis⁹, da região Sul e Sudeste do Brasil, em que suas práticas discursivas, contribuições teóricas, histórias de vida e narrativas acerca de si mesmas serão evidenciadas por meio da análise de entrevistas feitas com as mesmas. **São elas: Gabriela da Silva, Jaqueline Gomes de Jesus, Amara Moira, Sofia Favero e Maria Zanela.**

A vida de uma pesquisadora travesti é marcada por um intenso desejo em ocupar espaços nunca territorializados por pessoas trans até a última década: o das universidades federais. Isso por que sem a implementação da política do uso nome social¹⁰, em 2014, era impossível ter nossas identidades respeitadas integralmente, com fundamento na dignidade da pessoa humana. Todo o aparato institucional universitário não estava preparado para lidar com gêneros inconformes, tampouco existiam mecanismos didáticos para garantir que a permanência de pessoas trans fosse viável.

Segundo dados estatísticos da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), cerca de 2% da população absoluta brasileira se identificam como trans, aproximadamente 70% das mulheres trans e travestis não concluíram a educação básica e menos de 1% são graduadas no Brasil. Em outra pesquisa do mesmo tema realizada em 2017 pela Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil, constatou-se que 82% das pessoas trans abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos e relatam ter sofrido situações de discriminação em virtude da identidade de gênero.

Quando as interlocutoras contam sobre seus registros, fatos, escritos, histórias e modos de estar no mundo, me interessa registrar, enquanto aspirante a antropóloga,

⁸ Em Lévi-Strauss (2012), as relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção de modelos que tornam manifesta a própria estrutura social, que jamais pode ser reduzida ao conjunto das relações sociais observáveis em cada sociedade. (p. 400)

⁹ Todas as interlocutoras se identificam exclusivamente como travesti, com exceção de Jaqueline Gomes que alterna entre se identificar como travesti e mulher trans, a depender do contexto social inserido e pessoas envolvidas.

¹⁰ Somente em 28 de abril de 2016 foi publicado um Decreto de âmbito federal dispendo sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

a reconstituição dessas narrativas para delinear os processos pelos quais esses sujeitos ganharam lugar nesses espaços, dando ênfase no lugar social onde querem chegar com suas pesquisas e ativismos políticos.

Portanto, a pergunta auto-explicativa vem à tona: De que modo ressignificamos nossa ocupação nos espaços públicos ao estarmos produzindo conhecimento senão criando mecanismos de subversão e resistências ao processo de educação excludente que nos é imposto em nosso país?

Agora esmiuçarei a estrutura da presente dissertação de mestrado. No **primeiro capítulo** desta obra, **Luz, Câmera e Ação**, após uma apresentação da minha trajetória, retratarei brevemente um panorama histórico sobre os estudos de gêneros voltados às categorias trans, realçando a incipiência dos trabalhos etnográficos da antropologia moderna focados nas categorias transfemininas¹¹, com ênfase no transfeminismo interseccional.

Ato contínuo, apresento a definição do que é de fato uma intelectualidade e epistemologia trans¹², no sentido de valorizar as contribuições teóricas e pragmáticas da corrente doutrinária do Transfeminismo e dos movimentos sociais focados na diversidade de gênero.

Ainda no capítulo inaugural, direcionarei meus aportes teóricos e metodológicos aos estudos decoloniais que evidenciam a interseccionalidade de opressões de gênero, de raça e de diferentes hierarquias do saber, já que não há construção de uma epistemologia trans sem uma concreta interdisciplinaridade dos conceitos trabalhados na presente obra com os dispositivos socioculturais que regulam nossos corpos.

E no último ato do primeiro capítulo, reservo um espaço para delinear o contexto sócio-histórico ao qual a pesquisa está inserida, haja vista as circunstâncias de vulnerabilidade social que circundam pessoas trans e da insuficiência de pesquisadoras trans que são doutoras ou que estão em processo de doutoramento, além de contar um pouco sobre as condições necessárias para que a pesquisa fosse concretizada, uma apresentação breve sobre as interlocutoras, os motivos pelos quais foram escolhidas por mim como atrizes deste espetáculo e a metodologia de pesquisa escolhidas por mim, ressaltando as dificuldades e percalços enfrentados.

¹¹ Aqui se incluem mulheres trans e travestis

¹² Através de uma teoria de produção de conhecimento em torno de pesquisas realizadas por pessoas trans, objetiva-se construir uma nova forma de construção do pensamento científico

Já no **segundo capítulo**, denominado ***Quem é a travesti***, hora oportuna de apresentar, em miúdos, a construção da identidade travesti no contexto brasileiro, reforçando aspectos subjetivos e identitários enquanto gênero dissidente e como se deu a consolidação de um movimento político sólido em torno desta identidade.

E no **último capítulo**, ***Resistindo ao sistema***, o carro-chefe da dissertação, serão delineadas as trajetórias políticas e acadêmicas das minhas interlocutoras, desde a entrada na universidade e o primeiro contato com a militância relacionada às questões trans, que foram capturadas através de entrevistas orais, em um tom de manifesto político, além de narrativas e elucidações de outras pessoas trans brasileiras. Neste capítulo além de relacionar ativismo e a produção do conhecimento, demonstro a importância de se falar de trajetórias no meio acadêmico e o nascimento de uma epistemologia trans.

Nessas entrevistas orais, todas me informam como se deu a introdução no movimento trans e descrevem sua participação no mesmo, além de justificar o motivo pelo qual escolheram a docência como ideal profissional, além de me definir as barreiras enfrentadas enquanto pesquisadoras. Ademais, é questionada a forma como se deu suas transições de gênero e o processo de auto-afirmação de suas identidades. No mais, elas informam quais são suas contribuições epistemológicas de maior relevância e quais são suas pretensões profissionais e acadêmicas.

Por conseguinte, ao promover uma multiplicidade de narrativas, o que se pretende aqui, sobretudo, é lutar para se desestabilizar o regime de autorização discursiva presente nos mais diversos lugares onde se predomina uma hierarquização de saberes (RIBEIRO, 2017). Não só pessoas cisgênero¹³ podem falar sobre pessoas trans, como acontece na maioria dos trabalhos acadêmicos, mas pessoas trans, como é o meu caso, podem falar sobre pessoas trans, ou melhor, devem falar exatamente por existir uma inequívoca simetria em nossos lugares de fala e uma miríade de similaridades em nossas experiências de vida.

Neste último capítulo, o qual predomina uma maior riqueza literária e uma suposta potência criativa autoral, investigo a relação entre vida acadêmica e política, enquanto ativistas e pesquisadoras, e onde elas dialogam entre si, buscando evidenciar a originalidade de suas pesquisas e seus protagonismos, na medida em

¹³ Pessoas as quais se identificam com o gênero designado no nascimento.

que suas trajetórias são elucidadas como exemplares, de modo a exaltar a magnitude de suas potências discursivas.

É preciso muita coragem para r(existir), porque os tomates podres podem ser lançados contra nós ao virarmos de costas. Risadinhas, deboches e outras eventuais formas de nos deslegitimar sempre estarão presentes nessa trama social que nos envolve. É o preço que se paga, sabemos. Mas vale a coroa, admitimos. Ela é pesada mas é pomposa.

2 INAUGURANDO O ESPETÁCULO

Não vejo quase nenhuma mulher trans ou travesti na rua ao sair de casa. Pouquíssimas, na verdade, e quando as vejo elas nem me olham diretamente no olho, ou não me reconheçam como igual, ou talvez não imaginem que eu seja igual a elas. Enfim, há de se pensar o real motivo desta peripécia cotidiana, de estarmos tão distantes uma das outras, de que a maioria quase não sai de casa e quando sai é sempre na calada da noite.

Quando encontro uma igual nas esquinas mundanas, ou quando identificam a minha travestilidade e automaticamente olham, num átimo de segundo, é nítido que direcionam um tom de competição ou de que não deveríamos ser confidentes. Ou de que seria proibido somar nossas forças motrizes, sob pena das estruturas sociais que mantêm o patriarcado vivo ruírem. Pois felizmente isso vai acontecer tão logo, prova disso é de que as próximas páginas apontam para uma travesti graduada no curso de Direito na UFSC e agora mestre em Antropologia Social. *Saravá*.¹⁴

Às vezes me pego recordando sobre os inúmeros eventos em que eu era a única travesti de um dado evento e o meu maior medo era de que localizassem a minha diferença naquele território. Isso aconteceu com mais frequência no começo da minha transição de gênero, há uns sete anos em Florianópolis, vulga Ilha da Magia¹⁵, quando meu maior medo era sofrer violências físicas que me deixassem cicatrizes eternas. Hoje perdi o medo, felizmente, pois ele só serve para nos privar de sermos livres.

Mas, em compensação, o medo deu lugar à vontade do ataque, de ser referenciada por outras iguais, de protagonizar situações em lugares inóspitos, de deixar um legado ímpar, de ensinar outras pessoas a respeitarem quem se é diferente. É só deixar ir, não tem mistério. A vida passa a ser mais leve.

¹⁴ Saudação utilizada nas religiões afro-brasileiras na qual tem o significado de "salve!" ou "viva!"

¹⁵ O nome remete às lendas urbanas folclóricas sobre a existência de mulheres feiticeiras e benzedoras, que tendo fugido do Tribunal da Inquisição por meio dos barcos dos colonizadores açorianos, chegaram na ilha na metade do século XIII

3 LUZ, CÂMERA, AÇÃO

A estrutura do presente trabalho remete a um evento performático em que atuamos, talvez em causa própria, como num monólogo, talvez em um espaço em que haja poucos expectadores. Talvez haja cachotas e comentários maldosos, talvez as pessoas não fiquem até o final. Mas quem quiser comparecer, que o faça com vontade.

3.1 Eu, a Apresentadora do Show

Tudo é político. O simples fato de eu ter tomado uma pílula de estrogênio há alguns minutos reflete o ser político que existe dentro de mim porque desafio os fundamentalistas cristãos que dizem “isso não é de Deus, é bruxaria”. Atravessar a calçada e adentrar intimamente no olhar do motorista do carro que parou e identificar um olhar de desejo é um ato político porque informa que sou mulher para aquele sujeito. Entrar no mar e ter meu corpo denunciado pelas minhas genitálias escondidas e por um certo descontentamento com minha natureza biológica revela que meu corpo é político. Tudo vai ficando cada vez mais político e o peso da minha existência no mundo tem sido gradualmente ressaltado por essa tendência a transpirar política. Quem disser o contrário que atire alguma pedra. (Victoria Spinola, 2019)

Severas vezes me vejo lendo meu nome, às vezes de trás para a frente, e fico surpresa com a força do meu nome. Desde que minha transição de gênero veio à tona, lá em meados do ano de 2015, passei a evidenciar o sobrenome da linhagem materna: Spinola. Lá em meados do século dezoito alguns militares da cidade de Gênova chegaram no interior da Bahia e foram descendendo Brasil abaixo, até que chegaram em Cuiabá, bem no centro desse pedaço de terra gigante no Oceânico Atlântico. Não é à toa que lá fica o centro geodésico da América do Sul. E depois de umas quatro gerações eu nasci, numa noite de lua crescente em uma segunda-feira, dia de *Exu*¹⁶, uma semana antes da ceia de natal.

Do lado paterno, da família Félix, sei que vieram do interior do Rio Grande do Norte, de uma cidade onde a seca predomina em um período bastante longo. Meu avô paterno era negro do olho meio verde, meio azul e se casou com uma branca de pele bem claro e cabelos louros escuros em Curitiba, onde viveram longos anos, indo para o Mato Grosso anos depois.

Grandes banquetes vivíamos enquanto eu morava em Cuiabá, no estado do Mato Grosso, até os meus 17 anos de idade, isso antes de vir para Florianópolis e ingressar na universidade. Felizmente posso me considerar sortuda por sempre ter

¹⁶ Orixá responsável pela comunicação dos seres humanos e o plano divino.

tido uma família acolhedora, próspera e que sempre me estimulou a procurar o caminho do conhecimento, do espírito científico, do universo acadêmico, e assim alcei voos para iniciar a minha formação acadêmica numa das melhores universidades do Brasil: a Universidade Federal de Santa Catarina.

Entrei no curso de Psicologia da UFSC em meados de 2009, quando tinha 17 anos de idade, e depois de ter cursado duas fases, prestei vestibular novamente para o curso de Direito, logrando aprovação em seguida no primeiro semestre de 2011. Após três anos, com ajuda financeira da minha família, viajei para Londres a fim de realizar um curso intensivo da língua inglesa e vivenciar uma experiência cultural nunca vivida. Foi aí que descobri realmente quem eu era e que precisava assumir isso para o mundo.

Meu primeiro nome, que eu só passei pra versão feminina do nome com o qual fui designada no ato do meu nascimento, por si só indica que sou uma pessoa que não deito, custe o que custar. Victoria indica que o meu movimento no mundo sempre pende pra frente, aquela que não cai, que balança mas não cai, por assim dizer. *Laroyê*,¹⁷ quem cuida de mim não dorme.

O alvo é sempre certo: nosso brilho, nossa existência, nosso apagamento. Nós, mulheres trans e travestis, estamos repletas de uma luz singular que nos traz uma carapuça de esplendor e extravagância. Sim, somos diferentes e isso por si só atrai os bastidores, os holofotes e as tragédias mundanas. Onde há travesti há alvoroço.

É desolador tomar consciência de todo o descaso do Poder Público¹⁸ em dar visibilidade nos veículos midiáticos da existência do fenômeno do transfeminicídio¹⁹, mas não ousei em afirmar que foi exatamente na tentativa de desatar esse nó cego que me motivou a chegar até aqui. E não faltaram motivos para que meu motor viesse a parar de funcionar, haja vista a ausência de combustível emocional, psíquico e mental vivenciado nos últimos anos; mas ousei em continuar e não desistir no meio do caminho.

¹⁷ Expressão usada nos rituais das religiões de matriz africana como saudação à entidade Exu. Ela pode ser traduzida como "Salve, mensageiro".

¹⁸ O Poder Legislativo tem falhado na elaboração de dispositivos legais que positivem a efetivação dos direitos de pessoas trans, sobrando ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário a compensação de tal inércia.

¹⁹ Conceito jurídico criado para descrever o assassinato de travestis e mulheres transexuais em função da identidade de gênero.

Quando me imaginei iniciando uma pós-graduação na área das ciências humanas foi exatamente porque havia me dado conta de que gostava muito de gente, do bicho homem, de estudar o âmago da natureza humana, de tocar o que há mais imundo e passível de indignação, de compreender a propensão que alguns seres possuem em dizimar certas vidas que julgam menos importantes por terem aversão, nojo, ou medo de estarem perto. Jogue você, pessoa que lê o presente trabalho, a palavra travesti no mecanismo de busca do Google e note que o título das reportagens que aparecem, quase sempre, traz à tona um cenário de criminalidade envolvida, seja como algoz ou vítima.

No final do ano de 2022, como toda regra possui sua exceção, o Google se encarregou de homenagear **Janaína Dutra**, a primeira travesti a possuir a inscrição profissional nos quadros da OAB, fato que ocorreu no final da década de 80. A título de informação, **fui a primeira pessoa trans a me inscrever nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na seccional de Santa Catarina**, em meados de 2018, entretanto nunca fui muito envolvida com as atividades organizadas pela mesma por não me sentir acolhida e não identificar naquelas um engajamento referente às causas humanitárias.

Figura 3: Janaína Dutra



Julgo que a formação enquanto antropóloga representa um diferencial muito requisitado na minha formação enquanto jurista. Somos nós, defensoras dos direitos humanos e pertencente às minorias sociais identitárias que iremos mudar esse país, pode acreditar. Se estou viva e não desisti dos meus ideais, só pode ser obra de um futuro de humanidade muito mais promissor, igualitário e justo. Assim seja.

3.2 Adeus ao Sistema²⁰

Me olhe como quiseres, que hoje não ligo mais.
 Críticas que a tantos ferem,
 há muito, só ferem os demais.
 Sigo de cabeça erguida ignorando os passantes,
 suas feições ressentidas, deboches, sorrisos infames.
 Vivo na ilha segura de minhas convicções,
 onde o espelho é ternura, verdade sem decepções.
 Tu, que já não compreendes minha maneira de agir,
 deixo esquecido na mente, já não me podes atingir.
 Pelo que sou não me culpo, cabeça erguida mantenho,
 e ao mundo não me esculpo, ignorando seu cenho.
 Sou o que sou, já não nego,
 desfilo entre os demais e às regras terrenas renego.
 Arreponder-me jamais!
 Sou mais um fruto da vida que todos terão que engolir.
 Sou livre, alegre e sofrida,
 sou homem e mulher, travesti
(MÁRCIA ROCHA²¹, 2009)

Figura 4: Márcia Rocha



Existe um fato notório que merece um grifo especial: as próximas páginas foram escritas por uma pesquisadora trans que fala sobre questões trans. Narrativas e acontecimentos trans. Problematizações políticas e acadêmicas trans. Tragédias e conquistas trans. Um atentado ao sistema de normas de gênero que não prioriza vidas trans. Um despautério para as forças coloniais que menosprezam identidades de

²⁰ **Viviane Vergueiro**, em sua dissertação de mestrado (2015), utiliza o termo fazendo referência a Grosfoguel (2012), que caracteriza um “[c]istema-mundo ocidentalizado, cristão, moderno, colonial, capitalista e patriarcal que produz “hierarquias epistêmicas” em que perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas e silenciadas. O conceito tem o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional de perspectivas “cis+sexistas”, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’.

²¹ Travesti paulistana, advogada, empresária e ativista, criou em 2013 a plataforma *Transempregos*, no intuito de estimular a contratação de pessoas trans por empresas que se sensibilizam com ativismos trans.

gêneros inconformes. Uma descolonização audaciosa sobre os espaços de conhecimento.

Frantz Fanon (2005), em sua obra *Condenados da Terra*, considerada um dos trabalhos mais brilhantes sobre a forma como o colonialismo e o fascismo assolou a África no século XX, advoga acerca do espírito do fenômeno da descolonização:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação - ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono - foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que "os" conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial (p. 26)

Ainda, na mesma obra, o pensador caribenho indica que a descolonização, nada mais é, do que a criação de homens novos, de que os últimos serão primeiros e que ela por si só é um triunfo. Nada mais justo do que ilustrar o presente trabalho com essa frase, já que quase sempre pessoas transfemininas são excluídas dos espaços de tomada de decisões políticas, de aquisição de conhecimento, do mercado de trabalho formal, dos seios familiares e de outros espaços que propiciam o convívio social público.

Somos nós, pesquisadoras trans, mestras, doutoras e professoras, que mudaremos o paradigma das gerações futuras de pessoas trans que estão prestes a acessar o ensino superior.

Muito provavelmente seremos nós as primeiras professoras universitárias trans a ocuparem um emprego efetivo estável. Fomos nós as primeiras a proporem a implementação, de forma coercitiva²², de ações afirmativas nos processos seletivos para inserção nas universidades como arma letal contra as colonialidades²³ do saber científico (VERGUEIRO, 2015).

²² Aqui se faz referência a um modelo que obriga, por meio da lei, a realizar algum ato jurídico.

²³ Restrepo e Rojas (2012) a definem como um fenômeno histórico complexo que se estende para além do colonialismo, referindo-se a um padrão de relações de poder que opera pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas.

É nesse espírito crítico que **Viviane Vergueiro** (2015), travesti, economista, ativista e atualmente doutoranda na Universidade Federal da Bahia, defende, em sua dissertação de Mestrado, que as narrativas realizadas por pessoas trans sobre suas próprias vivências constituem, sobretudo, uma importante arma contra o sistema normativo de gênero e contra as colonialidades do saber, justamente por enfraquecer epistemologias tradicionais, que são historicamente racistas, heterocentradas²⁴ e cissexistas²⁵. Para a pesquisadora, (auto)etnografias possuem o condão de deslocar hierarquias epistemológicas dominantes que valorizam o experimentador (geralmente homem, cis, hétero, branco e cristão) em detrimento da “pessoa nativa”, vista como “envolvida demais” (p. 188), no sentido que são capazes de refutar posições de privilégios etnocêntricos e permitir que as posições de poder sejam subvertidas e questionadas.

Figura 5: Viviane Vergueiro



No mesmo diapasão, observa-se que a linguagem colonial, a partir da qual constituímos nossas identidades e modos de subjetivação, nos limita em todas as instâncias, já que reconfigurar a nossa história a partir de discursos linguísticos que privilegie nossas narrativas escritas por nós mesmas requer recriar uma nova linguagem para contar algo por meio dela e ressignificar os atores e posições sociais em questão, reforçando assim protagonismos políticos (JESUS, 2014).

A palavra protagonismo político, cunhada por vários antropólogos clássicos, faz referência aqui ao pioneirismo em algum segmento, campo ou nicho específico, geralmente relacionado a tomada de decisão em espaços de poder. No campo das

²⁴ O termo faz referência à valorização excessiva da heterossexualidade.

²⁵ O termo faz referência ao sexismo enquanto sistema estrutural que ocasiona violências de gênero e à cisgeneridade enquanto condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

ciências humanas, o termo tem sido utilizado para designar grupos ou conjunto de atores sociais que desencadeiam ações e se colocam ativamente na construção da história (MINAYO, 2001).

Frequentemente tem-se observado a propagação de discursos de ódio veiculando a ideia de que gêneros dissidentes da norma de gênero padrão, ou seja, pessoas trans, são uma aberração. O recorrente discurso pode ser considerado como um produto de uma série de forças socioculturais e institucionais que produzem a cisgeneridade como “natural” (BENTO, 2006).

Durante anos, até o século XIX, os corpos eram pensados a partir do paradigma do isomorfismo corporal, em que os corpos de ambos os gêneros eram compreendidos a partir de uma estrutura única: os homens possuíam as genitálias para fora e as mulheres possuíam as mesmas genitálias invertidas, para dentro (LAQUEUR, 1994).

Como nos revela Bento (2006), entendia-se que o corpo da mulher historicamente não existia, e sua materialidade remetia-se à moda da filosofia platônica: um corpo masculino “mal desenvolvido”. De acordo com essa forma de entender os corpos sexuais, a mulher era vista como um ser menos evoluído, vil, abjeto e que advém da falta. Contudo, essa concepção corporal se modificou ao longo do século XIX, passando ao que conhecemos hoje como dimorfismo de gênero, ou seja, a noção de que os corpos humanos apresentariam duas possibilidades: a com pênis e a com vagina; entre outras palavras, a “masculina e a feminina”.

O dimorfismo de gênero supracitado se inaugura, principalmente, através da consolidação das correntes filosóficas positivistas, que visavam classificar os corpos com base nos caracteres sexuais secundários, e a partir daí definir o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade ocidental. Desse modo, atribuiu-se aos corpos, através de um complexo aparato de discursos médicos, culturais, religiosos, jurídicos e sociais, um papel determinável para cada gênero.

Vergueiro (2015), ao teorizar sobre a noção da autenticidade e inteligibilidade dos gêneros, aduz que o *cistema* sexo/gênero presente em nossa sociedade tem seus mecanismos de funcionamento produzidos através da normatização de três elementos: da pré-discursividade, da binariedade e da permanência para os corpos e identidades de gênero, caracterizadores e fundadores do mecanismo da cisgeneridade, e que portanto moldam e estruturam a forma como o sistema normativo de gênero coage nossos corpos.

Para a autora (2015), o domínio da pré-discursividade estaria embutido no entendimento sociocultural de que é possível definir corpos sexuados e generificados a partir de determinadas características anatômicas sinalizadas pelos caracteres fisiológicos, hormonais e cromossômicos, corroborando assim com as teorias essencialistas de gênero, onde os atributos físicos determinam o gênero de um indivíduo.

No mesmo timbre, Butler (2003) afirma que reforçar a dualidade do sexo sob um domínio anterior ao discurso que nos define enquanto seres generificados é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna da estrutura binária do sexo é perfectibilizada, a fim de que se legitime a racionalidade jurídica e científica sobre como os corpos devem se apresentar no mundo, na medida que são constrangidos por colonialidades de saberes hegemônicos (VERGUEIRO, 2015).

Já o fenômeno da binariedade, para Vergueiro (2015), traduz a ideia de que todos os corpos, se “normais”, apresentam duas possibilidades de existência: macho/homem e fêmea/mulher, desconsiderando assim a historicidade dos corpos generificados e restringindo o destino de muito deles enquanto potência de diversidades, na medida que potencializam violências sistêmicas, estruturais e simbólicas, já que reforçam lugares de fala determinados *a priori* e nos submetem a papéis sociais impostos coercitivamente.

Não é à toa que se celebra, nos enfadonhos *chás de bebê*, se o gênero vai ser feminino ou masculino, como se isso fosse passível de celebração. É triste constranger um ser antes mesmo dele nascer a performar um determinado gênero e papel social tendo como referência sua morfologia sexual. São ritos culturais e infelizmente ninguém escapa disso (BUTLER, 1990).

E por último, com relação ao elemento constitutivo da permanência, Vergueiro (2015) nos informa que os discursos normativos de gênero tendem a estabelecer restrições relativas às diversidades corporais, no intuito de preservar uma segurança jurídica da permanência no gênero designado no nascimento, evidenciando assim uma ideia pré-concebida de continuidade do gênero.

Um trabalho etnográfico bastante elucidativo é o de Margareth Mead, *Sexo e Temperamento*, do ano de 1935, dando a ela o título de pioneira nos estudos de relações de gênero. A autora relata a forma como três sociedades, na Papua-Guiné, agrupavam suas atitudes sociais, papéis econômicos, e habilidades em relação ao temperamento, que não tinham necessariamente relação com o sexo biológico dos

seus habitantes. A autora prova que não é necessariamente em função dos contrastes entre as personalidades prescritas aos gêneros²⁶ que os papéis sociais são institucionalizados, afirmando que o gênero é uma categoria artificial que age como sendo uma criação cultural prescrita capaz de coagir as pessoas a se conformarem a determinados papéis sociais, temperamentos, modos de vestir e comportamentos, mas que varia de uma localidade para outra, e que portanto não segue qualquer determinismo geográfico, biológico ou social.

Ao realizar um panorama comparativo com a sociedade ocidental patriarcal, em que homens e mulheres diferem suas afetividades, sexualidades e papéis sociais com base no sexo biológico designado no nascimento, Mead (1935) constatou que tanto os homens quanto as mulheres pertencentes aos *Arapesh* tendiam a ser doces, complacentes e maternais, características as quais os ocidentais costumam atribuirão gênero feminino. Na contramão, nos *Mundugumur*, tanto os homens como as mulheres exibiam a personalidade agressiva e ambiciosas, sem distinção entre os gêneros. Já entre os *Tchambuli*, por sua vez, havia uma inversão disso tudo ao passo que as mulheres se apresentavam como os parceiros dominantes e os homens os dominados.

O ponto onde quero chegar é a existência das dicotomias que o fazer antropológico está imbricado. Por exemplo, no trabalho etnográfico de Mead (1935), constata-se que o binômio homem/mulher representa a consciência histórica sobre os papéis sociais e representações de gênero de uma determinada civilização. Assim como alguns antropólogos clássicos encaravam o binômio tradicional/moderno, subdesenvolvido/desenvolvido, simples/complexo, e por aí vai. O processo histórico e dialético da humanidade nos mostra que a forma cartesiana e maniqueísta de interpretar os fatos sociais nos restringem, invariavelmente, e impede de fluir a capacidade de abstração das formas de organização social.

É essa polarização baseada nas dicotomias diferenciadoras das identidades de grupos culturais que julgo ser a causa de qualquer conflito ideológico e político, os quais geram violências sistêmicas sobre uma determinada categoria identitária. Considera-se aqui a noção de ideologia como um corpo sistemático de

²⁶ Margareth Mead não fala em gênero, mas interpreto que ela já transitava pelas discussões de gênero nessa época.

representações e de normas que ensinam a conhecer e a agir a partir dos interesses estabelecidos (ALVES; OLIVEIRA, 2014).

Para Alves e Oliveira (2014), as representações negativas e superficiais reduzem as experiências dos diferentes, de modo a reduzi-los a um modelo único que não corresponde às peculiaridades atinentes às suas formações e percursos históricos, sempre mais ricos, diversificados e complexos do que aparentam ser.

A fim de inaugurar a construção teórica sobre os argumentos que me basearei, importante ressaltar o “perigo de uma história única” (ADICHIE, 2009). Em um de seus discursos, a escritora nigeriana **Adichie Chimamanda** nos ensina que a história única cria estereótipos sociais e culturais, o que implica em fomentar histórias incompletas, capazes de suprimir a experiência sócio-histórica de um dado lugar e de sua identidade cultural. Sendo assim, razoável concluir que seres humanos são formados por múltiplos aspectos que contemplam alteridades específicas. Compreender essa realidade é tarefa fundamental para teorizar sobre o real motivo que nos diferenciam enquanto sujeitos antropológicos.

3.3 A Antropologia Social como Bastidores

Melhor aporte teórico não há para retratar trajetórias de vida de segmentos sociais minoritários. Nenhuma outra área das ciências humanas se preocupou com tamanha sensibilidade acerca da noção de pessoa, de sujeito, de lugar de fala e representações sociais. A Antropologia Social é sensacional.

Para Peirano (2014), a área do conhecimento da Antropologia Social, na medida em que historicamente definiu seu objeto de estudo em função das sociedades “simples” ou “primitivas”, havia falhado em se ajustar ao fato de que essas sociedades deixaram de ser primitivas e isoladas com o tempo. Segundo a autora, seja “primitivas” ou “simples”, elas passaram a fazer parte de redes sociais muito mais amplas e tal nova guinada antropológica precisava ser explicada de uma forma ou de outra, o que os antropólogos clássicos não conseguiram, infelizmente.

Nessa mesma vertente, Peirano (2014) entende que:

(...) Exatamente porque os motivava a curiosidade de conhecer mais uma sociedade, mais um grupo desconhecido, os etnógrafos de um século atrás iam a campo com um projeto aberto, sempre dispostos a reconfigurar as questões originais e colocar outras, de forma criativa e ousada. Era o

momento da exploração. Mas aprendemos, daquele momento em diante, que o "método etnográfico"²⁷ implica a recusa a uma orientação definida previamente. O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. (p. 3).

Poderíamos também valorizar a importância dos antropólogos clássicos citando o particularismo histórico de Franz Boas (2017) que se propunha a observar e analisar as particularidades de cada sociedade, quando diz que o continente europeu não era “régua que podia medir outras sociedades” (grifo meu). Segundo as palavras do autor:

Cada tipo humano parece ter suas próprias invenções, costumes e crenças, e é crença muito generalizada que raça e cultura devem estar intimamente associadas e que a origem racial determina a vida cultural. Devido a esta impressão o vocábulo “primitivo” tem um duplo significado. Aplica-se tanto à forma corporal quanto à cultura. Estamos habituados a falar tanto de raças primitivas, quanto de culturas primitivas, como se ambas estivessem necessariamente relacionadas (BOAS, 2017).

Segundo Marcus (1991), as pesquisas etnográficas modernas apontam para uma tendência de sintetizar, através de um suposto jogo de estratégias empregadas na construção de etnografias, interesses teóricos maiores presentes na descrição da cultura no nível das categorias compartilhadas de experiências proeminentes dos estudos sobre o “eu”. Isso significa que falar sobre identidades passou a ser imprescindível.

No mesmo sentido, Caldeira (1988) nos aponta que o antropólogo contemporâneo deve se preocupar em interrogar sobre os limites da sua capacidade de conhecer o outro e procurar expor em seu trabalho as suas dúvidas e o caminho que o levou à interpretação dos dados obtidos em campo. Para ele, ao contrário do que acontece em outras ciências em que o pesquisador tende a estar ausente da análise e da exposição dos dados científicos como meio de garantir uma posição neutra e objetiva, o antropólogo nunca esteve ausente de seu texto e da exposição de seus dados, uma vez que as transformações nas sociedades contemporâneas têm levado a uma mudança nos temas pesquisados e na maneira de encará-los. Sendo assim, a proposta da Antropologia Social deve ser priorizar o diálogo, ou melhor, a presença de “citações de depoimentos, autoria coletiva, dar voz ao povo ou o que mais se possa imaginar” (p.141).

²⁷ Inicialmente, antes da pandemia de Covid-19, se pretendia realizar um trabalho de campo com as interlocutoras, com entrevistas presenciais e um contato mais íntimo. Não conseguindo fazer isso, temos nesse trabalho acadêmico uma etnografia incompleta.

Segundo Stuart Hall (2006), as velhas identidades vivenciam atualmente uma “crise”, fazendo surgir novas identidades e gerando instabilidade social em torno delas, tornando-as deslocadas e fragmentadas. A própria ideia de deslocamento incute uma crise de identidade aqui, fazendo referência a uma perda de sentido de si frente ao mundo social.

Para o autor, as identidades modernas passam a ser um problema a ser resolvido apenas quando perdem seu caráter fixo e permanente, de modo que os sistemas de significação e de representação cultural se tornam múltiplos e nos confrontam, causando dúvida acerca de quem somos.

No mesmo sentir, Strathern (2006) sinaliza que tal perspectiva pós-estruturalista²⁸ focaliza a diferença de gênero como um dispositivo organizacional da construção da subjetividade humana, e isso implica numa perspectiva da pessoa em torno de um “sujeito individual”, por oposição àquelas interessadas numa “visão ideológica da sociedade e do ego como um conjunto de relações sociais” (p. 56).

Por conseguinte, existem outras formas de ver o mundo, inclusive “a partir da periferia e dos abismos” (HARAWAY, 1995, p. 22). **Donna Haraway**, importante filósofa que operou conceitos teóricos centrais para a teoria feminista, reza:

Gostaria de continuar apoiando-me metaforicamente num sistema sensorial muito difamado no discurso feminista: a visão. A visão pode ser útil para evitar oposições binárias. Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pós-industriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens, isto é, aqui, na barriga do monstro, nos Estados Unidos no final dos anos 80. Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados (ibid, p. 18)

Esse mesmo olhar, na antropologia moderna, seria construído sobre uma espécie de incompreensão sobre os mais estáticos e homogeneizadores dispositivos culturais vigentes, que se encontram desgastados e urgem por novos padrões e modelos (ABU-LUGHOD, 1991).

²⁸ Perspectiva teórica preocupada reconfigurar os princípios teóricos *estruturalismo* ao propor um questionamento acerca dos fundamentos tradicionais da filosofia, como as ideias de verdade, objetividade e razão.

Em Maluf (1999), as narrativas em volta da experiência de vida dos sujeitos atuam como sendo um importante instrumento de aproximação da pessoa que vive essa experiência e partilha essa cultura com seus semelhantes. Portanto, eu como sendo a narradora das narrativas de vida de minhas interlocutoras, me torno também o resultado dessa transformação psíquica²⁹, haja vista existir, no ato de narrar a biografia delas, uma postura autobiográfica interiorizada. É como se eu me tomasse, conseqüentemente, o meu próprio objeto de pesquisa, e me olhasse à distância, como num processo terapêutico. É chocante e requer muito preparo emocional.

No mesmo sentir, em Turner (1980) aparece a ideia de que todos os atos e instituições humanas estão envolvidos em teias de palavras interpretativas, o que aponta no sentido de que as experiências que vivemos estão inseridas em dramas sociais que as antecedem e são racionalizadas por significados oriundos desses dramas. Para ele, o conceito de drama social é agonístico, repleto de conflitos e, ao mesmo tempo, pressupõe que os sistemas socioculturais nunca são sistemas lógicos ou harmoniosos, pois estão repletos de contradições estruturais, se manifestando através da ruptura de uma dada norma ou preceito moral. Segundo o autor:

Embora possamos argumentar que o drama social é uma história, na terminologia de White, pois apresenta temas inaugurais, transicionais e terminais discerníveis, isto é, um começo, um meio e um fim, minhas observações me convencem de que é, na verdade uma unidade espontânea de processo social e um fato de experiência de todos em toda a sociedade humana. Minha hipótese, baseada em repetidas observações de tais unidades processuais em vários sistemas socioculturais, e em minhas leituras sobre etnografia e história, é que dramas sociais, "dramas da vida", como Kenneth Burke os chama, podem ser convenientemente estudados através de sua divisão em quatro fases. São essas fases que chamo de ruptura, crise, reforma e, ou reintegração ou reconhecimento de cisma. Dramas sociais ocorrem em grupos de pessoas que compartilham valores e interesses e que tem uma história comum, real ou suposta. (ibid, p.11).

Segundo Cardoso (2007), enquanto para Turner a narrativa seria uma atividade reflexiva em relação a dramas sociais, a narrativização, ou seja, o ato de narrar, é tido como um processo de significação através do qual "experiência", "sujeito" e "evento" são simultaneamente constituídos.

Peter Jones (2007), ao tentar estudar as hierarquias religiosas presentes em sociedades tradicionais, elencou uma série de representações de divindades que

²⁹ No momento da transcrição das entrevistas orais me vi num estado de confusão interior que me deixou bastante estremeada emocionalmente. Ao mesmo tempo que me identificava com as falas me não via mais sentido em continuar com a pesquisa. Mas com o passar dos meses, após passar por um processo de reabilitação emocional e tornando mais madura com meus objetivos profissionais e acadêmicos, me vi pronta para prosseguir com a pesquisa.

mesclam características corporais tanto femininas quanto masculinas, ao mesmo tempo que catalogou a existência de rituais religiosos onde há presença de lideranças religiosas que contrariam a expectativa da cisgenderidade.

Segundo Jones (2007), as *hijras*³⁰, na Índia, constituem uma comunidade religiosa formada por pessoas originalmente do gênero masculino mas que se vestem e agem como pessoas do gênero feminino. Conhecidas por volta de 5 (cinco) mil anos, antes do contato com a cultura europeia já eram consideradas sagradas e desfrutavam de uma certa tranquilidade para expressarem suas expressões de gênero publicamente (GOMES, 2020).

Segundo Gomes (2020), a imposição da cultura ocidental que celebra o binarismo de gênero as obrigou, ao longo dos anos, a lutarem pela garantia de direitos sociais básicos, e desde meados do século passado contam com o apoio de instituições governamentais a fim de zelarem seu patrimônio histórico e cultural. Frisase que somente no ano de 2014 a Suprema Corte da Índia reconheceu oficialmente as *hijras* como um terceiro gênero, configurando uma vitória para esta comunidade identitária.

Figura 6: *Hijras* - terceiro gênero na Índia



Nos Estados Unidos da América, na etnia Navajo, as *berdaches*, também chamadas de *two spirits*, conseguiram, ao longo dos anos, preservar parte importante de suas tradições ancestrais (GOMES, 2020). São consideradas, segundo Jones (2007), autoridades religiosas e são capazes de se comunicar com o mundo espiritual de maneira bastante peculiar.

³⁰ Consideradas como terceiro gênero, são consideradas na Índia figuras míticas por possuírem o poder de abençoar ou amaldiçoar as pessoas, sendo extremamente respeitadas e ao mesmo tempo temidas. São comuns rituais de castração, feitos por sacerdotisas, que removem o sistema reprodutor daquelas.

Figura 7: Berdaches - etnia Navajo (EUA)



Já no México, as *muxes* seguem resistindo à imposição da cultura colonizatória e predatória europeia, de tal forma que sendo bastante respeitadas e reverenciadas pela população mexicana, desempenham papéis sociais de alto relevo. (GOMES, 2020).

Figura 8: *Muxes* - identidade mexicana

Para Butler (1990), é preciso, antes de tudo, questionar como o sujeito feminino é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder às quais ao mesmo tempo busca se emancipar. Segundo a teoria queer³¹, os gêneros inteligíveis para a vida em sociedade são aqueles que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática e desejo sexual. Aqueles que não são inteligíveis são considerados como seres abjetos, nessa mesma linha de raciocínio. De acordo com Prins e Meijer (2002), em uma entrevista³² no ano de 1996 Butler asseverou:

Realmente, em um sentido estritamente filosófico, dizer ao mesmo tempo que "há" corpos abjetos e que eles *não* têm reivindicação ontológica parece ser o que habermasianos denominariam uma contradição performativa. Bem, poderíamos tomar uma posição medieval e escolástica a esse respeito e dizer que alguns tipos de seres têm existência ontológica mais completa que outros, etcetera. Permaneceríamos, assim, dentro de um tipo de esquema filosófico que seria conceitualmente satisfatório. Mas eu gostaria de fazer um

³¹ Arcabouço teórico o qual defende que o gênero, a orientação sexual e a identidade de gênero dos indivíduos são institutos distintos e fruto de construção social.

³²Entrevista disponível em <<https://www.scielo.br/jj/ref/a/vy83qbl5HHNKdzQj7PXDdJi/?lang=pt>>

outro tipo de pergunta. Ou seja: como é que o domínio da ontologia, ele próprio, está delimitado pelo poder? Como é que alguns tipos de sujeitos reivindicam ontologia, como é que eles *contam* ou *se qualificam* como reais? Nesse caso, estamos falando sobre a distribuição de efeitos ontológicos, que é um instrumento de poder, instrumentalizado para fins de hierarquia e subordinação, e também com vistas à exclusão e à produção de domínios do inimaginável.

Ora, não podemos olhar a gramática e dizer: "Se eu disser que *há* corpos abjetos, devo consequentemente ser capaz de retroceder, a partir da afirmação 'há', para uma ontologia anterior". Dificilmente, dificilmente. O que eu poderia dizer é que "há corpos abjetos", e isso poderia ser um performativo ao qual eu *atribuo* ontologia³³. Eu atribuo ontologia exatamente àquilo que tem sido sistematicamente destituído do privilégio da ontologia. O domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder. E o performativo pode ser uma das formas pelas quais o discurso operacionaliza o poder. (PRINS; MEIJER, 2002, s.p.)

No mesmo sentido, **Paul Preciado** (2018), escritor e filósofo francês transgênero, nos informa que a invenção da categoria gênero sinalizou uma cisão normativa e tornou-se ponto de origem para o surgimento de um regime político o qual o autor denomina de "*farmacopornográfico de produção*" (p. 109). Segundo o autor, tal sistema atuaria como "formas de governo biomolecular e semiótico-técnico da subjetividade sexual" (p. 36). Para o autor, o desenvolvimento de novas biotecnologias modernas tem mostrado que gênero é uma categoria normativa plástica possuidora de arestas bastante frágeis, uma vez que o controle, a produção e a intensificação dos afetos humanos tornaram-se uma referência de modelo para todas as outras formas de estar no mundo.

Figura 9: Paul Preciado



Em *Testo Junkie*, Preciado (2018) nos convida a uma auto-biografia baseada num "protocolo de intoxicação involuntária" (grifo meu), experimento político que durou 236 dias. Segundo o ativista, "ele não toma testosterona para se transformar em um

³³ Aqui se faz referência ao aspecto ontológico da precariedade, conceito trabalhado na obra da autora *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* (2009)

homem, nem sequer para transexualizar seu corpo. Toma simplesmente para frustrar o que a sociedade quis fazer dele” (p. 18). Em sua obra mais recente, *Um apartamento em Urano*, publicada no ano de 2020, apresenta um aparato histórico de sua vida e de outras bibliografias, discorrendo que “a transexualidade não é apenas uma patologia marginal mas também um dos sintomas da inadequação do regime político-visual da diferença sexual frente a complexidade da vida.” (grifo meu, p. 24).

Seguindo o baile, tratarei do Transfeminismo como repertório teórico a fim de enriquecer o presente trabalho.

3.4 O Transfeminismo enquanto direcionamento teórico

Ressalto a importância deste projeto transfeminista de transformações epistemológicas por compreender que, de um lado, podemos reconsiderar epistemologias feministas que ativa ou indiretamente invisibilizam as vivências, corpos e especificidades políticas de pessoas trans* para que lutemos interseccionalmente pelo fim das violências e marginalizações de gênero; e, por outro lado, por perceber que devemos pensar criticamente certas epistemologias *queer* que pouco se importam com as realidades e dificuldades das vivências de gênero inconformes, enquanto nos utilizam como objeto de estudo para suas reflexões teóricas sobre gênero e sexualidade (VERGUEIRO, 2015, p. 190).

Para Senkevics (2012), houve um momento na história ocidental em que a reflexão sobre as opressões às mulheres ganhou relevo nas discussões feministas, o que ocorreu a partir da década de 1960, quando o discurso exteriorizado da dominação masculina, pensado tanto como universal até aquele momento, recebeu a denominação de patriarcado, isto é, uma organização social que sistematicamente beneficia o homem em detrimento da mulher

Já em Garcia (2011), o patriarcado seria uma forma de organização política, econômica, religiosa e social baseada na autoridade e liderança do homem, impondo o predomínio dos homens sobre as mulheres.

A presente relação em que a temática apresenta com os discursos transfeministas pode ser evidenciada, com afinco, através dos escritos de **Julia Serano** (2007), quando a referida escritora americana trans lança seu livro denominado *Whipping girl: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. A obra, em forma de manifesto, contribuiu para as perspectivas interseccionais de análise feminista, ao propor dimensões analíticas que permitiram produções de conhecimento relacionadas aos discursos hegemônicos, enraizados no

patriarcado e principalmente na forma como a heteronormatividade compulsória é imposta socialmente.

Figura 10: Julia Serano



A obra, em sua origem escrita em inglês, trata-se de um manifesto transfeminista em que a ideia central é advogar acerca do fato de que a transfobia tem sua origem no sexismo e que o movimento transgênero é um movimento feminista e, portanto, político, em sua essência. Desse modo, é difundida a ideia de que gênero perpassa qualquer visão unitarista, imutável e estática das categorias identitárias, e seria, portanto, necessária uma abordagem sócio-histórica sobre as identidades trans para compreender a fundo as origens do sexismo e da transfobia que estrutura nossa sociedade. Segundo a mesma autora (2007):

Ao invés de afirmar que todos os gêneros são isso ou aquilo, vamos reconhecer que a palavra *gênero* possui escalas de significados em seu significado. É uma amalgamação de corpos, identidades e experiências de vidas, de desejos subconscientes, sensações e comportamentos, alguns dos quais se desenvolvem organicamente, e outros os quais são moldados pela linguagem e pela cultura. Ao invés de dizermos que gênero é apenas uma coisa, vamos começar a descrevê-lo como uma experiência holística. (SERANO, 2007, p. 107, tradução nossa)

Para Serano (2007), a partir do momento em que a despatologização das identidades trans passa a ser um assunto em voga nos discursos feministas, novos discursos se somam às resistências relacionadas à afirmação das múltiplas possibilidades de constituição e construção identitária, como recursos simbólicos de significação e produção de experiências.

Além disso, segundo a ativista, novos argumentos têm sido mobilizados e direcionados à desnaturalização radical de questões ainda essencializadas, tais como hormônios, desejo sexual, pornografia trans e outras tecnologias de gênero (PRECIADO, 2008). Trocando em miúdos, o discurso científico é problematizado enquanto outros olhares feministas são somados (CIDADE, 2016).

Megg Rayara Gomes (2020), travesti professora efetiva do Programa de Pós-graduação em educação na UFPR (Universidade Federal do Paraná) e uma das coordenadoras do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da mesma universidade, denuncia, em seu livro *O Diabo em forma de gente* (2020), de que forma a infância, a escola, o estado, a religião, a arte, a ciência, a família e o Direito atuam como dispositivos violentos de opressão que racializam e generificam os corpos através de um sistema de classificação social em que a branquitude, a masculinidade e a cisheteronormatividade compulsória atuam como dispositivos sociais hegemônicos disciplinadores e repressores.

Figura 11: Megg Rayara Gomes de Oliveira



Foucault (1999), em sua obra *História da sexualidade*, define dispositivo como sendo:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (p. 244).

Agamben (2005), na mesma direção, aponta que o conceito de dispositivo tem o condão de “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar, e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (p. 13).

Na obra *“Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero”*, **Megg Rayara Gomes** (2020), ao fazer alusão aos conceitos teóricos herdados do feminismo negro enquanto movimento político e identitário, suscita o conceito de interseccionalidade como categoria analítica para anunciar a interdependência das relações entre os mais diversos marcadores sociais, no sentido

de que as opressões sociais sofridas por nós, travestis e mulheres trans, produzem um não lugar³⁴, colocando-nos numa zona de vulnerabilidade, morte e esquecimento.

Collins (2019), ao arquitetar um campo teórico fértil nos espaços acadêmicos, salienta que o feminismo negro constitui um movimento político que, sobretudo, tem como principal objetivo confrontar o sistema racista e cisheteropatriarcal, bem como outros privilégios legitimados pelo domínio colonial ancorado pelos padrões de gênero vigentes em nossa sociedade atual.

Djamila Ribeiro (2017), evidencia que é preciso ressaltar a diversidade de experiências vivenciadas para se conseguir romper com a ideia de que se existe uma visão universal sobre os papéis sociais, evidenciando assim as localizações sociais peculiares de cada um, justamente por experienciarem o gênero cada qual ao seu modo.

Isso implica dizer que, nos tempos atuais, a percepção sobre quem são reconhecidas socialmente como do gênero feminino se ampliou, deixando de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada, com filhos, passando a considerar a humanidade de outras mulheres que antes eram invisibilizadas, tais como as negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas e transgênero, rompendo assim com o “apartheid de gênero”³⁵ (JESUS, 2014).

O movimento feminista, segundo as concepções de Scott (1995), pode ser entendido como um movimento de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, de tal forma que reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes, porque apesar de mulheres trans e travestis sofrerem diretamente opressões advindas do patriarcado, estas são específicas e implicam em recortes singulares de gênero, raça e classe, os quais serão abordados com maior propriedade no capítulo referente às histórias de vida das pesquisadoras.

No mesmo diapasão, Haraway (1995) já nos alertava:

A responsabilidade feminista requer um conhecimento afinado à ressonância, não a dicotomias. Gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo

³⁴ Megg Rayara faz alusão a Exu, Orixá da comunicação e da linguagem, na medida que invoca os vários caminhos que fazem cruzar as questões raciais e de gênero, no intuito de trazer a ideia de encruzilhada para pensar sobre os lugares ocupados pelas margens

³⁵ Aqui o termo é originalmente cunhado por Martine Rothblatt como apartheid de sexo, e interpreto que faz referência ao regime de segregação racial que imperou na África do sul de 1948 até 1994, ao mesmo tempo que entende que vivemos um sistema de segregação que normatiza papéis sociais de gênero e aprisiona pessoas.

intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão. A corporificação feminista, assim, não trata da posição fixa num corpo reificado, fêmeo ou outro, mas sim de nódulos em campos, inflexões em orientações e responsabilidade pela diferença nos campos de significado material - semiótico. Corporificação é prótese significante: a objetividade não pode ter a ver com a visão fixa quando o tema de que trata é a história do mundo (HARAWAY, p. 29)

Como pôde se observar, o movimento feminista não pode se limitar em abarcar apenas as reivindicações de mulheres cis, justamente por se expressar como um discurso múltiplo e de variadas tendências, sendo o Transfeminismo uma de suas vertentes. Não há, portanto, um feminismo unívoco e generalizante, mas um feminismo plural, problemático, que questiona a si mesmo e que se divide em várias "ondas", cada uma historicamente construída conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades discursivas de cada tempo (SCOTT, 1995).

Após construir um sólido aporte teórico para fundamentar a minha dissertação de mestrado parto para os percursos metodológicos referentes à aplicabilidade de minha pesquisa, relatando os degraus galgados até a conclusão da mesma.

3.5 O show começou, o trabalho deu certo

Diante da epidemia do Covid-19 e de toda a dificuldade que temos tido para organizar estratégias capazes de promover um enfrentamento eficaz, que vêm sendo prejudicadas pela lambança que vem sendo feita pelo presidente, vemos escancarada a política de deixar viver ou morrer, que já vinha sendo colocada em prática, mas que agora se manifesta sem filtro e sem limites. Seja pelas ações do governo ou ausência delas, essa política afeta diretamente pessoas empobrecidas, negras, idosos, PCD, mulheres, pessoas vivendo com HIV, LGBTI+, indígenas e outros povos tradicionais, pessoas que não têm sua humanidade reconhecida, cujas existências sejam vistas como indesejáveis, não devendo ter acesso a cuidados ou a direitos. Muitas não são vistas como gente, e as travestis profissionais do sexo, em sua maioria negras e semianalfabetas que desempenham sua função na rua, enfrentam diversos estigmas no país que mais assassina pessoas trans do mundo. A precarização de determinada parcela da população faz parte de um plano global genocida para exterminar vidas que enfrentam processos históricos de vulnerabilização, a fim de cumprir o plano de defesa da propriedade privada de uma casta superior pautada na branquitude empresarial, que se diz cristã e é neoliberal, e de garantir a manutenção dos privilégios egoístas de uma elite racista e conservadora, cis-hétero-centrada. (BENEVIDES, 2020)

Quando fui aprovada no processo seletivo do Mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina no final do ano de 2018, jamais imaginei que depois de doze meses após as aulas iniciarem, em março de 2020, todas as atividades físicas da referida instituição de ensino seriam paralisadas. Tampouco imaginei que, da minha parte, haveria um desestímulo quanto ao meu criativo capaz de me derrubar psicologicamente e me desestimular no tocante ao prosseguimento da minha pesquisa. O grande ponto era: não haveria trabalho de campo, nem convívio com as minhas interlocutoras, tampouco entrevistas pessoais, o que me deixou bastante arrasada por longos meses. Foi aí que decidi ressignificar a minha experiência no mestrado, deixando pra trás todas as expectativas colocadas sobre minha formação enquanto antropóloga. O trabalho sairia, por bem ou por mal, custe o que custar.

As pesquisas qualitativas na Ciências humanas, como é o caso em tela, costumam trabalhar com significados, motivações e valores. O interesse pelo tema muitas vezes parte da curiosidade do próprio pesquisador ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno social específico (BONI & QUARESMA, 2005).

Após ter definido o meu objeto de pesquisa, depois de ter curso a disciplina de Antropologia Narrativa e começar a me inspirar em outras travestis que já circulavam nas esferas acadêmicas e que eu já tinha tido algum contato previamente. **Maria Zanela** foi a primeira a me motivar a entrar no mestrado³⁶, tendo me ajudado a elaborar um projeto de mestrado bem pensado através da proposta de, por meio da (auto)etnografia, estudar o fenômeno do transfeminicídio no Brasil. Sem suas orientações eu jamais teria cogitado ingressar no Mestrado em Antropologia Social. Quando fui aprovada no processo seletivo conheci **Gabriela da Silva** por meio da Maria ao transitar pelos espaços coletivos da UFSC. Sempre muito bem-humorada e articulada, talvez por ser ter sido professora por muitos anos, houve uma identificação já no primeiro contato, que culminou numa amizade. Ambas as duas pesquisadoras finalizarão seus doutorados no ano de 2023, o que será uma conquista homérica para todo o Estado de Santa Catarina, já que ambas são radicadas no mesmo.

³⁶ Inicialmente tentei processo seletivo na Pós-Graduação em Direito, tendo sido reprovada por 0,75 pontos na prova escrita. Logo em seguida, repensei uma outra possibilidade de alçar voos em minha vida acadêmica

Amara Moira, Jaqueline Gomes de Jesus e Sofia Favero são referências nos ativismos do mundo digital há anos, e logo quando as contatei para efetivar o convite para participar da pesquisa aceitaram prontamente, sem titubear. São referências muito valiosas, tanto para a militância das questões trans, como para a construção de uma incipiente epistemologia trans.

Todas as interlocutoras pesquisam questões relacionadas com os estudos de gênero, seja direta ou indiretamente, motivo principal que me levaram a escolhê-las para fazerem parte do meu trabalho de conclusão do Mestrado.

Nas entrevistas orais foi utilizado o método qualitativo, sob forma de questionários abertos, composto de 15 (quinze) perguntas, a fim de averiguar informações sobre as trajetórias políticas, acadêmicas e a forma como minhas interlocutoras construíram suas subjetividades no mundo. Sabe-se que tal metodologia de pesquisa geralmente é utilizada na descrição de casos individuais na compreensão de especificidades culturais de determinados grupos coletivos (MINAYO, 1993)

A entrevistas abertas foram realizadas sob 4 eixos narrativos:

- 1. A construção da identidade travesti e os atravessamentos imbricados no processo de transição de gênero;**
- 2. Introdução no movimento trans e ativismos decorrentes da participação nele;**
- 3. A trajetória escolar até a inserção na universidade**
- 4. Percepções pessoais sobre suas contribuições epistemológicas e a relação delas com ativismos**

Pôde-se constatar que a referida abordagem metodológica favoreceu as respostas espontâneas, além de terem oportunizado uma maior abertura de diálogo e uma proximidade afetiva maior entre mim e as entrevistadas, mesmo só conhecendo pessoalmente duas delas (**Maria Zanela e Gabriela da Silva**³⁷).

³⁷ Juntas criaram em 2018 o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgêneridades e Transexualidades (NeTrans/CNPq), oriundo da articulação acadêmico-política de pesquisadoras trans da UFSC.

Ao meu sentir, a transcrição das entrevistas abertas foi capaz de transparecer os silêncios que tangenciavam, algumas lacunas vocais, os gestos característicos de suas personalidades, os risos provocados pelas formas como se enxergam, a entonação singular de suas vozes, e outras questões que serão evidenciadas no próximo capítulo.

Há traços autobiográficos ainda, em vários momentos do presente trabalho, quando exponho minhas dúvidas, perplexidades e os caminhos que me levaram a minhas interpretações pessoais, percebidas sempre como parciais e provisórias. Esse tipo de fazer antropológico certamente questiona a autoridade do texto escrito e propõe que o resultado da pesquisa não seja fruto da observação pura e simples, mas de um diálogo e de uma negociação de pontos de vista do pesquisador e pesquisados (GOLDENBERG, 2004)

A rede de afetividades e afinidades com minhas interlocutoras me possibilitaram a ir atrás delas, por meio da plataforma *Whatsapp*, *Facebook* e e-mail, e as mesmas responderam que estavam, desde o início do meu projeto de pesquisa, dispostas a colaborar com a resposta das entrevistas e com eventuais diálogos até a conclusão da dissertação de mestrado. Não fosse esse contato contínuo não haveria o presente trabalho. A disponibilidade afetiva e emocional das mesmas foi fundamental para que tudo desse certo. É preciso afeto, sem isso não há pesquisa acadêmica.

A minha intenção inicial, ao ingressar na Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina, era retratar vivências e experiências de vida de mulheres trans e travestis, com foco na violência de gênero a que estamos fadadas a sofrer diariamente. As constantes notícias midiáticas sobre as violências sofridas por nós sempre me provocaram a ânsia de adentrar no mundo acadêmico e problematizar, através do conhecimento científico e da análise dos discursos que permeiam identidades trans, algumas das peripécias que nos afligem enquanto população vulnerabilizada, marginalizada e subalternizada pelas instituições que disciplinam as normas de gênero engendradas socialmente.

O que mais me seduziu foi a carga política inerente do meu tema de pesquisa. Carregamos bandeiras, ritos e emblemas conosco, e isso é inextricável: não há para onde fugir. A justificativa da mudança do tema foi justamente a possibilidade de exaltar a potencialidade de nossas vidas, e não somente denunciar as opressões e mazelas as quais estamos fadadas a sofrer.

Foi no segundo semestre letivo de 2019, quando a professora Vania Cardoso³⁸, sempre muito acessível, me sugeriu mudar de enfoque teórico e trabalhar com narrativas de vidas de pessoas que, além de estarem inseridas no meio acadêmico e na militância de movimentos sociais, lutam em prol de melhores condições de vida e denunciam a precarização de nossas vidas através da pesquisa científica e da construção de novas epistemologias até então renegadas e silenciadas por outros saberes hegemônicos.

Na minha presunçosa ideia, eu poderia, enquanto travesti e sendo uma das poucas a adentrar na universidade, ser a protagonista de um trabalho acadêmico inaugural, em função de ocupar um lugar de fala repleto de preciosismos e singularidades.

A Antropologia Social tem se mostrado, nos últimos anos, como um terreno fértil e germinativo para trazer ao ambiente acadêmico, esse universo tão vasto que une teoria e práxis social, trajetórias de vida de pessoas que são ao mesmo tempo travestis e pesquisadoras. Pessoas que vivem seus ativismos políticos à flor da pele. Pessoas que se imaginam transformando a realidade de nosso país através do ensino, pesquisa e extensão: os três pilares de uma universidade.

Nesse meio tempo em que estive imersa à vida acadêmica, apesar de viver inúmeros percalços emocionais e percorrido terrenos bastante tortuosos com relação à falta de perspectiva em continuar a vida acadêmica, hoje posso dizer que me sinto um corpo vivo e aterrado à vida acadêmica, felizmente. Mas somente agora, porque estive desconexa do meu compromisso com a universidade por longos meses, tendo retornado recentemente ao sentimento inicial: o de me tornar **Mestravesti** (ZANELA, 2019) e de deixar um legado teórico para as próximas gerações de travestis e mulheres trans que almejam ingressar no mesmo programa de pós-graduação, principalmente. Sei que sou a primeira travesti a me tornar mestre no meu programa e diante desse protagonismo reconheço a responsabilidade política e acadêmica que meus escritos terão ao serem disponibilizados para domínio público.

Afirmo aqui com propriedade que o presente trabalho acadêmico não finaliza em si mesmo, pois pode, sempre que possível, reverberar em outros que possuem

³⁸ Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC e do Departamento de Antropologia do CFH-UFSC e atua nas áreas de pesquisa sobre narrativas, etnografia, religiosidades, performance, subjetividade e cultura afro-brasileira. É uma das coordenadoras do GESTO – Grupo de Estudos em Oralidade e Performance (UFSC/CNPq).

similaridades e afinidades teóricas, incitando outras pessoas trans a falarem sobre si sob uma perspectiva reflexiva acerca de suas subjetividades. Aos leitores que desejam apreciar os episódios vindouros, peço que assumam o papel de produzir ressonâncias das narrativas de minhas interlocutoras e/ou de desestabilizar o que é informado, colaborando assim com o processo de fazer uma teoria aliada às práticas discursivas, políticas e acadêmicas de outras pessoas trans. Mas afinal, quem são as minhas interlocutoras?

3.6 Agora é que são Elas

Quem nasceu com estrela resplandece um brilho peculiar, sabemos. Todas as participantes dessa pesquisa carregam consigo o fardo de alterarem as regras que operam sobre os discursos acadêmicos, seja por meio da presença física nos espaços, na simbólica por meio da alteração dos discursos que operam sobre pessoas trans, e política por mudarem a forma como nos enxergam. Assim tornamos visíveis e eles serão obrigados a nos escutar.

Maria Zanela é a mais nova de todas, porém a que vive a vida mais intensamente, aliando vida acadêmica, trabalho sexual e ativismos ligados à educação. Nasceu na cidade de Curitiba (SC) no ano de 1995 mas se radicou em Balneário Camboriú, no mesmo estado. Bibliotecária graduada na UFSC (2013-2016); mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC e atualmente é doutoranda em Educação na linha de pesquisa "Sujeitos, Processos Educativos e Docência", sob a orientação da atual vice-reitora da UFSC, Prof^a Dr^a Joana Célia dos Passos. É integrante-pesquisadora do ALTERITAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Diferença, Arte e Educação), tendo idealizado e fundado, juntamente com Gabriela da Silva, o NeTrans (Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades). É associada ao Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Tem investigado, no âmbito da abordagem (auto)etnográfica, relações entre Educação e Travestilidades (Pedagogia da Travestilidade: Experiências de travestis professoras e educadoras em contextos de escolarização e produção do conhecimento), bem como as dimensões estéticas e os códigos de conduta da corporalidade travesti, possuindo interesse de estudo e pesquisa assuntos relacionados a relações de gênero, sexualidades, feminismos e trabalho sexual; políticas sociais, inclusão social; informação e movimentos sociais; resistências e poder; interseccionalidade e branquitude.

Figura 12: Maria Zanela



Sofia Favero, nasceu em Aracaju (SE) no ano de 1993. É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também adquiriu título de mestra (PPGPSI). Graduiu-se em Psicologia pela Associação de Ensino e Cultura Faculdade Pio Décimo em Aracaju, Sergipe. É integrante da Comissão Científica (CCAT) do Ambulatório de Cuidado Integral à Saúde da Pessoa Trans (UFS) e Participa da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS). Faz parte do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e representa o Conselho Regional de Psicologia no Comitê Técnico de Saúde LGBT do Rio Grande do Sul. Tem investigado sobre temas como gênero, sexualidade, ativismo, epistemologia, infância, diagnóstico e patologização, e no ano de 2020 publicou um livro: Crianças Trans, baseado em sua Dissertação de Mestrado.

Figura 13:Sofia Fávero



Amara Moira, bastante influente nas plataformas digitais, nasceu em Campinas no ano de 1985, doutora em teoria e crítica literária pela Unicamp e militante dos direitos de pessoas LGBTQIA+ e de trabalhadoras sexuais. Integra a Associação Mulheres Guerreiras, o Grupo Identidade e o Coletivo TransTornar, todos de Campinas, sua cidade natal, e o Coletivo A Revolta da Lâmpada, de São Paulo. Tem

publicado artigos sobre gênero e literatura e é autora do livro autobiográfico “E se eu fosse puta (publicado em 2016 e republicado em 2018 como: “E se eu fosse pura”), do capítulo também autobiográfico “Destino Amargo”, presente em “Vidas Trans – A coragem de existir” (2017), e do monólogo escrito em pajubá, a língua das travestis, “Neca”, incluído na antologia “A Resistência dos Vagalumes” (2019). Sua produção textual figura na bibliografia de cursos de pós-graduação e de graduação em universidades do país todo e do exterior. Atualmente é colunista da Mídia Ninja e professora de literatura no cursinho online pré-vestibular Descomplica.

Figura 14: Amara Moira



Jaqueline Gomes de Jesus nasceu em Brasília, no ano de 1978, é psicóloga, professora universitária. Foi a primeira gestora do sistema de cotas para negros da Universidade de Brasília (UnB). Por sua contribuição com o debate sobre relações raciais, gênero, identidade de gênero, sexualidades e direitos humanos, recebeu em 2017 a Medalha Chiquinha Gonzaga³⁹ da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por indicação da vereadora Marielle Franco. Atualmente é Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ), do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROFHISTÓRIA/UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/FIOCRUZ). Atuou no Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Ministério do Planejamento (2008-2010), foi Assessora Técnica da Presidência da República (2011) e Conselheira do Conselho Regional de

³⁹ A honraria foi criada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro com o objetivo de homenagear personalidades femininas que reconhecidamente tenham se destacado em prol das causas democráticas, humanitárias, artísticas e culturais, no âmbito da União, Estados e Municípios.

Psicologia do Distrito Federal (gestão 2013-2016). Atualmente é filiada à Associação Nacional de História (ANPUH), membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e integrante da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2020-2022).

Figura 15: Jaqueline Gomes de Jesus



E por último a mais velha de todas, **Gabriela da Silva**. Nasceu no ano de 1965 na cidade de Tubarão (SC). Atuou como professora 20 anos na Educação de Jovens e Adultos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Inglesa, ensino médio e fundamental. Atualmente é professora aposentada da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina. Graduada em Letras na UNISUL. É especialista em Fundamentos da Educação UNESCO, e tem Mestrado em Educação na UNISUL; na linha de Pesquisa Relações Culturais e Histórias na Educação. Atualmente é Doutoranda em Educação na UFSC, na linha de pesquisa Sujeitos, Processos Educativos e Docência. e pesquisadora do Grupo de pesquisa em Educação de Jovens e Adultos EPEJA/UFSC. É Integrante do Instituto Brasileiro de Trans na Educação (IBTE), da Aliança Nacional LGBTI+ e do Laboratório de Sexualidade Afrodite/UFSC. É cofundadora do NETRANS da UFSC. Tem larga experiência com temáticas contemporâneas no contexto educativo atinentes ao estudos de gênero, sexualidade, raça, classe, estudos culturais e pós-culturais. Sua tese de doutorado tem por objetivo compreender quais os significados da escolarização na EJA na vida concreta de sujeitas que se reconhecem e se afirmam nas identidades de travestis e transexuais, no contexto da rede estadual de educação de Santa Catarina, e como atuam para produzir no ambiente escolar outra forma de constituírem outros modos de existir e resistir na escola.

Figura 16: Gabriela da Silva



Ressalta-se aqui que todas são brancas, com exceção de **Jaqueline Gomes de Jesus, a qual se identifica como negra**, e todas vieram de classes econômicas medianas, com exceção de **Gabriela da Silva**. **Somente Amara Moira e Jaqueline Gomes** possuem a formação da educação básica exclusivamente em escolas privadas. E outra informação importante: com exceção de **Maria Zanela, Gabriela da Silva e Sofia Fávero**, apenas Jaqueline Gomes de Jesus e Amara Moira são tituladas Doutoradas.

No próximo capítulo pretende-se dissertar sobre a construção da categoria identitária travesti e os percalços, processos e tensionamentos que circundam a consolidação de um movimento político, identitário, ativista e unido, assim como problematizar questões acerca da despatologização das identidades trans.

4 QUEM É A TRAVESTI?

No presente capítulo pretende-se problematizar questões que circundam a identidade travesti no contexto brasileiro a fim de suscitar uma discussão teórica sobre o assunto, já que ainda muito incipientes no campo da Antropologia Social. Aqui, buscou-se enfatizar a construção subjetiva e identitária das travestis pesquisadoras, ativistas referenciadas e ao mesmo tempo homenageadas, enquanto protagonistas políticas que além de buscarem reparação social por conta de um passado repleto de exclusões e vulnerabilidades, buscam um lugar ao sol tendo em mente que fomos esquecidas na concretização de um projeto de uma suposta humanidade (MUNGWINI, 2018).

4.1 Sobre Identidades e Subjetividades possíveis

Eu adoro ser uma mulher trans. O momento em que se reconhece como pessoa trans é maravilhoso. Quão difícil é explicar para as pessoas cis – que não são trans – o sentimento de plenitude que nos preenche. A transição entre como nosso corpo era, para a forma com a qual nós nos identificamos, é um nascimento: tornamo-nos nós mesmos. Engana-se terrivelmente quem acha que nossa jornada é para fora, ela é para dentro. (JESUS, 2017)

A vida inteira me disseram homem, e não foi difícil perceber que, se não fosse o homem que me criaram para ser, eu muito provavelmente estaria em apuros. Castigos, abandono, chantagem emocional, tudo era válido em se tratando de me fazer aceitar quem eu "era", e o que me consolava é que, no final das contas, tudo aquilo se tratava de teatro, jogo de espelhos, personagem, bastando parecer, e aí, pronto, era como se desde sempre eu já fosse, aparência refletindo uma suposta essência, eu só precisando repetir e repetir as mesmas ações até ir internalizando as regras e nem precisar mais pensar. Ser homem, para mim, era quase um comportamento obsessivo-compulsivo, mecânico, doença a que fui sendo condicionada, e por isso o incômodo ao recentemente escutar de uma tia:

-Se você fosse assim, menina, desde criança, seria mais fácil te aceitar agora. - Ah é? E, se eu fosse desde criança essa menina, você seria do grupo que me violentaria até eu entrar nos eixos ou do que lutaria pelo meu direito de ser uma criança feminina?

O medo de sofrer violência, primeira coisa que me ensinaram, primeira coisa que ensinam uma criança a temer, era muito maior do que a vontade de descobrir quem eu era. Escolha? Não sei bem se podia pensar em escolha, bloqueio talvez, travas, adestramento sistemático para você sequer perceber a máscara que puseram em seu rosto quando nasceu e, caso um dia perceba, não ousar jamais se perguntar o que há por trás dela.

No caso das pessoas trans, isso se tona um processo efficientíssimo de enlouquecimento, a criação para o medo junto a uma vida inteira ouvindo que a compreensão que você faz de si é equivocada, impossível, já que você tem o genital que tem. Mas, se era para ser impossível, por que no meu caso não foi? Por que vim a me entender dessa forma se isso não faz sentido? Devo ignorar o que sinto, me conformar com o destino que essa genitália decretou, abrir mão de tentar existir para o mundo da forma como existo para mim?

Segui esse mandamento o quanto pude, até que viver começou a deixar de fazer sentido se fosse para continuar sendo uma personagem.” (MOIRA, 2017)

Inicialmente oportuno dizer que Hall (2006) percebe que o sujeito pós-moderno passou, nos últimos anos, a não ter uma identidade fixa e permanente, portanto definida historicamente, e a ideia de identidade unificada, completa e segura passa a ser uma espécie de “fantasia” (grifo meu). Sendo assim, os sistemas de significação e representação cultural se multiplicariam e nos confrontariam a todo momento, gerando dúvida acerca de nossas subjetividades e de quem somos.

Para Laclau (1990), as sociedades modernas são marcadas pela diferenciação social de gênero, de modo que diferentes divisões e antagonismos sociais produzem diferentes posições de sujeitos e, portanto, diferentes identidades. Aqui, antagonismos são entendidos como forma de identificação política que geram eventuais deslocamentos e rupturas capazes de produzir uma série de pluralização de identidades, o que dá escopo para que uma suposta internalização do exterior no sujeito gere uma externalização do interior, ou seja, uma ação no mundo social, o que gera nessa relação intercambiável o surgimento de normas como meios de coerção social para que os indivíduos se adequem aos valores sociais e morais vigentes. (DURKHEIM, 2002).

É de suma importância destacar o lugar de fala que ocupamos em um país transfóbico em sua historicidade, o que por si só já justifica a existência de uma perseguição política sistemática e generalizada acerca de nossas identidades, haja vista o discurso fundamentalista que defende a necessidade da persistência dos valores tradicionais e cristãos. Prova disso foi a homologação de candidaturas, nas eleições do ano de 2022, de pessoas declaradamente intolerantes, como é o caso da advogada e pastora evangélica Damares Alves⁴⁰, tendo sido eleita como Senadora pelo Distrito Federal. Por sorte o Estado é laico e as liberdades individuais são resguardadas pelos aparatos legislativos existentes.

Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) ilustra sua obra “*Diabo em forma de gente*” com experiências trans como a de **Xica Manicongo**⁴¹ no século XVI, **Yaya**

⁴⁰ Famosa pela frase “Menino veste azul, menina veste rosa”, possui posicionamentos extremistas com relação aos valores morais tradicionais

⁴¹ Foi uma pessoa escravizada que viveu em Salvador, no século XVI, e foi a primeira pessoa a ser documentada como travesti no Brasil, graças a uma denúncia ao Tribunal do Santo Ofício em 1591. Tornou-se uma figura de destaque a partir do século XX, sobretudo entre a comunidade LGBT.

Mariquinhas⁴² no século XIX e **Madame Satã**⁴³ no século passado, e demonstra que sempre houve insurgências aos institutos da cisheteronormatividade e da cisgeneridade, abrindo caminho para que a ancestralidade das que vieram antes pudessem ser enaltecidas e rememoradas nesta presente dissertação de Mestrado.

Vale lembrar que, segundo Gomes (2020), o termo interseccionalidade, utilizado para designar a interdependência entre as relações de poder, raça, sexo e classe, foi usado pela primeira vez somente em 1989, por Kimberlé Crenshaw, norte-americana e defensora dos direitos humanos. Ela explica que:

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Crenshaw (2002) vai além quando denuncia que as consequências estruturais e dinâmicas referentes à interação entre dois ou mais eixos de subordinação, sejam eles o racismo, o patriarcado, a opressão de posições de poder econômico, político, intelectual e de outros sistemas discriminatórios criam desigualdades sociais específicas, o que colocam por exemplo, travestis em posições subalternizadas.

Portanto, sendo a interseccionalidade uma abordagem integrada e transdisciplinar, na medida em que pesam a soma das dominações e arranjos identitários que constituem as diferenças entre as pessoas, é possível problematizar a complexidade em que ressoa a configuração identitária da travesti no contexto sócio-histórico brasileiro e as nuances e impactos que os discursos de ódio provenientes da transfobia estrutural possuem em nossas vidas (POCAHY, 2011).

Por exemplo, é urgente se atentar ao fato de que o racismo estrutural potencializa a transfobia em 80% dos casos que são identificados e oficializados, sendo geralmente mais afetadas pelas violências de gênero as travestis pretas, pardas e em condição de vulnerabilidade econômica (ODARA, 2020).

⁴² Travesti preta, viveu no Brasil do século XIX, afrontando a moralidade colonial da época ao vestir roupas femininas e exigir ser tratada no gênero feminino

⁴³ Figura emblemática e bastante representativa da vida noturna da Lapa carioca na primeira metade do século XX

Figura 17: Thiffany Odara



Sabendo que apesar da imposição social dos padrões de gênero em nossa sociedade se comportar como um fenômeno social rígido e opressor, a forma pelo qual se constrói a subjetividade dos indivíduos pode ser vista como flutuante e fruto de circuitos abertos e inacabados. Rovaris (2016) anuncia:

As subjetividades não se referem a um sujeito constituído ontologicamente, mas aos efeitos dos processos de subjetivação. São esses efeitos que, ao produzirem subjetividades, constituem as possibilidades de individuação, do surgimento de pessoas, de sujeitos. Somos produtos de nossa época, enquanto fazemos da nossa época algo voltado para o passado e para o futuro. Trato da dimensão social, cultural e política das subjetivações. Os modos de subjetivação produzem tecnologias de produção de indivíduos na mesma medida em que os mesmos produzem e reproduzem as tecnologias de produção. (ROVARIS, 2016, p. 54).

Para Hall (2006), o instituto da diferença não abriga qualquer vestígio de neutralidade e possui um caráter hierárquico que legitima e naturaliza situações de dominação, seja ela racial, de classe, de gênero e de colonialidades do saber. Segundo Sousa (1983), o homem branco, cis e heterossexual passou a ser proprietário exclusivo do lugar de referência de humanidade, lugar este a partir do qual os demais são definidos.

Damasceno (2014) argumenta que os estereótipos sociais teriam o condão de “reduzir, essencializar, naturalizar e fixar a diferença do outro” (2001, p. 03), e divide o normal e o aceitável do anormal e do inaceitável (HALL, 1997). A antropologia social, enquanto terreno bastante fértil para discutir a relação do “eu” com o “outro”, na tentativa de metaforizar a relação dos renegados *versus* privilegiados, sempre se mostrou bastante preocupada em entender como se configura as diversas relações de opressões.

Abu-Lughod (1991), antropóloga palestina, em *Escrevendo contra a Cultura*, advoga que “a cultura opera no discurso antropológico para reforçar separações que inevitavelmente carregam um senso de hierarquia” (p.1). Para a antropóloga, é preciso reconhecer a fronteira existente entre o eu e o outro, para refletirmos sobre os efeitos

políticos oriundos desta distinção, na condição de antropólogos a fim de “perseguir, sem esperanças exageradas sobre o poder de seus textos para mudar o mundo, uma variedade de estratégias para escrever contra a cultura” (ibid). No mesmo sentido:

Eu argumentaria que uma poderosa ferramenta para perturbar o conceito de cultura e subverter o processo de “outrização” que ele envolve é escrever “etnografias do particular”. Generalização, o modo característico do estilo de escrita das ciências sociais, não pode mais ser considerado como descrição neutra (ibid, p. 15)

Portanto, é preciso denunciar a posicionalidade do conhecimento científico para além de sua suposta parcialidade, de modo a desestabilizar os engessamentos das diferenças e das categorizações universais (**FAVERO, 2020**).

Nesse sentido, Favero (2020) vocifera:

É possível, tomando essa provocação como método, escrever contra a cisgeneridade? Não significa escrever contra homens e mulheres, indivíduos, mas pensar um cis-tema (VERGUEIRO, 2016) como algo a ser contrariado. Todavia, essa contrariedade não deve se dar através de uma verdade última impressa nos corpos. (p. 38)

Partindo dessa ótica, é preciso levar em conta que o racismo e a LGBTQIA+fobia⁴⁴ existente em nossa sociedade integram uma infinidade de discursos jurídicos, religiosos, educativos, e psicológicos com a intenção de evidenciar “quais os sujeitos e as práticas são bons ou maus, integrados ou desintegrados, produtivos ou prejudiciais para o conjunto da sociedade” (LOURO, 2009, p 86).

Neusa Santos Souza (1983) disse que se ver e se aceitar como negra, por exemplo, sempre significou estar à margem da sociedade e sempre se viu vinculada à figura representativa do irracional, do feio, do ruim, do sujo e do exótico, tomando como simetria o lugar social ocupado por nós, travestis. Para ela, a contraposição a essas imagens deterioradas foi e continua sendo uma tarefa eminentemente política que exige a contestação e o rompimento com modelos vistos como negativos, e, assim, criando as condições de possibilidades que permitirão ao movimento de travestis terem uma identidade própria.

Goffman (1982), ao definir o conceito estigma social como sendo uma consequência da desaprovação de características que confrontam as normas culturais de determinado grupo social, sustenta que os estigmas enraizados acabam por provocar a deterioração da identidade do indivíduo conduzindo-os à marginalização social. Por isso, o estigma é a “situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação

⁴⁴ O termo é um grande guarda-chuva, que abriga Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Pessoas queer, Pessoas Intersexuais, assexuadas e pansexuais.

social plena” e refere-se a “um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1982, p. 8).

Para Gomes (2020), os estereótipos sociais que ressoam sobre travestis giram em torno de uma escolaridade incompleta, o que acarretaria no uso recorrente de uma linguagem chula, além de exteriorizarem uma imagem de traiçoeiras, histéricas e reativas. Conseqüentemente, o destino o qual estariam fadadas ressoariam em tragédias, entre elas mortes com requintes de crueldade, solidão afetiva, depressão crônica e miséria econômica em função desses estigmas sociais.

Sueli Carneiro (2005), em sua tese “*A construção do outro como não ser como fundamento do ser*”, nos reporta à violência do período colonizatório nas Américas, reconhecendo as condições históricas em que o processo de colonização se deu. Para Evaristo (2016), “foram momentos marcados por uma relação de coisificação dos negros em geral e particularmente das mulheres negras” (p. 5) e segundo Carneiro (2003), “a apropriação sexual das mulheres do grupo derrotado é uns dos momentos emblemáticos de afirmação da superioridade do vencedor” (p. 49). Para Carneiro:

O que poderia ser considerado histórias ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero, segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (ibid, p.50)

No mesmo sentido, para Evaristo (2016):

A representação literária da mulher negra, ainda ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher-mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral. Personagens negras como Rita Baiana, Gabriela, e outras não são construídas como mulheres que geram descendência. Observando que o imaginário sobre a mulher na cultura ocidental constrói-se na dialética do bem e do mal, do anjo e demônio, cujas figuras símbolos são Eva e de Maria e que corpo da mulher se salva pela maternidade, a ausência de tal representação para a mulher negra, acaba por fixar a mulher negra no lugar de um mal não redimido. (p. 2)

Carneiro (2003), ao problematizar a vivência do gênero e da raça vivida pelas mulheres negras, afirma portanto que em função da existência de uma “hierarquia de gênero”, determinados modelos estéticos são considerados como protótipos ideais em detrimento de outros, o que justifica que “as mulheres negras são retratadas como antimusas da sociedade brasileira”

Segundo as ativistas negras estadunidenses, a experiência de opressão sexista é vivida de acordo com a posição social que ocupamos, numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Raça aqui, sendo um marcador social fundante do contexto sócio-histórico brasileiro, configuraria um dos pressupostos estruturais de nossa sociedade, enquanto racialidade seria compreendida como

uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana”, o que explicaria as polaridades oriundas dos valores culturais existentes em nossa sociedade, dos privilégios concernentes aos locais representativos de fala e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades (CARNEIRO, 2005, p. 34)

Por igual sorte, uma *escrevivência* que também é vivida, sentida, e verbalizada através da indignação com o mundo em Evaristo (2006) se coaduna com Carneiro (2003) através da possibilidade de uma percepção racializada da vida, de modo que os marcadores sociais, sejam eles raciais, sexuais, étnicos e econômicos não necessariamente competem ou convergem entre si, mas se coadunam de acordo com o contexto a que se dirigem (FAVERO, 2020).

No mesmo sentido, para Gomes (2020), ao longo da história ocidental, questões relacionadas à sexualidade foram usadas para construir o sujeito homossexual como “o outro”, tomando como referência o corpo e a conduta heterossexual. O mesmo aconteceu com a população negra que foi coagida, a partir do século XVI, não apenas ao corpo branco, mas às normas de condutas concebidas a partir da experiência da população branca, que se colocavam como modelo referencial de humanidade (BENTO, 2006)

Segundo **Megg Rayara Gomes**, ao adotar políticas de controle específicas para modelar, disciplinar e controlar os corpos na expectativa de que se ajustassem ao sistema produtivo capitalista, o Estado procurou controlar a sexualidade dos indivíduos massivamente e buscou, através dos ditames moralizantes cristãos, consolidar as bases para a implementação de um projeto de normatização dos corpos generificados, à medida que “o pecado nas instâncias judiciais assumiu uma dimensão de crime” (GOLDSCHMIDT, 1998, p. 31).

Sabe-se que historicamente as relações sexuais entre pessoas do mesmo gênero sempre foram demonizadas e criminalizadas, tanto pelas instituições religiosas, como pelo Estado enquanto organização política sólida, já que a prática da

sodomia⁴⁵, até meados do século XIV, era punível como crime hediondo (GOMES, 2020).

Por conseguinte, ao instituir uma verdade sobre as práticas afetivas e sexuais hegemônicas, o instituto da heterossexualidade passou a ser compreendido como a única forma possível de se relacionar e as relações entre pessoas do mesmo gênero, que antes eram encaradas até então como perversão moral, passaram a ser encaradas como uma espécie de patologia humana passível de internação em hospitais psiquiátricos (GOMES, 2020).

Para Junqueira (2014), os meios de controle jurisdicional, ao longo do tempo, por meio de discursos, ideias, representações e práticas que definem o que é permitido e o que é legítimo, delimitando e hierarquizando seus campos e relações, de tal forma que os dispositivos da sexualidade aprisionariam pessoas em segredo, causariam isolamentos, legitimariam violências de gênero, e estigmatizam pessoas trans a serviço do controle das normas de gênero. Isso significa dizer que através da imputação dos estigmas causadores de atributos negativos, os indivíduos visto como normais são ensinados a se afastarem da pessoa vista como abjeta (BUTLER, 2003)

Cesare Lombroso⁴⁶, criador da escola naturalista italiana, defendia que práticas homoafetivas, por exemplo, representariam “um estágio de desenvolvimento mais baixo” do que as heteroafetivas, e defendia que pessoas homoafetivas “deveriam ser restringidas a asilos, devido ao perigo que representavam para a sociedade” (BELMONTE, 2009, p. 34).

Neste cenário histórico, demarcado pela moral cristã que contribuiu para cunhar a patologização da homossexualidade nos discursos científicos, a dicotomia entre as forças de representação do sagrado e do profano permearam durante todo o período que a Idade Médica exerceu hegemonia na direção política e ideológica da sociedade europeia (GOMES, 2020). Segundo Gomes (2020):

Esse Deus ganhou não apenas um corpo, mas uma cor, uma raça, um sexo, um gênero e uma orientação sexual, marcadores que eram e são utilizados para determinar espaços políticos e fronteiras bem delimitadas entre o sagrado e o profano (ibid, p. 112).

⁴⁵ Palavra de origem bíblica usada para designar práticas sexuais entre dois pessoas do gênero masculino.

⁴⁶ Médico Italiano que viveu entre os anos de 1835 e 1909, fundador da Antropologia Criminal e da Escola Positiva de Direito Penal. Seus estudos anteciparam a formação da Psicologia Criminal, sendo “O Homem Delinquente”, escrita em 1876, a obra mais famosa.

Vale lembrar que diferentemente dos dogmas e convicções cristãs, nas religiões tradicionais africanas não há a noção maniqueísta que divide o mundo entre bem ou mal ou entre paraíso ou inferno, e algumas divindades, como por exemplo Obatalá⁴⁷, não possui uma identidade de gênero fixa. (OLIVEIRA, 2003),

Nessa mesma linha de pensamento, pergunta-se: quais estereótipos e representações sociais giram em torno da travesti? Como se deu a construção da identidade dessa categoria identitária na sociedade brasileira? Partindo do pressuposto que uma gama de valores morais estão embutidos nessas representações e que até o presente momento histórico continuamos sendo invisibilizadas, o próximo item versará sobre proposições antropológicas e políticas para resolver este dilema epistêmico.

4.2 O Nascimento da Categoria Identitária Travesti

Acontece que, quando me tornei travesti, assumi não apenas ser quem sou, mas toda uma outra vida. Não conseguiria jamais fazer diferente do que fiz, mas sabia das responsabilidades que me aguardavam quando tomei essa decisão. A verdade é que o mundo ainda não está preparado para nós, e, infelizmente, ainda serão necessárias muitas dessas outras cenas, desses questionamentos e dessas situações embaraçosas, até que as pessoas consigam compreender e aceitar que as coisas estão mudando, que nós sempre existimos, mas que agora não precisamos mais nos esconder. A luta é diária. Mas – tento me lembrar disso a todo momento – as felicidades também o são.

Aceitar quem sempre fui, mas demorei muito tempo para entender, faz com que eu me sinta completa quando acordo pela manhã e, ainda que pareça impossível, ainda mais completa quando chego em casa no final do dia. É a minha liberdade de poder viver sem máscaras, sem subterfúgios, sem personagens. Uma satisfação que nada a partir daqui poderá destruir (MÁRCIA ROCHA, 2017)

É de vital importância salientar que foi só após os anos 2000 que experiências de vida de travestis e mulheres trans passaram a ser temas de pesquisas acadêmicas. Via de regra, os trabalhos etnográficos feitos por pesquisadores/as brasileiros/as sempre procuraram destacar a presença delas condicionadas a contextos periféricos próprios da atividade da prostituição, corroborando para que determinados estigmas sociais sejam sempre relacionados com a prostituição e com infecções sexualmente transmissíveis, evidenciando as vulnerabilidades por ela vividas e contribuindo para que haja perseguições políticas e exclusões sistemáticas das mesmas (GOMES, 2020).

⁴⁷ Obatalá (em iorubá: Obátálá) ou Orixanlá (em iorubá: Òrisànlá) na África, "O Grande Orixá" ou "O Rei do Pano Branco", na mitologia iorubá, é o criador dos humanos.

Pergunta-se aqui: estaria a pós-modernidade sendo transformada? Os sujeitos integrados até então estariam vivendo uma crise de identidade? As identidades modernas estariam sendo deslocadas e fragmentadas? Por que só agora se percebe a consolidação de pessoas trans na vida acadêmica e possuindo um reconhecimento social pelos seus méritos? Perguntas que só podem ser respondidas a partir da valorização da diferença, alteridade e do reconhecimento dos diferentes antagonismos sociais que produzem diferentes posições de sujeitos, gerando novas identidades (LACLAU, 1990).

Partindo do pressuposto de que a construção da categoria travesti envolve um percurso cheio de historicidade e artifícios peculiares, justamente por englobar uma série de resistências aos padrões biomédicos e jurídicos que sempre insistiram em estigmatizar o referido segmento social, é de vital importância trazer à baila que as interlocutoras de minha dissertação se autoidentificam⁴⁸ e as estratégias utilizadas para não se esmorecerem ao demarcarem território em um espaço higienizado, classista, racista e sexista que é o ambiente universitário, em sua essência.

Não podemos negar a nossa realidade circundante: mesmo que as universidades públicas estejam subvertendo a referida lógica de apagamento e invisibilidade pessoas trans através da implementação de ações afirmativas, os ambientes acadêmicos ainda se comportam como redutos de produção de conhecimento apenas para determinados grupos sociais aristocráticos, pois preservam a ideia de manutenção do status quo⁴⁹ da estrutura e da organização social de um determinado lugar.

Tendo em vista em que a maioria dos cidadãos⁵⁰ não conclui sequer o ensino básico, faz-se um apelo à necessidade de questionar-se as hierarquias e instituições de poder através de respostas às estruturas opressivas que determinam quem tem direito à educação, valorizando os mais diversos modos de estar no mundo, sendo as bases fundacionais de uma educação efetivamente libertária, antirracista,

⁴⁸ O critério de autoidentificação, juntamente com o reconhecimento social, representam os dois pressupostos mais importantes que validam a identidade travesti na presente pesquisa.

⁴⁹ Expressão advinda do latim que significa “o estado atual das coisas”

⁵⁰ Mais da metade das pessoas com 25 anos ou mais (51,2%) não concluiu a Educação Básica, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

antiLGBTfóbica e anticisheteronormativa⁵¹ o alicerce fundamental para que isso ocorra (ODARA, 2020).

Vou além: é preciso ser resistente diante das discriminações advindas do autoritarismo estatal, já que o Estado nem sempre foi democrático e por muitos anos perseguiu, aniquilou e ceifou vidas de travestis que apenas intentavam exercer o direito de ir e vir.

Recentemente, dias antes do resultado das eleições presidenciais de 2022, se presenciou manifestações de cunho neonazista por meio de pichações com frases contra mulheres, judeus e em apologia ao crime de estupro, em um banheiro público no banheiro do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal de Santa Catarina, no campus Florianópolis. Prova viva de que apesar do período de redemocratização vivenciado nas últimas décadas o fascismo⁵² não morreu.

A Operação Tarântula⁵³, por exemplo, iniciada em 1987 na capital paulista, representou uma forma de exercer a necropolítica contra a população de travestis que exerciam o trabalho sexual, na medida em que se visava, pelo policiamento ostensivo, enfraquecer a potência de vida de pessoas que estariam, irremediavelmente, fadadas a morrer (MBEMBE, 2018).

Segundos relatos históricos, com a histeria coletiva advinda da epidemia de AIDS no final da década de oitenta, policiais militares torturavam, extorquiam e espancavam as que fossem detidas pelo crime de vadiagem punível pela Lei de Vadiagem, que perdurou até o ano de 2012.

Hoje, lutamos com unhas e dentes pela reparação em virtude de todas as travestis que sofreram violência estatal fruto do autoritarismo e fascismo generalizado herdados do período ditatorial que o Brasil passou (1964-1985). Mesmo que hoje haja um Estado Democrático de Direito, corpos travestis são privados de poderem circular nos espaços representativos de poder.

⁵¹ O termo faz referência a uma resistência sistematizada e organizada contra os cisgêneros e a heteronormatividade

⁵² movimento político e filosófico surgido na Itália no começo do século XX, centralizado na figura de um estado ditatorial, que defendeu a prevalência dos conceitos de nação e raça sobre os valores individuais e que é representado por um governo autocrático e despótico

⁵³ Logo após a queda do regime militar no Brasil, foi arquitetada pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, em 1987, a Operação Tarântula, fruto da sociedade higienista e transfóbica, fazendo alusão ao animal tarântula. Nesta operação 300 (trezentas) travestis foram violentadas e detidas em São Paulo.

4.3 A construção da subjetividade Travesti

Segundo Masiero (2017), a maioria da produção científica sobre os estudos trans têm se direcionado para os aspectos relacionados ao tratamento hormonal, procedimentos e no âmbito da saúde, sempre colocando pessoas trans como sendo objetos de pesquisa dignos de serem “exotificados”⁵⁴.

No que tange à minha pesquisa, tanto eu como minhas interlocutoras somos pessoas trans falando de questões que nos afligem, o que indica uma mudança de paradigma teórico e ideológico, já que “as (auto)biografias dão conta de processos de criação e recriação de tramas e dramas de sociabilidades e da construção das múltiplas identificações e identidades individuais e coletivas” (GOMES, 2020, p. 78).

Não só o processo de reconstituição de narrativas que está em jogo, mas também a elucidação de trajetórias de vida aliadas à perspectiva cultural, pós-estruturalista e aos estudos feministas interseccionais de gênero e das relações étnico-raciais, a fim de “compreender as narrativas como resultado de práticas cotidianas as quais, por sua vez, podem ser vistas como históricas e denunciam as regras que as governaram e as produziram” (CAETANO, 2016, p. 33).

Para Caetano (2016), na mesma linha de raciocínio, narrativas (auto) biográficas como abordagem metodológica tem o condão de tornar o discurso sobre o sujeito o ponto central de interesse teórico e sugere que, por meio dos relatos particulares, outras dimensões mais amplas possam ser articuladas a fim de se compreender o impacto que as mazelas advindas das dificuldades e percalços vivenciados tiveram na vida dos sujeitos biográficos.

Desse modo, importante problematizar as representações sociais e práticas discursivas imbrincadas no papel de educadoras e ativistas, enquanto travestis pesquisadoras e que carregam a causa trans como ideal político e identitário.

Seguindo essa abordagem metodológica, Mazariegos (2010), ao identificar eventos cotidianos de resistência e transgressão nos espaços rituais, políticos, acadêmicos, territoriais, sociais, étnicos e religiosos em que mulheres intelectuais mayas frequentam, buscou compreender de que forma as práticas discursivas de suas interlocutoras contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e que incite a participação das mesmas na vida política na Guatemala, de tal modo que essa

⁵⁴ O termo faz referência ao que é ao corpo excêntrico que precisa ser analisado, estudado e passível de um diagnóstico

mudança de paradigma promova a luta por direitos das mulheres indígenas do mundo todo.

Mazariegos (2010), ao localizar a forma e o lugar como essas práticas discursivas emergiram e os elementos objetivos e subjetivos que atravessam aquelas, de modo brilhante e muito assertivo, evidencia as estratégias de resistência deste grupo enquanto categoria política em seu país, de modo a desconfigurar as relações opressoras de gênero, classe e etnia enquanto agentes transformadores sociais nos espaços de tomadas de decisões e de resoluções dos problemas políticos locais, uma vez que as relações de poder incitam inúmeras possibilidades de resistências (FOUCAULT, 1979).

Não só esse como outros trabalhos etnográficos indicam um norte mais politizado acerca das representações sociais. Masiero (2017) ao analisar os aspectos socioculturais atinentes às questões de gênero e sexualidades de uma mulher trans em Barcelona, evidenciando suas experiências subjetivas, traz à baila uma reflexão antropológica sobre as novas possibilidades de ser, atuar e sentir o gênero no corpo.

Já Teixeira (2012) examina fragmentos de histórias de vida de pessoas trans evidenciando suas transições de gênero e os (re)arranjos, as negociações e os conflitos que tangenciam a construção subjetiva de suas identidades.

Os dois trabalhos etnográficos citados anteriormente versam sobre o processo de construção das identidades trans por meio da elucidação dos discursos e saberes que cercam os participantes, problematizando como chegaram a ser o que são hoje, destacando o processo de transição de gênero vivenciado. Transições são, antes de mais nada, um rompimento com o passado.

Tomemos como exemplo de que forma a perspectiva pós-estruturalista de Foucault e Butler fornece instrumentos conceituais necessários para pensar como as subjetividades têm sido produzidas no momento atual da humanidade, na medida em que o modelo normativo binário de gênero cria mal-estar e sofrimento psíquico em pessoas trans diante de uma transfobia socialmente construída que, irremediavelmente, resta sendo internalizada (MASIERO, 2017).

Para Delmondez (2017), enquanto as identidades dos sujeitos forem avaliadas como posições fluidas dentro de um arcabouço político e representativo, o instituto da diferença será o principal constructo social para se referir aos processos de subjetivação da experiência. Neste sentido, a constituição das subjetividades humanas estaria relacionada ao modo como o dispositivo da transexualidade,

enquanto regime discursivo de poder-saber (FOUCAULT, 2009), se reproduz nas práticas de subjetivação de sujeitos trans. Desse modo, observa-se a emergência de sujeitos políticos que se articulam coletivamente e propõem novas possibilidades de reconhecimento social na medida que modificam em suas trajetórias acadêmicas os regimes de verdade vigentes atualmente, o que é o caso das interlocutoras de minha pesquisa.

Por regime de verdade, aqui, entende-se como sendo aparatos discursivos que funcionam como regras de enunciação que englobam técnicas de obtenção da verdade e um estatuto próprio daqueles que geram e definem a verdade, o que explicaria a ligação entre verdade e poder: um determinado poder que produz verdade, a sustenta e conseqüentemente uma verdade que atua sob efeitos de poder. (FOUCAULT, 2009).

A análise do dispositivo da travestilidade tem evidenciado como as práticas de si podem se desenvolver em técnicas de autoprodução a partir de resistências às hegemonias cisheteronormativas e ao binarismo de gênero, que são modos de governamentalidade⁵⁵ (DELMONDEZ, 2017). Nesse sentido, o gênero faz parte de ideais regulatórios discursivos e não discursivos que se materializam no corpo, nas práticas sexuais e no processo de apresentação do eu para si e para o outro (FOUCAULT, 2009). Neste contexto, interessa salientar como as práticas de subjetivação se constroem por meio da transgressão de gênero. O enfoque realizado aqui é a produção de si por meio do gênero, buscando compreender como minhas interlocutoras relacionam com sua história, com seu corpo e com sua identidade de gênero no contexto das relações sociais.

Importante ressaltar a magnitude da genealogia do poder enquanto método apto a capturar as nuances históricas das práticas e relações de poder utilizado por Foucault (1984), onde ele procura decifrar como as subjetividades vem sendo construídas durante a modernidade ocidental: “Como a experiência que se pode fazer de si mesmo e o saber que se pode fazer de si mesmo foram organizados através de alguns esquemas e como esses esquemas foram definidos, valorizados, recomendados e impostos?” (FOUCAULT, 1997, p. 109). Dessa maneira, o ser

⁵⁵ Conceito cunhado por filósofo Michel Foucault para analisar genealógicamente como ocorreram os processos históricos que transformaram a questão política da soberania real em governo estatal na modernidade

humano constrói a sua experiência envolvido dentro de um processo social que, ao mesmo tempo, transforma-o em sujeito (JAY, 1986).

Prado (2017) esclarece que a genealogia deve ser entendida, sobretudo, como método de análise de práticas microfísicas de produção de corpos concretos (FOUCAULT, 1978), proposto como ferramenta para o esboço de uma história do presente, que possibilita a transformação do nosso mundo e daquilo que representamos. Segundo Prado (2017):

Melhor recorrer aqui à figura do prisma para dar conta deste movimento metodológico observável nos estudos de Foucault. É como se houvesse um prisma metodológico trifacetado através do qual se pode perspectivar um acontecimento ou uma experiência histórica. As três faces desta figura são um núcleo imbricado de problematizações dispostas em três eixos de análise: saber, poder e subjetividade. Quando se olha pela lente do saber predomina uma análise arqueológica de discursos e jogos de verdade, ficando as práticas de objetivação e subjetivação dos sujeitos em segundo plano. Quando se olha pela lente do poder predomina uma análise de práticas e modos de objetivação de corpos e subjetividades, ficando os jogos de verdade e de subjetivação num segundo plano. Por fim, quando se olha pela lente das subjetivações o que predomina é uma análise das relações éticas e trabalhos do sujeito consigo mesmo, ficando os jogos de verdade e de objetivação dos sujeitos em segundo plano (ibid, p. 16)

De acordo com a perspectiva genealógica, o que se interessa é a busca da origem dos saberes através dos fatores que interferem na sua emergência, permanência e adequação ao campo discursivo como elementos incluídos em um dispositivo político que abre as condições para que os sujeitos possam se constituir imersos em determinadas práticas discursivas (FOUCAULT, 1997). Segundo essa abordagem teórica, as lutas e os conflitos que configuraram um problema são urgentes e imprescindíveis de serem analisados, a fim de que as experiências vivenciadas possam ser historicizadas, situando o sujeito biográfico e sua vida cotidiana. Portanto, ao mesmo tempo que as experiências sociais agenciam as produções das subjetividades, são agenciadas por elas, de tal maneira que os modos de subjetivação se modificam no decorrer da história.

Partindo do pensamento teórico de Cordovés (2017), em que o mesmo nos informa que os acontecimentos históricos da vida de uma pessoa servem para objetivar a temporalidade dos diferentes momentos das trajetórias de vida de uma pessoa, marcando desse modo mudanças nas condições de possibilidades aptas a produzirem transformações de vida, Bourdieu (1998) faz uma análise crítica dos estudos biográficos que privilegiam a sucessão cronológica dos acontecimentos constitutivos da vida.

Segundo ele, quando encaramos a vida como um caminho ou estrada que nos leva à noção de progresso, de êxito, de que tudo vai necessariamente para frente onde todos os acontecimentos são coerentes e necessariamente orientados, apaga-se as mudanças, descontinuidades e variações nas biografias, dando a entender a existência de uma suposta “ilusão biográfica”. Segundo Bourdieu (1998):

não podemos compreender uma trajetória sem que tenham previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ele se desenvolve e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (p.190).

O que Bourdieu (1998) conceituou como ilusão biográfica é, na verdade, uma espécie de ficção de si, apoiada numa ideia de totalização e de unificação da história de vida que direcionam a atribuição de sentidos e a busca de coerência aos acontecimentos considerados, pelo narrador, como mais significativos na história de vida.

Para o sociólogo, as biografias de vida sempre tiveram como objetivo perpetuar tanto uma noção empobrecida de narrativa, quanto da dimensão temporal e constitutiva da identidade de um indivíduo, atribuindo um estatuto ilusório e fictício das construções identitárias. Nesse diapasão, Bourdieu (1998) advoga no sentido de que o relato biográfico, ao implicar uma sucessão cronológica dos fatos vividos, acaba por negligenciar o fato de que as relações sociais não são necessariamente inteligíveis, tampouco apresentam constância, o que leva a uma criação artificial de sentido das subjetividades intrínsecas.

No mesmo sentido, conforme sinaliza Cordovés (2017), “a discussão bourdeusiana oferece sinais para alargar as possibilidades analíticas e tentar esticar o espaço do possível para aprofundamentos sobre trajetória” (p.136), de tal modo que se permite compreender as trajetórias individuais enfatizando o social e as possibilidades de escolha, destacando o caráter histórico e contingencial das biografias.

Ortner (2007), no mesmo movimento teórico, define subjetividades como:

conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes, levando em conta as formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto e de pensamento (p. 376).

A partir desse referencial teórico, pode-se dizer que a subjetivação é, a priori, um efeito paradoxal dos regimes de poder. Ou seja, a construção da subjetivação psíquica de uma pessoa é capaz de evidenciar como o poder social modela a subjetividade ao mesmo tempo que limita a sua sociabilidade. Por isso as análises sobre o processo de subjetivação precisam seguir uma direção dupla: das condições de formação do sujeito e do retorno contra as condições inerentes a esse processo de formação para que o sujeito possa emergir, gerando assim práticas de resistências. (BUTLER, 1997)

Ao considerar que subjetividades são performativamente⁵⁶ constituídas socialmente, Butler (1997) afirma que o gênero se mostra como constituinte da identidade que pretende ser ou que simula ser. Nesse sentido, “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados” (BUTLER, 2013, p. 48).

Desse modo, isso significa dizer que não é uma identidade de gênero específica que ocasiona o discurso propriamente dito, mas o discurso ou a linguagem é que fazem o gênero. Não existe um “eu” dissociado das práticas discursivas, uma vez que a constituição da subjetividade constitui prática simbólica em que os sujeitos culturalmente inteligíveis são efeitos e não causas dos discursos inerentes (DELMONDEZ, 2017).

Nas democracias modernas, o posicionamento identitário de um sujeito, enquanto agente político, passa a existir mediante dispositivos de subjetivação frente a realidade social, ou seja, o modo como nos identificamos e nos definimos indica nossas posições políticas, invariavelmente. Nossas identidades denotam nossas posições políticas no mundo e não há para onde fugir.

Na mesma linha de pensamento, Aleikseivz (2017) acredita que as subjetividades são construídas e produzidas historicamente pelos mais variados mecanismos de poder, na medida que “há um campo de possibilidades para os sujeitos desconstruírem ou mesmo destruírem suas identidades sujeitadas” (p.2). Portanto, há maneiras de se subjetivar enquanto gêneros dissidentes das normas de gênero, tais como nós, travestis, fazemos com nossas corporalidades e modos de ser e estar no mundo.

⁵⁶ Performance, na Antropologia, é um modo peculiar de enxergar a vida social como um conjunto de atos performativos que dramatizam, comunicam, reiteram e modificam a vida em sociedade.

Maria Zanela (2019) aduz que:

A identidade travesti se constitui estabelecendo forte ligação com a estética da corporalidade, desde a montagem para as festividades carnavalescas e seus bailes nas décadas de 1950/1960, até a ocupação da Rua na década de 1970, época em que as travestis, condicionadas às especificidades da prostituição de rua, interviam cirurgicamente em seus corpos, inicialmente com o uso de silicone industrial líquido. Tanto os bailes de carnaval quanto a prostituição de rua produziram corporalidades travestis, em períodos históricos de ostensiva repressão e criminalização das travestis como sujeitas desviantes. (...)

A origem da terminologia “travesti” data de 1910, ano de publicação do livro *Die Transvestiten*, um dos mais importantes e completos estudos acadêmicos sobre sexualidade e vestimentas, escrito por Magnus Hirschfeld. Naquela época, com base na perspectiva médica da sexologia, os termos “travesti” e “travestismo” se referiam ao impulso para o uso de vestimentas do sexo oposto ao assignado no nascimento (LEITE JUNIOR, 2008 apud DUQUE, 2011). (...)

Em 2005, adotou-se a terminologia “travestilidade” como forma de abolir o que se chamava de “travestismo”, assim, distanciando-se dos determinismo patologizantes que há muito tempo perseguiam as travestis. Destarte, os ativismos e a academia passam a dialogar sobre a importância de pautar a substituição da terminologia, incorporando a “travestilidade” aos estudos brasileiros (AMARAL et al, 2014). O termo travestilidade, proposto por Peres (2005), passa a ser utilizado em vários outros trabalhos (PELÚCIO, 2007; LEITE JUNIOR, 2008, NOGUEIRA, 2009), a fim de dar conta da heterogeneidade das experiências e vivências das travestis. Ou ainda, usos do termo no plural: travestilidades (DUQUE, 2009), a fim de enfatizar uma nomeação que não se faz homogênea, havendo inúmeras tensões internas. (p. 46-47)

No mesmo contexto teórico, **Zanela (2019)** nos informa que a travestilidade não é uma identidade que se fecha na norma binária de gênero, de tal modo que deve ser encarada como performance de gênero e esteve sempre historicamente vinculada ao trabalho sexual remunerado, tendo “a travestilidade, ao longo dos tempos, contribuído para o que a autora chama de Cultura Travesti, considerando todas as dimensões e pluralidades de significações, simbolismos e saberes que a constituem” (grifo meu, p. 47)

Salles (2012) argumenta que as identidades e corporeidades travestis, por meio de seus símbolos e representações acerca do universo feminino, causam instabilidade nos ditames do determinismo biológico impregnado em nossa sociedade, pois a travesti, invariavelmente, refuta os signos e códigos referentes às normas sociais de gênero, já que existem em nossos corpos um discurso inscrito e pré-determinado, quase sempre carregando um significado depreciativo, justamente por nos objetificar sistematicamente, o que faz, conseqüentemente, nosso lugar social simultaneamente político.

Sendo assim, é de suma importância denunciarmos o fato de que estamos a todo momento lutando para sermos aceitas socialmente ao reivindicarmos determinados códigos de conduta e estéticas corporais (**ZANELA, 2019**), na medida que essas subjetivações contribuem para uma maior estigmatização de nossas identidades. Entre a cruz e a espada, uma eterna sina política.

Para Ramos (2005), no novo panorama do final dos anos 90, observou-se que os casos jurídicos mais truculentos de homicídios envolviam travestis, vítimas de crimes de ódio e motivados pela violência de gênero baseada em suas identidades, corporalidades e estilos de vida. A partir daí, em prol da busca de mecanismos jurídicos que se visibilizassem a punibilidade dos autores dos crimes e as possíveis formas de mobilização social para que os casos fossem apurados pelas autoridades judiciais, houve uma aproximação do “movimento homossexual” por parte das travestis, que puderam falar de situações de violência e discriminação vivenciadas em primeira pessoa (p. 43). Com essa nova tendência, observou-se uma visibilidade maior desse segmento por parte das instituições sociais e a consolidação de um grupo político sólido que dialogasse com outros setores e movimentos sociais, o que deu base para que muitas travestis se unissem para lutar ativamente por seus direitos básicos.

Frisa-se aqui que o ponto crucial que contribuiu para o agrupamento de travestis enquanto movimento organizado foi a institucionalização dos processos de exclusão social enquanto mecanismos propulsores de políticas públicas, que foram realizadas paulatinamente por meio do requerimento de medidas no âmbito da saúde pelo Poder Executivo Federal no início do século atual, através da formalização do Processo Transexualizador⁵⁷, garantindo o direito ao acesso à saúde por meio da institucionalização de uma política nacional de saúde específica.

Neste sentido, **Moira** (2017) informa que o termo “cis”, que significa “do mesmo lado do plano”, em oposição a “trans”, que faz menção “aos que permanecem em lados opostos,” surgiu apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, “trans”, este na década de vinte, aquele quase que na virada para o século XXI, e justifica que:

Por obra da violência transfóbica, que tem suas bases bem fincadas no sexismo, aquelas que ousassem afrontar essa lei seriam mortas ou teriam

⁵⁷ Em 2008 foi publicada uma portaria do Ministério da Saúde, nº 1.707, dispoendo sobre a as tratativas do Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de forma gratuita, o qual oferece a avaliação psicológica, tratamento hormonal e processos cirúrgicos.

que voltar de imediato para o armário, dando a impressão falsa de que inexistiam ou de que desexistiram. Foi necessário o surgimento e fortalecimento do movimento feminista e, com ele, a transformação radical dos sentidos que a palavra “mulher” denota para, aos poucos, pessoas criadas para ser homem conseguissem começar a fazer legítima sua reivindicação de existir enquanto mulher e, hoje, pessoas criadas para ser mulher comecem a conseguir fazer com que seja razoável, aceitável a sua reivindicação de existir enquanto homem (2017, p. 2)

Dessa forma, fica evidente que a norma cisgênera, na medida que coage os indivíduos a se conformarem com o gênero atribuído no nascimento, é bastante estratégica em somente destacar quem vai de encontro a ela, ou seja, pessoas trans. A norma, até então, nunca foi destacada, e portanto sempre subalternizou e marginalizou quem ousava contrariá-la, de tal modo que esses sujeitos não são lidos socialmente da mesma forma que quem corresponde à norma. As inteligibilidades que percorrem as relações sociais são, portanto, desproporcionais e injustas, pois faz com que pessoas trans sejam capturadas como arquivos vivos de histórias de exclusão (BUTLER, 2003).

Portanto, faz-se mister ressaltar que a intenção da criação do termo cis, ou cisgênero, tem o intuito de evidenciar que tanto pessoas trans quanto pessoas cis passam por um processo de identificação de gênero, visto aqui como apenas mais uma das diversas características que compõem o gênero humano e suas experiências, haja vista que o dispositivo da cisgeneridade se encarrega de promover assujeitamos por um lado e ao mesmo tempo encontra resistências e ressignificações nas esferas do gênero (MOIRA, 2017; FAVERO; 2020).

Seguindo adiante, no próximo capítulo, as trajetórias políticas e acadêmicas de minhas interlocutoras serão delineadas detalhadamente.

5 RESISTINDO AO SISTEMA

É preciso travestilizar os espaços acadêmicos, e para isso é preciso resistir às mais diversas violências estruturais e institucionais presentes em nossa sociedade, isso já foi apontado nos capítulos anteriores. Mas de que forma tornaremos nossas pesquisas válidas e faremos com que as pessoas tenham interesse em saber de nossas existências?

Já que estamos sempre falando sozinhas, haja vista as restrições nas possibilidades de adquirir uma vida afetiva autêntica e saudável, é preciso escancarar nossas práticas discursivas, rasurando das mais diversas maneiras as lacunas que insistem em ignorar nossos protagonismos políticos e acadêmicos.

5.1 Por que falar de trajetórias?

CORTE EM MIM (JOÃO NERY, 1975)

Estes percorreres por aí à balda, nestes saudos antigos eus.

Qual deles deixei no meio da estrada e em que sombra,

me perseguem até onde sou?

Até que fundo somos? (Fomos?)

Esse nós que no meu eu se alimenta, e que
diante do espelho, volta a mim e não me
encontra -- essa própria alteridade comigo
mesmo, como um possível outro, que em mim
se empenhou.

Agora não mais o sei o meio de mim: se o
animal legítimo, que desde a infância
medra, se os estrangeirismos, de línguas-
vossas. Só sei que não me atenho ao que me
assino. A identificação foi negada, por este
conhecimento que me fizeram, da pura
solidão do conhecido.

Ressaltar a trajetória exemplar e os protagonismos sociais exercido por travestis por meio das narrativas é uma tarefa que se faz bastante preciosa. Não só pelo fato de nossas narrativas estarem em voga em função do apelo ao respeito às

diversidades inconformes de gênero nos mais diversos veículos midiáticos, mas por que é necessário exaltarmos nossos feitos, conquistas e méritos que estamos conquistando a curtos passos. Segundo **Vergueiro** (2015):

Como a gente convive, como a gente enfrenta, como a gente resiste a estas (e tantas outras) violências normatizantes, inferiorizantes, brutalizantes? Como a gente reflete sobre as mortes das travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, dos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? Nossas resistências se fazem destas dores, destas memórias trágicas de passados e presentes, e também das memórias que vamos produzindo a cada momento: nossas existências e nossos corpos, sobreviventes a racismos e cissexismos interseccionalmente localizados, produzem as histórias, afetos e esperanças que perfuram o véu higienista+elitista branco+cisgênero e mostram que, sim, a história é nossa. Apesar de todos pesares.

Mesmo que constantemente ameaçada de extinção por uma série de dispositivos de poder, a história é nossa. Nós também a escrevemos, cantamos, dançamos e vivemos, esteja isso catalogado em bibliotecas e acervos ou não, esteja isso sendo analisado por pessoas acadêmicas ou não, esteja isso tipificado em manuais médicos de maneira humanizante e competente ou não. Que nossas memórias trans, que as memórias das sociedades com 'outras' perspectivas de gênero e todas as resistências contra branco-supremacismos, sirvam como ferramenta para enfrentarmos todos os abismos racistas e cissexistas que pairam (como espectros de passados que temos de enfrentar) sobre mundos, instituições e espíritos. Que possamos empreender exercícios decoloniais que nos permitam transpor os abismos dentro de nós, entre nós e as pessoas que nos são queridas e amadas, entre nós e os mundos nos quais nos inserimos. E que, se alguns deles forem intransponíveis, que convivamos com eles criticamente, reconhecendo-os, compreendendo os distanciamentos, dificuldades e dores que provocam. (p. 219)

É preciso lembrar que retratar os mais diversos agenciamentos realizados por travestis no campo científico é uma maneira de mudar a forma como o mundo nos enxerga. Por mais que tenhamos passado por inúmeros percalços, tensionamentos e combates para chegarmos até aqui, crucial salientar nossos empoderamentos políticos ao assumirmos um papel decisivo e único na produção de conhecimento, que inclua as nuances subjetivas e pessoais enquanto donas de nossos destinos, no intuito de “apresentar uma possibilidade de produção de conhecimento emancipatória alternativa” (KILOMBA, 2010, p. 32), através de um propósito decolonial interseccional capaz de retratar os percursos agenciados e operacionalizados (VERGUEIRO, 2015).

Em Hooks (2013), narrativizações enquanto campo teórico são capazes de provocar uma suposta autorrecuperação⁵⁸ de nossas mazelas e até mesmo

⁵⁸ Bell Hooks, professora, artista e ativista norte-americana, ao propor uma teoria como prática de cura para as dores causadas pelo racismo, pelo sexismo e pela dominação de classe, tece inúmeras críticas sobre a os referenciais teóricos elitistas e colonizatórios da construção de conhecimento.

impulsionar uma libertação coletiva, onde ativismos, diálogos e confissões são trazidos à tona. Hooks (2003) afirma que a teoria não é intrinsecamente libertadora e revolucionária, se tornando efetiva somente quando a usamos para elaborar a dor em suas dimensões individual e coletiva. Segundo Hooks (2019):

A construção social do eu “em relação” significava, então, que conheceríamos as vozes do passado que falam em e para nós, que estaríamos em contato com o que Paule Marshal chama de “nossas propriedades ancestrais” — nossa história. Porém, são precisamente essas vozes que são silenciadas, reprimidas, quando somos dominados. É essa voz coletiva que lutamos para recuperar. Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nos opomos a essa violação, a essa desumanização, quando buscamos a autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar a nossa história. Esse processo de autorrecuperação permite que nos vejamos como se fosse a primeira vez, pois nosso campo de visão não é mais configurado ou determinado somente pela condição de dominação. (p. 78)

Importante lembrar que nós, pessoas trans, representamos apenas 0,3% da parcela total de estudantes de instituições federais, consoante a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que traçou um perfil dos universitários trans brasileiros a partir de dados de um levantamento feito em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com estudantes de graduação de todo o país.

Segundo a mesma pesquisa, se constatou que pessoas trans são duas vezes mais ligadas às organizações sociais que buscam por um ideal político maior, se comparadas com as pessoas cis. Entre o grupo de pessoas que se autoidentificam como trans, 45% responderam fazer parte de algum movimento, contra somente 28% dos estudantes cisgêneros.

Para **Helena Vieira** (2021), uma das pioneiras no ativismo digital em prol da causa trans, os movimentos sociais que lutam em prol dos direitos de pessoas trans e melhores condições de vidas possuem o condão de construir redes de apoio que proporcionem o estímulo ao acesso e à permanência nos ambientes universitários, por exemplo, questões elencadas neste capítulo.

Figura 18: Helena Vieira



Por conseguinte, é importante que narremos sobre quem somos e o que nos tornamos ao longo dos anos em função das experiências e dramas sociais vividos (TURNER, 1980), e através das narrativas orais de minhas interlocutoras trarei a relação entre a militância e a vida acadêmica enquanto atividades indissociáveis e que se entrelaçam, em maior ou menor grau.

Em Turner (1980), através da consolidação de uma antropologia da experiência, faz-se mister salientar que “pessoas tem vontades, desejam, sentem, tanto quanto pensam, e seus desejos e sentimentos nutrem seus pensamentos e influenciam suas intenções” (p. 4).

Na mesma linha, Gonçalves, Marques e Cardoso (2012) evidenciam a importância de se tensionar biografia e etnografia, enquanto construções narrativas que dão conta desses dois aspectos simultaneamente, “propondo de uma só vez e a um só momento a não mais antagônica relação entre subjetividade e objetividade, cultura e personalidade” (p. 9). Segundo tais autores:

Neste agregar de novos significados, a narração é tida como simultaneamente constitutiva da experiência, do evento, do social e dos personagens-pessoas. É tomada para além de uma função representativa, evidenciando assim sua função poética de dar forma ao ‘real’. No lugar de tratar a narrativa como distinta de práticas sociais ‘concretas’, a etnobiografia recusa a separação entre discurso, linguagem e experiência, insistindo na qualidade produtiva do discurso. Da mesma forma, o conceito de etnobiografia afeta necessariamente não só o modo como tratamos as histórias que os sujeitos etnográficos nos contam, mas também como contamos nossas histórias etnográficas sobre essas histórias e seus personagens-pessoas. Em outras palavras, a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se objeto etnográfico. (ibid, p. 10)

Na mesma ótica, Langdon (1999) percebe que a abordagem centrada no discurso é capaz de desvendar como os atores sociais criam significados através dos processos da narrativa oral enquanto componente do aparato discursivo, transcendendo assim a mera análise técnica da palavra. Langdon (ibid) afirma:

A narrativa representa a preocupação geral humana de como traduzir o *saber* para o *contar*. É o jogo imaginativo reconhecido por Boas, a representação dos eventos que surgem do desejo de demonstrar que as experiências da

vida têm uma “coerência, integridade, plenitude, e conclusão; transmitem uma imagem da vida que é e só pode ser imaginário” (White, 1981, p. 23). A narrativa expressa momentos dramáticos na vida humana, momentos de importância que fazem parte da memória cultural e individual. Segundo Burke (1957, p. 103), as narrativas são consideradas como um “equipamento (ou preparação) para viver”. A literatura relaciona a vida, apresenta as estratégias para resolver as situações típicas e recorrentes numa dada sociedade. Turner (1981), recorrendo ao conceito de “enquadre” de Bateson, considera que a narrativa fornece um enquadre para a resolução de conflitos dentro de uma sociedade. (ibid, p. 20)

Seguindo essa perspectiva metodológica, foram analisadas entrevistas orais de travestis que são pesquisadoras e ao mesmo tempo ativistas, além de trabalhos escritos publicados pelas mesmas. Nesse sentido, julgo importante que agenciar narrativas em torno da experiência de vida seja um primeiro passo para que meu trabalho seja concretizado.

5.2 Entre possíveis ativismos

“Eu não estava preparada sequer para cogitar a ideia, mas é curioso que pouco depois disso, me sensibilizando com a vida difícil que ela levava, o preconceito, a violência, a exclusão, a prostituição precária e mal remunerada, fiquei imaginando que um dia, quando eu virasse professora concursada de uma universidade pública, sem poder mais ser demitida, eu poderia me assumir travesti e obrigar a sociedade a aprender a respeitar pessoas trans.

Travesti por escolha, uma escolha política, como se fosse simples assim. Gosto tanto de lembrar esse momento. Às vezes a gente passa a vida tentando descobrir uma maneira de viver que faça sentido, que não seja um peso, e acredito que precisei ir cavando desculpas esfarrapadas, álibis seguros, para imaginar possível esse acontecimento, por exemplo.

Os danos psicológicos que essa vida no escuro me legou são gigantes, irreversíveis em alguma medida, essa dificuldade de me entregar a uma relação, de me desarmar, de mostrar o que há por trás da máscara, mas não posso ignorar que a descoberta tardia da minha transgeneridade me possibilitou também um monte de blindagens e a possibilidade de negociar em melhores termos a minha aceitação. Não sei se teria conseguido chegar ao doutorado caso transicionasse na adolescência ou no começo da vida adulta.” (AMARA MOIRA, 2017)

Primeiramente ressaltar a importância de reverenciar a potencialidade de pesquisadoras que são referência para todas as pessoas trans que insistem em continuar na vida acadêmica na manutenção de suas pesquisas. Se não houvesse em quem se espelhar o presente trabalho restaria inviável, diga-se de passagem. Houve muitas travestis e mulheres trans que tiveram suas estradas interrompidas pela

transfobia estrutural, que foi capaz de desestimular a permanência nas universidades, não devemos olvidar.

Segundo **Linn da Quebrada** (2022), “é preciso conquistar territórios teórico-práticos-epistemológicos de maneira menos lógica e mais sensível, ou melhor, travestilizando de sensibilidade as ruas e as universidades, e tudo que há, entre. (p. 7, grifo meu).

Figura 19: Linn da Quebrada



É preciso lembrar que foi através das conquistas do Movimento Social de Travestis e Mulheres Transexuais que iniciou um processo de contestar a sistemática exclusão de cidadania que assola nossa população, e que não há outra maneira senão estabelecer conexões e diálogos entre os ativismos trans com a construção de epistemologias capazes de refletir sobre as formas como a educação institucional e o conjunto de práticas pedagógicas se relacionam com a autodeterminação das populações subalternas do mundo (**ARAÚJO, 2022**).

Dessa sorte, imprescindível ressaltar que o conhecimento científico sem uma aplicação prática frente a soluções das mazelas sociais humanas não faz sentido existir, pois a universidade pública deve cumprir, acima de tudo, com seu compromisso ético, político e social frente ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária que garanta o efetivo exercício dos direitos sociais previstos em nosso ordenamento jurídico.

Em seu art. 6º, a Constituição Federativa Brasileira reza que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Desamparados aqui, a meu ver, inclui pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Haja vista a maioria das pessoas trans no Brasil se encontrarem desamparadas social e economicamente, é de extrema importância ressaltarmos a condição de “sujeitos de direito à educação” (**SILVA, 2018**).

Nas narrativas orais de **Gabriela Silva**, é explícito em seu discurso que atribuir à escolarização como sendo um direito social básico requer, impreterivelmente, responsabilizar o Estado enquanto implementador de políticas públicas educacionais a fim de garantir o acesso à educação básica e a promoção da igualdade, equidade e do respeito à diversidade, sobretudo, já que diversas espécies de violências impedem o acesso e a permanência de pessoas trans à educação básica.

Não é apenas a faca e o revólver que ceifam vidas. Segundo Borba (2019), episódios de humilhações, hostilizações, ameaças, injúria e difamação demarcam as armadilhas dos discursos de ódio às identidades de gênero dissidentes. Segundo Butler (1997), “a linguagem opressora não substitui a experiência da violência. Ela performa um tipo próprio de violência” (p. 9); ou seja, as palavras são como lobos sob pele de cordeiro, pois disfarçam um artifício de violência que está ali, nas entrelinhas. Dessa forma, as diferentes práticas transfóbicas, sejam elas físicas ou verbais, ameaçam dois âmbitos básicos da vida em sociedade: a existência corporal e a possibilidade de existência linguística, sem os quais a vida não é possível de ser vivida (BORBA, 2019).

Segundo Certeau (2005), indivíduos marginalizados engendram táticas e políticas de sobrevivência enquanto reações diante de um sistema de gênero opressor e excludente em nosso país, que precisam ser pensadas como o alicerce central motivador de um ativismo trans sólido e que persiste ao longo dos anos.

Nesse sentido, Borba (2019) questiona:

como pessoas trans insistem em (sobre)viver e em produzir ações e discursos sobre a vida num dos países mais transfóbicos do mundo? Como garantem sua existência corporal e linguística? Que táticas de resistência confeccionam para tentar driblar as normas de gênero que persistem em negar sua existência? (p. 176)

Pensando através de uma outra ótica acerca da imposição dos dispositivos disciplinares, Butler (2000) nos ensina que na tentativa de impor um modelo branco e sexista, através dos discursos e ações normatizadoras, a mesma sociedade possibilita a emergência desses sujeitos disciplinados através das estratégias de resistências que surgem desses mesmos discursos como forças antagônicas, observando assim uma luta para subverter o pensamento de que somos inferiores por natureza.

Estima-se, segundo **Indianare Siqueira**, travesti e ativista, em entrevista realizada a Revista Fórum em janeiro de 2015, que travestis mulheres trans tenham expectativa de vida em torno de 35 anos, menos da metade da média de 75,4 anos

da população do país em geral declarada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2016. Sabe-se que o avanço da violência contra pessoas trans tem contribuído para que o fenômeno do transfeminicídio, marcado por uma política sistemática e intencional de eliminação da população trans no Brasil tenha se alastrado nos últimos anos. Bento (2014) acrescenta que o transfeminicídio seria “[...] a expressão mais potente do caráter político das identidades de gênero, em que além de romper com os destinos naturais do seu corpo generificado, a pessoa trans faz isso publicamente” (p. 2)

Figura 20: Indianare Siqueira



Maria Zanela, ao questionar acerca da missão enquanto ativista, revelou nas entrevistas orais que acredita que o ativismo cumpre com a incumbência de incitar que pessoas trans acessem espaços que outrora não eram possíveis de serem acessados, sendo essencial a utilização de nosso tempo de vida a fim de lutar pela melhoria de vida de outras pessoas semelhantes.

Ativismos trans são activismos políticos porque o simples fato de ser quem se é implica numa decisão política. Segundo **Amara Moira** (2017), no capítulo *Destino Amargo* do livro *Vidas Trans*:

Participar da militância vai me mostrando que era possível eu sentir orgulho de mim, não mais vergonha e desejo de punição, aí pouco a pouco vou encontrando propósito na vida, propósito para além daquele ensimesmamento da vida universitária, eu todo dia sentada na escrivaninha lendo livros que ninguém lê, escrevendo artigos que nada mudavam, as velhas demonstrações gratuitas e descompromissadas de inteligência, ocupando esse espaço que a sociedade entende como legítimo, mas que, no mais das vezes, me parece mais é pernicioso, por contribuir para que tudo se mantenha igual” (p. 43).

(...) Foi nessa a época em que meus textos começaram a circular mais e mais, narrativas das minhas vivências travestis, militantes, eu pouco a pouco encontrando motivos para escrever, propósitos na literatura para além da experimentação verbal. Escrever agora, ora bolas, não era só escrever, mas sobreviver, a gente cavando um futuro para chamar de nosso, insistindo em

pensar palavras para as nossas próprias versões, nos assenhorando do direito à palavra. (p. 55)

Para **Amara Moira**, a militância é como um “projeto de vida”, na medida em que a estimula a lutar por uma sociedade em que pessoas trans não sejam tão hostilizadas como antigamente. Na mesma sorte, **Sofia Favero** (2020), em seu livro *Vidas Trans*, conta que teve uma experiência bastante peculiar quando realizava um estágio curricular obrigatório em uma escola católica quando cursava Psicologia em Aracaju, capital do estado do Sergipe. Relata que através do desenvolvimento de uma intervenção psicológica com os estudantes, vivenciou olhares e comentários transfóbicos por parte deles acerca de seu gênero, enquanto retóricas violentas (p. 29). Segundo ela:

Sem uma travesti circulando naquele espaço, talvez não fosse possível notar que os estudantes reagem com riso, chacota e deboche. Sem uma travesti circulando naquele espaço, talvez também não fosse possível notar que a possibilidade de exercer uma função profissional com crianças e adolescentes é restrita a corpos (cis) normativos. Estar no lugar da psicologia e da travestilidade foi o que me permitiu analisar a escola de maneira bastante específica. Sobre isso, Collins (2019) tece uma série de contribuições, principalmente ao falar sobre a *Ousider Within*. Ou, em português, estrangeira de dentro. Para a autora, que analisa a posição analítica das mulheres negras estadunidenses, elas estão “lá” e “cá” ao mesmo tempo, algo que lhes confere um privilegiado status sociológico na revisão de paradigmas. (p. 31).

Em Haraway (1995), contesta-se a ideia de que a produção de conhecimento seja autenticamente neutra, de tal maneira que é necessário, acima de tudo, romper com o saber científico que parte de um lugar vazio e não referenciado (FAVERO, 2020), “argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer do conhecimento racional” (HARAWAY, 1995, p. 30).

Em Anzaldúa (2000), a escrita é utilizada como instrumento de irrisignação diante das mazelas e opressões cotidianas, de modo que a revolta é medida que se faz necessária. No mesmo sentido, Favero (2020) nos informa:

Presentemente, falo às travestis e transexuais. Àquelas que se viram impedidas de escrever ou que nunca enxergaram na escrita uma arma de combate. Gostaria de contar sobre as guerras que podemos travar a partir de um texto, sejam elas na graduação, durante a experiência de estágio, nas publicações científicas, entrevistas à imprensa, etc. Quantas pessoas podemos transtornar através de nossas obras que agitam? (p. 36)

No mesmo sentido, infere-se que a *fúria travesti*⁵⁹ (FAVERO, 2020), conceito utilizado para se referir às mobilizações da população travesti na Argentina, consegue servir de mecanismo para confrontar o instituto da cisgeneridade, na medida que interliga identidades coletivas ao confronto à heteronormatividade compulsória e ao autoritarismo estatal, na medida que consolidam direitos coletivos por meio da resistência ativa.

Jota Mombaça (2016), escritora⁶⁰ e artista visual brasileira não-binária⁶¹, nos lembra de que, apesar dos avanços políticos alcançados nas últimas décadas:

Àquelas de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a se esconder na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele. (MOMBANÇA, 2016, p. 1)⁶²

Céu Cavalcanti⁶³ (2019) nos alerta sobre a possibilidade de produção de alianças afetivas capaz de alentar sufocamentos e silêncios sobre nossas resistências diárias.

⁵⁹ Termo usado pelas travestis ativistas na Argentina para reivindicar uma identidade coletiva. O país é conhecido pela forma com os direitos políticos são conquistados através da reivindicação nas ruas. Em 2012, a Argentina se tornou o primeiro país do mundo a permitir que as pessoas mudem oficialmente seu nome e gênero sem a necessidade de autorização judicial, enquanto o Brasil só no ano de 2018 isso ocorreu.

⁶⁰ Aqui a escrita é neutra para demarcar o lugar de fala da pessoa não-binária

⁶¹ Identidade que não abarca as identidades binárias de gênero, sendo representada pela letra Q, de queer, da sigla LGBTQIAP+

⁶² Texto completo disponível em <<https://piseagrama.org/o-mundo-e-meu-trauma>>

⁶³ Travesti graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra em Psicologia na mesma universidade, atualmente cursa Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é atualmente se tornou a primeira conselheira transgênero do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

Figura 21: Céu Cavalcanti



Audre Lorde (1977) pronunciou um discurso memorável:

Eu ia morrer cedo, tivesse falado ou não. Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês. Mas cada palavra que tinha dito, cada tentativa que tinha feito de falar as verdades que ainda persigo, me aproximou de outras mulheres, e juntas examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos, nos sobrepondo a nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado de todas essas mulheres que me deu forças e me permitiu analisar a essência de minha vida. As mulheres que me ajudaram durante essa etapa foram negras e brancas, velhas e jovens, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, mas todas compartilhamos a luta da tirania do silêncio. Todas elas me deram a força e a companhia sem as quais não teria sobrevivido intacta. Nessas semanas de medo agudo – na guerra todas lutamos, sutilmente ou não, conscientemente ou não, contra as forças da morte – compreendi que eu não era só uma vítima, mas também uma guerreira.

Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio? Talvez para algumas de vocês hoje, aqui, eu represento um de seus medos. Porque sou mulher, porque sou negra, porque sou lésbica, porque sou eu mesma – uma poeta guerreira Negra fazendo seu trabalho. Pergunto: vocês, estão fazendo o seu? (GEDELÉS, 2015)⁶⁴

Lirous Fonseca, assistente social, travesti, ativista, produtora musical e uma das pioneiras em consolidar um espaço coletivo destinado à políticas públicas para pessoas trans em Florianópolis, já que exerceu a direção da instituição ADEH (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população LGBTQIAP+) por alguns anos, em um ensaio publicado no livro *Psicologia, transexualidades e travestilidades: compromissos ético-políticos da despatologização* afirmou que:

Falando mais um pouco sobre a questão da parceria da universidade e o quanto ela é importante, acho fundamental mencionar que foi graças à

⁶⁴ Comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas em 1977 e publicada em vários livros da autora, disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao>>

parceria com a UFSC que conseguimos motivar muitas pessoas travestis e trans a estarem entrando dentro na universidade. Eu fui uma delas, a Fabrízia⁶⁵ foi outra. E temos outras meninas que acabaram tendo esta vontade, inserindo-se e conseguindo um lugar, mesmo sabendo e vivenciando o que é estar em um local onde geralmente não somos bem acolhidas.” (p. 116)

Figura 22: Lirous Fonseca



A ADEH, criada no ano de 1993, foi a primeira ONG focada no acolhimento à pessoas vítimas de violências de forma gratuita por uma equipe de profissionais voluntários, importante ressaltar, tendo aberto caminho para que fosse possível a implementação de políticas públicas para a população TT⁶⁶ através de uma articulação do movimento TT com outros focados em demandas políticas de segmentos minoritários, como por exemplo os dos sindicalistas e das mulheres feministas, haja vista a inércia do Poder Legislativo e Executivo Municipal em atender as demandas de nossa população.

Gabriela da Silva, uma das primeiras ativistas do Estado de Santa Catarina, revela a importância da instituição ADEH, enquanto Organização Não Governamental na defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população LGBT, ao relatar que seu primeiro contato com o movimento de travestis e mulheres trans foi através de um projeto financiado pela *Pact Brasil*, ONG internacional com sede em São Paulo, em que se intentava promover o empoderamento de travestis e transexuais profissionais do sexo, coordenado pela mesma instituição, tendo sido esse primeiro contato com o ativismo. Gabriella tem 56 anos de idade e sempre demonstrou um imenso compromisso com as demandas sociais relativas à população de travestis em Santa Catarina, tendo até se candidato a vereadora no ano de 2018 em Tubarão, assim como Lirous foi em Florianópolis.

⁶⁵ Travesti ativista nativa de Florianópolis

⁶⁶ Sigla que abarca travestis, mulheres trans e homens trans.

Lirous e Gabriela são como uma mãe para os ativismos de pessoas trans no estado de Santa Catarina, diga-se de passagem. Desde que as conheço por gente, sempre se mostraram muito solícitas com o engajamento político e nunca pouparam esforços para estarem presentes em todos os eventos relacionados aos protagonismos de pessoas trans em Florianópolis, cidade marcada por conservadorismo extremo com relação à visibilidade de pessoas trans. Quase nunca são vistas no período diurno, frise-se. E o motivo é simples: Não fomos condicionadas a estar nos espaços públicos, sequer autorizadas. Quem ousou em estar quebrou padrões. Eu fui uma dessas pessoas.

Tendo sempre circulado livremente em todos os espaços públicos, peitei de frente qualquer pessoa que dissesse que eu não era bem-vinda. Aliás, sempre me motivou estar em espaços em que eu era a intrusa, só pra incomodar. Alguém tinha que exercer esse papel, digamos. Meu vício em adrenalina e correr riscos me permitia atuar com propriedade diante desse feito. Eis a importância de ser uma ativista em qualquer momento ou circunstância, e o simples ato de ir e vir já configura como sendo um ato de lutar em prol de nossas existências, já que o maior direito inalienável do ser humano é o de poder ser livre.

No que pese os ativismos estarem geralmente relacionados com a vinculação a algum movimento social organizado aqui se advoga no sentido de que existe outra forma de exercê-lo: através das práticas pedagógicas ligadas à docência, da pesquisa vinculada ao saber universitário e da extensão da produção científica às demandas sociais e políticas de um dado lugar, atribuição a qual a Universidade Federal de Santa Catarina sempre esteve imbuída, o que a faz lograr o posto de 23ª melhor universidade da América Latina e a 8ª posição entre as brasileiras, segundo o resultado do *QS World University Rankings: Latin America 2023*⁶⁷, divulgado final de setembro de 2022.

Maria Zanela, ao ser entrevistada e se identificar como uma ativista, defende que pra ser ativista é preciso muito mais que simplesmente se identificar com a identidade travesti. Para ela, é necessário cumprir um papel social diante da população, seja por meio da implementação de políticas públicas, na criação de materiais documentais que estimulem os direitos relacionados à cidadania e da

⁶⁷ Disponível em < <https://www.topuniversities.com/university-rankings/latin-american-university-rankings/2023>>

institucionalização de práticas pedagógicas efetivas que tragam ao ambiente universitário as contribuições advindas do movimento de trabalhadoras sexuais, por exemplo, ao unir saberes “intertransdisciplinares”⁶⁸ e militância acadêmica.

Segundo **Maria Zanela (2019)**:

A própria militância travesti surgiu na prostituição. Em 1980, cerca de mil manifestantes – entre os quais também haviam lésbicas, gays, negros e prostitutas – marcharam pelo centro de São Paulo, com faixas, onde, entre outros dizeres, lia-se “Libertem os Travestis” (GREEN, 2000; FACHINNI, 2003; TREVISAN, 2004). Importante sinalizar que neste período histórico, era comum o tratamento masculino às travestis, embora algumas lideranças, à época, contestassem a atribuição de signos masculinos às suas identidades. Em 1993, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (FACHINNI, 2005). Em 2005, a movimento organizado das travestis criou a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). As organizações de travestis começam a se articular prioritariamente através de organizações em locais de prostituição, tendo como marco histórico a reivindicação de um grupo de travestis que exerciam a prostituição na Praça Mauá, no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2011). Esta manifestação deu origem a primeira organização política de travestis do Brasil e da América Latina, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), no ano de 1992. (p. 50)

Aqui se intenta evidenciar a importância dos ativismos de trabalhadoras sexuais travestis na consolidação de uma organização política articulada, as quais sempre estiveram na linha de frente, além de evidenciar que tanto **Maria Zanela** como **Gabriela da Silva** sempre exerceram o trabalho sexual e continuam exercendo, e **Amara Moira** exerceu por um tempo de sua vida, tendo publicado *E se eu fosse Puta*⁶⁹, em 2016, uma coletânea de crônicas produzidas em análogo com experiências na prostituição de rua. Em sua obra, ao mesmo tempo que a escritora abusa de artifícios literários para brincar com as palavras, torna possível uma descoberta de si através de um relato autobiográfico acerca de sua transição de gênero. Segundo **Amara (2016)**:

Porém contudo todavia a travesti tá aí, puta também e a gente tá um tanto cansada de ser jogada para debaixo do tapete: vão querer continuar fingindo que a gente não existe, que isso aí não é a vida que existe pra nós? Sento, lamento e choro, não deu, não vai dar. O pai de família respeitável que atendo na zona acha um barato papar a mim por dimdim poquim, o fim da picada eu contar a historinha pra deus e o mundo (MOIRA, 2016, p. 113).

Jaqueline Gomes de Jesus afirma que participa da militância desde o final dos anos 90, quando entrou no curso de Psicologia da Universidade de Brasília, tendo

⁶⁸ Termo usado por Maria Zanela para evidenciar o cruzamento das mais diversas áreas do conhecimento com os estudos de pessoas trans

⁶⁹ Segundo Amara, a versão foi reformulada para *E se eu fosse pura* para que fosse comercializada pelas maiores editoras do país.

conhecido pessoalmente as primeiras fundadoras do movimento trans, tais como **Fernanda Benvenutty**, fundadora da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), tendo falecido no ano de 2020 em virtude a um câncer no fígado, **Keila Simpson**, presidenta atual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e **Sissy Kelly**, ativista, militante dos direitos humanos, idosa e travesti. Importante ressaltar que é a única travesti negra entre as pesquisadoras e já era ativista antes da sua transição de gênero, enquanto todas as outras se tornaram ativistas somente depois de terem se assumido.

De outro lado, **Sofia Favero**, em 2016, numa entrevista⁷⁰ dada à Revista Galileu, afirmou que:

Sou travesti e ativista, são bandeiras indissociáveis. A travesti é uma pessoa que subverteu as normas que são empurradas antes mesmo do nascimento, com a atribuição de um gênero. Recusar ser homem e ser mulher não é um mero conflito, é perder a própria condição de sujeito e ser considerado antinatural. Dizer que não há certeza alguma dada pelo corpo faz com que toda travesti, ainda que não se reconheça dessa forma, seja uma ativista.

Sofia Favero (2020), afirma em seu livro *Crianças Trans* que:

Desde minha entrada no mestrado tenho pensado sobre como ser "quem sou" é um aspecto que não pode deixar de ser falado. Aliás, não só falado, mas articulado. Sou a primeira travesti matriculada no programa de pós-graduação via ações afirmativas, recentemente aprovadas na Psicologia Social, em 2018. Um lugar bastante estratégico para refletir analiticamente sobre temas de interesse nas ciências humanas, tendo em vista que essa mesma turma foi a responsável pela entrada de 10 alunos negros – algo, até então, inesperado, considerando a pedagogia de exclusão racial que permeia as universidades. Além das cotas raciais e para transgêneros, esse protocolo também inaugurou vagas para pessoas com deficiência, indígenas e para graduandos/as da rede privada de ensino superior, beneficiários/as do Programa Universidade para Todos (PROUNI) do governo federal, ou da rede pública de ensino superior, beneficiários/as de bolsa de estudo voltada a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica (p. 28)

Sofia Favero, em seu livro *Crianças Trans*, narra que se descobriu trans quando iniciou seu primeiro processo terapêutico aos 15 anos de idade, a mando de sua mãe. Em 2013, aos 18 anos de idade, paralelo a esse processo terapêutico, iniciou o curso de psicologia, tendo em 2014 iniciado sua trajetória política enquanto ativista em Sergipe, lugar onde nasceu e foi criada. Nesse mesmo ano entrou para Associação e

⁷⁰ Disponível em < <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/08/sou-travesti-e-ativista-sao-bandeiras-indissociaveis.html>>

Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (*AMOSERTRANS*), tendo passado a ocupar o cargo de vice-presidenta dois anos mais tarde (p. 19).

Ao se filiar à *AMOSERTRANS*, no ano de 2015, ajudou na criação de um curso pré-vestibular gratuito destinado a travestis e pessoas trans em Aracaju além de se dedicar a eventos, conjuntamente com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), que envolviam questões como cidadania e direitos humanos, estabelecendo relações virtuais com outras redes de ativistas ao redor do país e tendo criado a página *Travesti Reflexiva* na plataforma do Facebook, tendo articulado ativismo e questões acadêmicas até 2018, ano em que conclui a graduação em Psicologia e tendo logrado o posto de primeira travesti matriculada na instituição e a primeira a se formar no referido curso, tendo abordado questões fenomenológicas voltadas às pessoas trans no meio clínico em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), acreditando numa “capacidade reveladora dos fenômenos sociais quanto por sua postura crítica e contrária à nosologia psiquiátrica” (p. 20).

Em 2018 foi aprovada no mestrado em Psicologia Social e Institucional na UFRGS, tendo iniciado uma articulação do fenômeno da infância com as narrativas clínicas e ativistas na produção de uma infância trans, e logo em seguida iniciado seu Doutorado em 2020 na mesma universidade, continuando seu enfoque epistemológico nos estudos sobre crianças trans.

A página *Travesti Reflexiva*⁷¹, na plataforma do Facebook, criada por Sofia Favero no ano de 2012 e tendo alcançado 200 mil seguidores, foi um dos primeiros presságios de um ativismo digital focado nas experiências narrativas. Suas publicações envolviam sempre uma crítica relacionada aos padrões de gênero na sociedade, modelos e configurações da família, questões pontuais sobre conceitos de gênero, incitação à diversidade, sempre abordando pautas do transfeminismo (RUHAN, 2018).

Seja por meio do exercício da prostituição, do ativismo pelas plataformas digitais, da articulação com ONGs, de práticas pedagógicas e da pesquisa acadêmica os ativismos se mostram presentes, de alguma forma, conforme demonstrado. As lutas coletivas que aproximam pessoas trans serão lembradas pelas próximas gerações como tendo uma historicidade única, a qual se iniciou nas esquinas das ruas de

⁷¹ Atualmente não está mais disponível ao acesso, mas ficou ativa do ano de 2012 até 2016.

Stonewall⁷² e hoje invadiu o universo digital. Percursos históricos são imprescindíveis para que valorizemos o lugar que chegamos hoje e de que forma isso se foi possível. Por isso, analisemos agora de que forma se deu a inserção na universidade e a transição de gênero de minhas interlocutoras.

5.3 Da Escola à Universidade

A vivência na educação básica costuma ser bastante hostil para pessoas trans em nosso país, sabemos. Situações vexatórias que envolvem *bullying*, restrição aos ambientes coletivos pela falta de acolhimento e amparo afetivo, falta de uma normativa que obrigue a implementação do uso do nome social, falta de disciplinas que incitem o respeito à diversidade são apenas a ponte do iceberg, que aos poucos vai derretendo e se transforma num mar de ignorância.

Cenas como a do atentado em uma escola no Espírito Santo que deixou ao menos (4) quatro pessoas mortas e (12) doze feridas no dia 25 de novembro de 2022, na cidade de Aracruz, denotam que o ser humano é ensinado a odiar desde muito cedo. Com apenas 16 anos de idade, o suposto homicida aprendeu com seu pai a reverenciar armas de fogo. A causa? A apreciação ao discurso da extrema direita o qual glorifica o projeto de extermínio do diferente e o armamento em massa da sociedade.

A escola, enquanto ambiente capaz de construir uma base de valores humanos e de uma cidadania que seja ao mesmo tempo crítica e reflexiva, revela o papel central na capacidade de transformar contextos de exploração, precarização e subalternização em ambientes de sujeitos de direito (ARROYO, 2012). Se o atentado relatado anteriormente ocorreu, foi porque a escola tem falhado na formação de sujeitos conscientes e lúcidos sobre o que é viver em sociedade.

Paulo Freire, ao teorizar sobre uma *Pedagogia do Oprimido*⁷³, reforça a importância entre práticas pedagógicas que ensinem a pensar e a se libertar das opressões cotidianas, enxergando “a educação como uma prática da liberdade nas relações sociais” (ARAÚJO, 2022, p. 44).

⁷² A Rebelião de Stonewall envolveu uma série de manifestações violentas e espontâneas de membros da comunidade LGBT contra uma invasão da polícia de Nova York no ano de 1969.

⁷³ Publicada em 1968, a obra é um dos mais conhecidos trabalhos do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, onde ele propõe uma pedagogia que seja capaz de articular professor, estudante e a sociedade como um todo.

As interlocutoras do presente trabalho relatam que a vivência escolar foi marcada por violências potencializadas pelo fato de serem diferentes da maioria. **Jaqueline Gomes**, tendo sua formação em Psicologia Social, relatou nas entrevistas orais que a educação é a única forma de mobilidade social, e o maior desafio hoje é fazer com que ela não seja excludente e faça com que pessoas trans permaneçam no ensino básico até concluírem, e para isso a estrutura curricular, física e pedagógica precisa ser reformulada.

Maria Clara Araújo (2022), travesti ativista, pedagoga e mestranda em Educação, insiste na ideia que se deve eliminar currículos epistemicidas que negam a existência de pluralidade de vozes e dos mais diversos referenciais culturais e históricos presentes em nossa sociedade. Exemplo vivo é a *Cultura Travesti* que se baseia em epistemologias próprias (ZANELA, 2019), onde “a travestilidade, ao longo dos tempos, tem contribuído para produzir significações, simbolismos e saberes que desafiam as estruturas hegemônicas e colonizadoras” (grifo meu, p. 49).

Figura 23: Maria Clara Araújo dos Passos



Para Foucault (1999), a escola é um espaço marcado por imposições sociais bastante incisivas, sendo “uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, hierarquizar e de recompensar (p. 142). Ainda em Foucault (1999), o racismo e o sexismo, embora estruturais, perpassam o poder estatal e adotam estratégias de manutenção da vida nos mais diversos espaços institucionais, incumbindo ao aparato escolar decidir quais vidas possuem mais valor e quais merecem ser ignoradas. Para o filósofo francês, a escola participa da produção de indivíduos disciplinados através do exercício do mesmo poder disciplinar.

No mesmo sentido, é preciso lembrar que os códigos de conduta ensinados às crianças estabelecem que “o único lugar habitável para o feminino é em corpo de mulheres e para o masculino em corpo de homens” (BENTO, 2008, p. 25), premiando os normatizados com respeito e oportunidades e castigando os diferentes com

desprezo e obstáculos, expondo de forma explícita que nas sociedades patriarcais a regra é o ajustamento social (GOMES, 2020).

Em **Silva (2018)**, afirma-se que o corpo institucional de uma escola, sejam professores, diretores e coordenadores pedagógicos, já trazem consigo valores morais, atitudes estéticas e práticas discursivas que refletem o mundo externo marcado pela discriminação racial e de gênero, já que raça e gênero caminham junto no sentido de demarcarem a regra naquele dado território.

Para Gomes (2020), o racismo adquire contornos disciplinares e impõe ajustamentos específicos. Por isso, é de fundamental importância despertar o interesse no impacto que a branquitude hegemônica ocasiona na tessitura social, de modo a denunciar a forma como o racismo se camufla e faz com que os indivíduos se segreguem “através da constituição de grupos entre iguais, sob a justificativa de afinidades” (ibid, p. 101)

Para Oliveira (2006), o discurso racista procura depreciar a negritude, atribuindo-lhe características negativas a tal condição e a convencer a pessoa negra a aproximar-se dos padrões estéticos brancos. Aqui, não apenas os padrões estéticos brancos são referenciados, mas também os elementos constitutivos de uma cultura considerada “superior” no sentido que operam como dispositivos de poder disciplinadores (GOMES, 2020).

Chegado o momento da análise dos discursos das pesquisadoras entrevistadas quanto a vivência escolar. **Sofia Favero** revela que O Ensino Médio foi a época em que se deu sua transição de gênero, tendo três reprovações: duas vezes no primeiro ano e uma vez no segundo ano, abandonando a escola logo a pós e só tendo concluído o Ensino Médio pelo ENEM. Ressalta que morava numa cidade muito conservadora que é Aracaju nessa época, tendo sentido dificuldades em ter uma vida social ativa. **Maria Zanela** relembra memórias mais distantes e consegue traçar um cronograma de sua trajetória escolar:

Costumo dizer que fui uma criança viada⁷⁴. Com 7 anos de idade já me percebia como um corpo estranho diante das convenções sociais, isso sempre foi muito perceptível em minha realidade. Recordo desde muito cedo ser violentada por ser um “menino afeminado”, de cabelos longos. Fui uma criança feliz apesar das violências e das dores. Era muito violentada na escola e só me sentia realmente livre quando ia pra casa. Já na escola eu precisava ter uma conduta que agradasse às pessoas do meu convívio,

⁷⁴ Termo que se refere à uma identidade feminina que ainda não é definida e transita muito bem entre o universo feminino, apesar de ser lida como do gênero feminino socialmente.

sendo a instituição escolar muito opressora como um todo. Poucas pessoas me defendiam, talvez por isso eu tenha me tornado uma pessoa muito desconfiada: porque não tive ninguém que lutasse por mim. Na escola eu era lida como feminina e em casa no masculino, então você imagina a bagunça na minha cabeça, o que me trouxe muitos conflitos comigo mesma por conta disso. Já na oitava série eu já me compreendia para além da sexualidade, no campo do gênero, como gênero diversa. Sabia que ali tinha algo para além do gostar do gênero masculino e aí fui investigando e descobri que eu não era uma pessoa homossexual e sim uma pessoa travesti, escolhendo meu nome Maria, e lá se vão 12 anos, desde o dia que eu me assumi. No Ensino Médio, com 15 anos, já me maquiava, fazia baby liss, conseguindo ser quem eu era de fato. Então, o bom da experiência é que vamos adquirindo estratégias para se livrar dos desgastes emocionais que as violências ocasionam, porque já estamos anestesiadas muitas vezes. E aí consegui me libertar um pouco mais até eu entrar na universidade, com 17 anos, onde eu consegui uma liberdade maior em função da maioria também, e pude ser eu de fato porque mudei de cidade, que era o que eu precisava, porque saí de um ambiente onde todos me conheciam e não me respeitavam.

Jaqueline Gomes, sendo filha de uma professora, relata:

Eu já me misturava na universidade, porque venho de um contexto de Brasília, porque minha mãe era professora formada na Universidade de Brasília e foi a primeira pessoa da família a entrar numa universidade. Me preparei muito, desde pequena, estudei muito e fui estimulada a muita leitura, então era muito focada na minha formação escolar, entretanto por ser uma criança transviada, uma criança que logo que chegou a adolescência se reconheceu enquanto uma criança que se atraía por homens, eu explicitava isso sem problemas e era muito perseguida por isso principalmente dentro da escola. Tenho péssimas lembranças de bullying, de perseguição dentro do centro de ensino que eu fiz o ensino médio, de quererem expor meu corpo, de rirem de mim, esse tipo de coisa, então foi muito difícil, mas consegui. Até chegar na universidade foi uma sobrevivência de muitas exclusões morais.

Já **Gabriela Silva** vai além ao enfatizar os motivos pelo qual ingressou na vida acadêmica:

Então, eu venho de outro momento histórico, até porque eu tenho 56 anos. Eu me considero a primeira travesti professora da rede estadual de ensino de Santa Catarina, assumidamente travesti e eu me aposentei em 2020, quando foi reconhecida a minha aposentadoria pelas questões de gênero. Mas eu quero voltar que eu faço doutorado e mestrado já depois de uma carreira, depois de uma certa idade, então tem que perceber que as discussões de gênero e sexualidade no âmbito da educação são muito recentes, como pesquisa, como estudo, especialmente no Brasil. Eu não conseguiria entrar no mestrado e no doutorado com uma discussão que não fosse essa de gênero e sexualidade, eu não saberia o que discutir outras questões se não fosse essa, e porque grande parte dos grupos de pesquisas dentro da universidade tinha um viés muito marxista, economicista, de reprodução. Então a minha trajetória de escolarização foi sempre de escola pública, tanto como docente como discente. Teve coisas ruins? teve preconceito? Teve, mas eu resisti, eu insisti, eu transgredi. Muitos alunos passaram por mim, nos últimos 20 anos eu trabalhei com a educação de jovens e adultos, isso

demarca também um novo olhar do sujeito sobre o que é ser professora, então a minha trajetória é de escolarização. Ela se dá muito diferente, eu entro pra ser professora com o magistério, com o curso profissionalizante de magistério para lecionar para crianças de primeira a quarta série, onde comecei a trabalhar numa escola rural, onde eu dormia na escola, onde eu ficava na escola a semana toda, então minha trajetória de escolarização, de ser professora, estar professora, é também estar nesse universo que é muito permeado por questão de pobreza, questão de classe, questão de gênero, questão de raça, então foi na escola que eu me faço, que eu me torno e que eu me construo dentro desse espaço e que me torno pesquisadora também. Acho que eu trago muita experiência vivida desse lugar que é transfóbico, que ainda é normativo, que ainda não consegue ver o sujeito para além de gênero e sexo colado, então enfim, a minha pesquisa de mestrado ela mostra muito isso na fala da diretora da escola.

E por último **Amara Moira**:

Sempre fui uma criança solitária, demonstrando muita dificuldade de construir vínculos e sendo alvo privilegiado do bullying nas escolas em que passei. No entanto, isso não se devia a uma consciência precoce da minha transgeneridade, coisa que só afloraria na minha vida adulta. A partir do ingresso na faculdade, começo a me sair melhor nesse campo da socialização, o que foi potencializado pela minha transição, no começo do meu doutorado.

Portanto, observa-se que apesar das adversidades atinentes aos períodos de solidão, bullying sistematizado, sensação de desconforto perante às outras pessoas, todas as interlocutoras mostraram-se resilientes em finalizar a educação básica e, por estarem sempre questionando e refutando a forma como o mundo se organiza, encontraram uma motivação de vida: o espírito acadêmico.

Gabriela e Maria Zanela são muito pontuais quando questionam o fato pelo que sempre são indagadas sobre o motivo pelo qual ainda exercem a atividade da prostituição. A resposta que dão é de que a vivência acadêmica é independente e pode existir lado a lado do exercício da prostituição pois não são movimentos de vida antagônicos. Os ditames morais e a consciência das pessoas é que precisam se realocar e mudarem seus valores. A prostituição, é segundo as mesmas, potência de vida, e que sempre garantiu, ao mesmo tempo, a subsistência econômica das mesmas interlocutoras e a base sólida da forma como percebem o mundo. Ponto final.

No que tange à construção da identidade de gênero no período da infância, **Sofia Favero** (2020) aponta que:

Se assumirmos que a criança que “experimenta” e é “livre” para “descobrir” precisa ser lida enquanto trans, reconheceremos que o jogo da masculinidade e da feminilidade tem se dado através de um limitado vocabulário. Pois bem,

crianças cis também experimentam, são livres e descobrem coisas ao longo da infância. Ao mesmo tempo, dizer que uma criança é travesti parece fazer com que ela seja menos criança, uma vez que a travestilidade traz uma herança latina, racialmente marcada, além de sua conexão com o trabalho sexual, o que dificulta a concepção de uma infância atravessada por tais signos. Soma-se também a afirmação de uma ambiguidade material, corporal e identitária que contradiz os objetivos de uma classificação resolutória da diferença. Assim, o termo “trans” continua sem me soar neutro. (p. 23)

Ou seja, para **Favero (2020)**, a denominação “trans” invoca uma noção biomédica enquanto um “tipo de cuidado que só é possível de ser gestado nessa etapa da vida” (p. 23), de tal maneira que se busca, por meio do discurso psiquiátrico, a patologização da transexualidade e da travestilidade⁷⁵ enquanto questão clínica para só assim, por meio de estratégias de enquadramentos normativos específicos, promover ocuidado e bem-estar com nossa população.

Segundo **Favero (2020)**, somente se deu a institucionalização do termo “transexualidade” no início da década de 1980 nos guias internacionais de saúde, tendo evoluído de “transtorno de identidade de gênero” para “disforia de gênero” em 2013 com o DSM-5, e em 2020 com “incongruência de gênero”, demonstrando assim, um passo promissor para que de uma questão patológica fosse vista como identitária, propriamente.

Frisa-se que apenas no ano de 2022 houve a publicação da *CID-11* (décima primeira revisão da Classificação Internacional de Doenças) e a transexualidade saiu, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar o de condições relacionadas à saúde sexual, demonstrando assim que os saberes médicos estão acompanhando os avanços atinentes às mobilizações ativistas que reivindicam a despatologização daquela, reiterando o direito à autodeterminação do gênero de pessoas trans.

Pretende-se afirmar aqui que os tripés que sustentam a patologização das identidades trans possuem raízes na dicotomia do gênero enquanto estruturador de nossa sociedade, a qual intitula que só se é possível a existência ou do gênero masculino ou do gênero feminino. Para Rovaris (2016):

Uma suposta socialização generalizante da experiência, direcionada a corpos classificados de forma dicotômica, designados e lidos como “femininos” ou “masculinos” é uma perspectiva analítica frágil à medida que as matrizes normativas e os códigos culturais de inteligibilidade se afirmam e se

⁷⁵ Aqui a autora busca citar os dois termos, ressaltando a importância de ressaltar as particularidades de cada categoria identitária

produzem de forma complexa e processual. Não há o acesso exclusivo às dimensões “masculina” ou “feminina” das designações. Em termos de aprendizagem social, temos acesso a códigos, signos e regimes simbólicos tanto “masculinos”, como “femininos”, já que um é tido como oposição ao outro. (ROVARIS, 2016, p. 86-87)

5.4 A Transição de Gênero Acontece

Quando pergunto às minhas interlocutoras sobre como se deu a transição de gênero constato que **Sofia Favero, Gabriela Silva e Maria Zanela** iniciaram o processo de transição de gênero antes de entrarem na universidade, enquanto **Amara Moira e Jaqueline Gomes** afirmam terem se assumido já depois de estarem inseridas no ambiente acadêmico.

Amara Moira, ao ser entrevistada, relata que estabeleceu como Dia D⁷⁶ o dia 01/05/2014, momento em que pediu pra primeira pessoa me chamar de Amara. Tinha 29 anos ali, estava se hormonizando⁷⁷ há pouco mais de um mês e já tinha alguma convicção de que não cabia no mundo dos homens. Segundo ela, tentou ao longo de sua vida ser homem por muito tempo, o homem que a vida inteira tinham me dito que eu era, e só por volta dos meus 25 anos começou a se permitir explorar outras possibilidades de existência, que a levariam à transição. No livro *Vidas Trans: A coragem de existir*, Amara Moira revela que ao se assumir como pessoa trans passou por perrengues inéditos:

Aos poucos fui descobrindo que nem tudo eram flores. Não havia lugar onde não olhassem para mim, pescoços todos sempre se voltando para acompanhar os meus movimentos, não importa onde estivesse, risos, piadas, xingamentos, eu precisando aprender a não ver que me viam, a não escutar o que diziam, como forma de proteção. Mas quem anda comigo não sabe existir assim e sofre por mim, sente medo e, sem querer, acaba me fazendo lembrar desse mundo torpe que eu me esforçava tanto para não perceber.

Assédio passa a ser experiência cotidiana, mãos me apalpando no metrô em São Paulo, bocas surgindo em meu ouvido com propostas obscenas invasivas. Um beijo roubado à força numa festa e, de repente, o infeliz se dá conta de que eu sou travesti, me empurra longe, e eu fico o resto da noite com medo de ele aparecer com amigos e querer me espancar (a culpa sempre da travesti, ela que enganou o rapaz).

Geral da polícia, coisa que nunca levei durante os meus 29 anos de homem cis, branco, barbado, classe média, cara de heterossexual, bastou um mês de travesti para me acontecer pela primeira vez. E com requintes de

⁷⁶ Termo utilizado por Amara Moira, no livro *Vidas Trans*, para demarcar o início de sua transição de gênero.

⁷⁷ A terapia hormonal é uma das primeiras tecnologias de gênero (PRECIADO, 2008) utilizadas por pessoa trans no Brasil.

crueldade, eles esfregando o RG na minha cara, me obrigando a dizer em voz alta o nome que estava ali, para todo mundo ouvir, me chamando de “senhor” como forma de humilhação, aí ameaçando voz de prisão de eu não deixasse um deles, homem, me revistar. Deixei chorando e ele veio, apalpou minha bunda e peito na frente de todo mundo, ainda dizendo depois “nem foi tão ruim, foi?”. Todos rindo, eu em frangalhos, acolhida por minha melhor amiga.

Não consegui esperar virar professora concursada, sem possibilidades de demissão, para me fazer travesti. A urgência veio antes, mal me vi protegida pela bolsa de estudos e perdida pela necessidade de me encontrar. O que escrevi aqui não é tudo, nunca é tudo, mas creio que o suficiente para que sintam o gostinho das verdades que trazemos no corpo, na forma nova de existir, não mais pautada pelo genital. Não foi aquela coisa bonita começo-meio-e-fim do vestibular, nem puro entretenimento, espero, ou sensacionalismo grosseiro.

Minha história. Não a que deveria existir, ditada pelas leis e pelos manuais de psiquiatria, mas a que de fato existe, minha tão minha que de mais ninguém.

E se eu fosse Amara? Bom, agora eu era. (MOIRA, 2017, p. 55)

João Nery (2017), hoje não mais vivo e considerado como o primeiro homem trans a tentar realizar uma cirurgia de redesignação de gênero e tendo dedicado grande parte da sua vida à militância, confessou no livro *Vidas Trans*:

Uma das dificuldades ao publicar meu livro foi não só revelar uma intimidade sofrida, mas assumi-la de cara limpa. Mesmo com a abertura democrática, as cirurgias permaneceram ilegais por mais 20 anos, até 1997, e só começaram a ser feitas no SUS em 2008. Não havia ainda o nome social. Caso se entrasse com uma ação na Justiça, era quase certo ter o pedido negado, já que tudo dependia de um juiz cisgênero, muitas vezes transfóbico. O jeito para trabalhar era tirar documentos falsos. Até com os nossos legais éramos acusados de falsidade ideológica. Por isso, fiquei 30 anos no armário para não ser preso. (p. 82)

Desde 2011, tenho percorrido o país atendendo a convites para participar de congressos, proferir palestras em universidades e conhecer diferentes trabalhos com pessoas ou grupos LGBTs. Ao longo dessas experiências, me emocionei diversas vezes ao ter contato com o drama de tantas pessoas, sozinhas em sua dor. Com frequência falam de seus problemas pela primeira vez comigo, em que se veem como num espelho. Estima-se que o índice de suicídios entre a população transgênera chegue a 40%. Como não clínico mais, resolvi organizar uma lista de profissionais que atendem aos trans e, graças a isso, pude ajudar muitas pessoas em desespero. Em 2013 foi protocolado na Câmara o Projeto de Lei 5002/13. Homenagearam-me dando o meu nome à Lei de Identidade de gênero. Esse projeto reconhece o direito à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias ou hormonioterapias. Preserva todo o histórico de vida, assegura o acesso à saúde no processo transexualizador, despatologiza as transidentidades para a assistência médica e preserva o direito à família perante as mudanças registradas. Propõe também que a psicoterapia só seja feita caso o interessado

assim o desejo, entre outras demandas. Baseou-se na experiência da Lei de Identidade de gênero argentina, aprovada em 2012 por maioria no Congresso e unanimidade no Senado, a qual segue com grande sucesso. (p. 93)

Como escritor e ativista sigo na perspectiva de que minha experiência e meu testemunho possam colaborar para a transformação⁷⁸ da subjetividade das novas gerações, construindo uma sociedade mais aberta, democrática e respeitosa aos direitos da diversidade, em que cada um, enfim, poderá ter a liberdade de dizer: “Eu sou o que eu quiser”. (p. 96)

Figura 24: João W. Nery



São extremamente corriqueiros o relato de situações em que há um desrespeito explícito aos pronomes de gênero, aos nomes sociais e às identidades de gênero de pessoas trans, que não necessariamente correspondem às suas expressões de gênero que se apresentam para o mundo exterior. Casos de expulsão de banheiros públicos sob o argumento de que mulheres trans e travestis intimidam aquelas mulheres cis presentes naquele espaço são comuns, como se aquelas pessoas fossem detentoras exclusivas deles...

Sendo assim, imprescindível adentrarmos na questão jurídica em torno do presente trabalho, já que nossas identidades precisam, acima de tudo, serem reconhecidas pelo Estado como legítimas e oficiais para que nossas existências possuam validade formal.

5.5 Do Direito à Autonomia de Gênero

A partir das narrativas elencadas neste trabalho pôde-se observar que transições de gênero são, antes de mais nada, processos políticos que englobam todo um

⁷⁸ Termo utilizado por João Nery para relacionar a formação de pessoas com a transição de gênero

arcabouço coletivo, familiar, institucional e legal, pois são ancoradas na dignidade da pessoa humana e no direito à auto-determinação de gênero, ambos relacionados.

Na filosofia clássica, tem-se que as máximas morais kantianas fundamentam o conceito de dignidade da pessoa humana, quando propõe que a humanidade, tanto na pessoa do agente quanto na personalidade de terceiros, seja tratada sempre como fim e nunca como meio, destacando que:

Os seres, cuja existência não assenta em nossa vontade, mas na natureza, têm, contudo, se são seres irracionais, um valor meramente relativo, como meios, e por isso denominam-se coisas, ao passo que os seres racionais denominam-se pessoas, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, ou seja, como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, portanto, nessa medida, limita todo o arbítrio (...) (KANT, 1986, p. 67)

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1948, logo após o término da 2ª Guerra Mundial, traz em seu artigo 1º o seguinte preceito:

“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, concluímos que, segundo esse documento, os titulares dos direitos fundamentais são “todos os homens”. Isso significa dizer que cada um e todos os humanos do planeta, terão que ser considerados em sua condição de seres que já nascem dotados de liberdade e igualdade em dignidade e direitos.

No mesmo sentido, afirma Camargo (1994):

[...] a pessoa humana, pela condição natural de ser, com sua inteligência e possibilidade de exercício de sua liberdade, se destaca na natureza e diferencia do ser irracional. Estas características expressam um valor e fazem do homem não mais um mero existir, pois este domínio sobre a própria vida, sua superação, é a raiz da dignidade humana. Assim, toda pessoa humana, pelo simples fato de existir, independentemente de sua situação social, traz na sua superioridade racional a dignidade de todo ser. (1994, p. 27)

É de interesse histórico para este trabalho acadêmico que a partir do momento em que as Constituições dos Estados Modernos no século XX começaram a imputar à dignidade das pessoas um status de princípio fundamental, passou-se a reconhecer e valorizar o ser humano como a base dos ordenamentos jurídicos (BOBBIO, 1992). Quando a Assembleia das Nações Unidas, em 1949, consagrou expressamente as palavras “A dignidade do homem é intangível. Os poderes públicos estão obrigados a respeitá-la e protegê-la”, passou-se a dar gancho a uma nova era das garantias

individuais, “resultado de lutas e abusos no árduo caminho do reconhecimento dessas liberdades individuais (KUMAGAI; MARTA, 2015).

Para Afonso da Silva (2000), a dignidade da pessoa humana encontra-se no epicentro da ordem jurídica brasileira tendo em vista que concebe a valorização da pessoa humana como sendo razão fundamental para a estrutura de organização do Estado Democrático de Direito, já que o fenômeno do individualismo vem sendo superado pelo reconhecimento de grupos sociais minoritários e marginalizados.

Sarlet (2001) propôs uma conceituação jurídica da dignidade da pessoa humana:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos. (SARLET, 2001, p. 60).

Desse modo, observa-se que o Estado Democrático de Direito exige, em sua essência, a garantia dos direitos fundamentais e, para que isso ocorra, os mesmos devem estar centralizados na dignidade da pessoa humana, já que, desse modo, os direitos são postos a serviço da realização do homem como pessoa. Nessa perspectiva, vislumbra-se que a dignidade da pessoa humana deve figurar como valor jurídico supremo, pois ela é a base das pretensões essenciais do Estado, e este deve se incumbir na incitação à garantia das liberdades civis e políticas dos cidadãos.

Foi no âmbito nos direitos fundamentais da Constituição Federativa do Brasil de 1988, a qual consagra a liberdade de autodeterminação de cada indivíduo o status de direito fundamental, que o legislador inseriu a proteção à diversidade e autodeterminação de gênero como condição da vida em sociedade que necessita ser tutelada com base na liberdade, dignidade e justiça, de forma a promover a autodeterminação das pessoas com base no respeito às peculiaridades de cada um (SMANIO & BERTOLIN, 2013).

Pretende-se advogar aqui no sentido de que os direitos de personalidade, no qual se inclui o direito à identidade de gênero, são inerentes à pessoa humana, já que não só garantem a inclusão e inserção social das pessoas transgêneros, retirando-as do patamar da exclusão e marginalização social sistemáticas, mas também os

transforma enquanto cidadãos, na medida que conquistam o direito de ter os atos da vida pública análogos à sua condição psíquica identitária, antes de mais nada.

Sendo assim, como diria Boaventura de Sousa Santos (2003):

temos o direito de sermos iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de sermos diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não reproduza as desigualdades (p.56).

Boaventura de Sousa Santos, em sua sociologia das ausências, revela que o fato de presenças trans serem ignoradas pelo Estado, por si só, reflete o fato de que existem discursos pedagógicos, jurídicos e educacionais que operacionalizam o ocultamento dessas vivências (ARAÚJO, 2022). E qual o preço de ser diferente? O que nos faz vivas e estimuladas a querermos atingir nosso lugar ao sol? Por que acreditamos que o papel de educadoras e pesquisadoras nos cabe como uma luva? Existe um ideal maior comum que nos mantém firmes diante das inúmeras violências institucionais que tenta apagar nosso brilho? Perguntas a serem respondidas no próximo tópico.

5.6 Por uma Epistemologia Trans-travesti

Caminhando em direção ao desfecho do presente trabalho acadêmico, essencial trazer à tona as dinâmicas e tensionamentos envolvidos com a entrada na universidade, os motivos pelos quais escolheram a vida acadêmica e por que persistem ativamente com suas pesquisas.

Segundo a pesquisa antropológica⁷⁹ de Brume Dezembro, travesti que concluiu seu mestrado no ano de 2021, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e tendo pesquisado sobre a inserção e permanência de estudantes trans no ensino superior:

Ao nos atentarmos às particularidades das trajetórias de estudantes trans, vemos que as relações familiares – ser ou não expulsa de casa e ter a possibilidade de um apoio financeiro e afetivo – atuam como um divisor de águas nas possibilidades de acesso e permanência na educação formal. Com isso, gênero, raça e classe – além de territorialidade, corporalidade, etnia, geração– se emaranham com eixos outros que emergem relacionalmente e contextualmente. (...) Além disso, em um sentido epistemológico, enfatizar também tais trajetórias implica em compreender como elas não implicam apenas em desafios e perigos no acesso e permanência estudantil, mas

⁷⁹ Sua Dissertação de Mestrado “Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans está disponível para acesso no Repositório da produção científica e intelectual da UNICAMP.

efetivamente atravessam regimes imaginativos e de projeção de si em futuros e vidas possíveis de serem vividas – o que nos desloca a re/imaginar e deslocar as definições que operamos nesses próprios termos, e nos limites e desafios, teóricos e políticos, de sua operacionalização. (p. 237)

Figura 25: Brume Dezembro



Neste diapasão, alguns excertos das entrevistas orais revelam como se deu o acesso no ensino superior e quais motivos a levaram a escolherem seus temas, objetos e campos de pesquisa:

Eu venho de uma família pobre, eu sou a única da família a ter formação, de chegar ao doutorado e eu sabia que não ia ser fácil nesse momento histórico que eu vivi, que não ia ser fácil eu ter um emprego onde eu não pudesse exercer, e o que eu pensei: eu tenho que ter um emprego, eu tenho que ter uma profissão, eu tenho que ter uma formação que eu possa me efetivar como funcionária pública, porque assim eu poderia ser quem eu sou.

Tenho licenciatura em língua portuguesa e língua inglesa para lecionar no ensino fundamental e nas séries finais do ensino médio, então eu me formei nisso, mas antes dessa formação eu venho trabalhando com crianças, com ensino primário e alfabetização, trabalhando com as séries multisseriadas, reunidas, então eu tenho primeiro esse trânsito para depois eu passar para a língua portuguesa e língua inglesa.

Eu escolho ser professora de língua portuguesa, mas ao mesmo tempo eu já vinha lecionando para o ensino primário, então eu tenho primeiro uma inserção com as séries iniciais e só depois que eu faço então Letras, porque eu queria trabalhar com adultos e eu já projetei que seria muito mais fácil de lidar com a minha identidade de gênero com os adultos do que com as crianças, nesse meu trânsito de gênero. **(Gabriela da Silva)**

Eu sou psicóloga, minha formação é Psicologia com Pós Doutorado em Ciências Sociais e História e uma licenciatura mais sobre Ciências Sociais, graduação, mestrado e doutorado em Psicologia. O primeiro curso que eu fiz foi o de Química em 1996, mas vi que não ia ser um curso que eu trabalharia enquanto química, apesar de gostar do tema, das investigações, e logo em frente ao instituto de química tinha o instituto de Psicologia, na antiga organização da UNB, então fiquei muito curiosa, queria conhecer mais o ser humano, como lidar com o ser humano, e foi assim que eu entrei na Psicologia, mas eu queria ensinar, trabalhar no campo da docência em psicologia, porque eu acho que ainda é relevante pra gente fazer

transformações. Minha mãe era professora do ensino fundamental de uma rede de escola pública da periferia de Brasília, então eu já conhecia muito a sala de aula desde pequena, e meu pai era operador de computadores na Universidade de Brasília no centro de Brasília. E assim a gente conseguiu ter uma boa vida naquela época. Com a falta de estrutura física só pioraram as coisas, mas pra mim, apesar desses retrocessos, eu me vejo inserida em um espaço possível de transformação. **(Jaqueline Gomes)**

Tenho graduação em Biblioteconomia, Mestrado em Serviço Social e hoje sou Doutoranda em Educação, toda na UFSC. Escolhi Biblioteconomia porque quando estava no ensino fundamental fiz trabalho voluntário na biblioteca da escola onde eu estudava, onde realizei todo o acervo bibliográfico daquela unidade de informação, algo que eu gostava muito, sendo também um refúgio para mim, e soube do estágio pela professora readaptada que coordenava essa biblioteca me disse sobre o curso. Até então eu queria ser pedagoga e professora, mas comecei a pesar na balança: será que estar em uma biblioteca não será mais fácil do que estar em contato direto com os alunos enquanto travesti? Sempre priorizando a minha saúde mental. Foi então que pensei na possibilidade de continuar trabalhando com a educação porém dentro de uma biblioteca. Hoje quero ser professora de instituição de ensino superior.

O desejo de ser docente foi germinado em mim desde muito cedo através do contato com leituras e livros aliados à sede de transformação social, na medida que sempre pensei que a docência configura um lugar onde travesti possa lecionar, ser respeitada, onde é possível construir um espaço sem bullying, sem homotransfobia, sem preconceito, sem racismo, sem capacitismo, enfim, sem nenhum tipo de opressão. Sempre pensei a educação como um espaço de transformação da realidade social, por isso o meu anseio de estar ocupando esses espaços como docente, porque desde criança sempre fui a única travesti da sala, então sempre convivi sempre sendo “a primeira” e não tive referência de nenhuma professora travesti. Considero muito importante que ocupemos esses espaços de poder, ainda que sejamos grupo oprimido e subalternizado. **(Maria Zanela)**

Sou graduada em Psicologia, tenho mestrado em Psicologia Social, hoje faço doutorado em Psicologia Social e não tenho uma razão muito palpável pra ter escolhido o curso. Na época era um curso que eu achava que ia me levar longe, foi meio que isso, dos cursos que eu observava e que eu achava que eu conseguiria passar e que eu conseguiria estudar, eu vi na psicologia uma possibilidade. Assim pensei: qual é o mais distante que eu posso chegar a partir da educação? Acho que a Psicologia me levou a esse momento, mas não teve uma identificação muito forte com a área, eu acho que até hoje eu não me sinto muito identificada com a psicologia. **(Sofia Favero)**

Sempre quis ser escritora e, desde cedo, me pergunto sobre que profissão me permitiria exercer essa atividade. Tentei vários caminhos, até chegar ao curso de Letras, onde eu poderia estudar as grandes obras da literatura e aprender ferramentas que me ajudariam no meu propósito (sem contar que dificilmente eu poderia me bancar como escritora, mas como professora de literatura, sobretudo no ensino superior, isso seria bem possível). Gosto muito de dar aulas e aprendo muito nesse processo, dois fatores que contribuíram para que eu me encontrasse aqui. Fora isso, ainda tem o elemento simbólico de eu ser uma professora travesti, mandando um recado pra sociedade e possibilitando que inúmeros alunos passem pela experiência de ter uma travesti como referência na sua trajetória escolar. **(Amara Moira)**

Quando as questiono acerca das barreiras enfrentadas sendo travesti no âmbito da docência, elas me respondem:

As barreiras enfrentadas por uma pessoa trans na docência são enormes, porque toda escola, toda arquitetura, todo currículo, toda a didática são toda produzida em cima de corpos cisgêneros, todo conhecimento é construído em cima disso, então pra nós nos tornamos uma pessoa, de alguma forma que está ali dentro, pedagogicamente questionando esses próprios conhecimentos, é um desconforto pra muitos alunos, pra muitos professores. Eles se sentem ameaçados constantemente porque a nossa presença de alguma forma precisa de uma explicação, porque aquilo que nunca foi explicado, nunca foi falado, nunca foi nomeado, agora estar dentro desse espaço exige que as pessoas que também estão na escola se posicionem. Isso muitas vezes fere, magoa o ego das pessoas que estão lá dentro da escola, então a escola é isso. A escola é todo esse processo de negação de nós, não se fala sobre, e quando se fala é como sátira, como gozação, gincanas onde meninos se vestem de mulher para interpretar uma travesti, então isso tudo leva a cada vez mais a nos colocar a um não- lugar de pertencimento. Pra mim a escola é um lugar mais complexo assim de você lidar com as questões de gênero e sexualidade, porque tá tudo meio que já formatado. Lógico que a gente transgride, a gente subverte, mas existe uma formatação. **(Gabriela da Silva)**

A maior barreira enfrentada é o reconhecimento por parte dos pares. Primeiro porque têm grandes desafios na seleção de docentes. Eu mesma fiz dezenas de seleções para docente e mesmo tendo qualificação, mesmo inclusive alguns livros que eu participei serem parte do conteúdo programático do concurso, ainda assim fui reprovada em concurso que tinham, por exemplo, trechos, análises de livros e capítulos que eu escrevi. Isso mostra como a transfobia é forte, ainda mais com racismo. Sou uma mulher* negra, então foi muito difícil e também a repercussão do que a gente produz, nossos artigos. Quantas pessoas acompanham nossa pesquisa direito, conhecem o que a gente está pesquisando? Até mesmo dentro da comunidade trans falta um acompanhamento, porque as pessoas também não estão tão ligadas no mundo acadêmico, e aí não conhecem, aí as vezes não sabem o que a gente tá produzindo, e quem tá na academia não valoriza, vê a gente muitas vezes só como objeto de estudo, então isso tem que mudar. **(Jaqueline Gomes)**

A experiência do estágio docência foi um termômetro muito interessante, mas temos que pensar que nas universidades as pessoas já compreendem o que é ser travesti, já são adultas, então considero que no âmbito acadêmico não encontrei muitas barreiras, porque sempre tive uma conduta muito comunicativa, uma retórica muito voltada para a universidade. Mas costumo pensar a docência no chão da escola, o que é muito diferente, pois a compreensão com crianças e adolescentes é outra, mas não tive essa experiência ainda. Sempre passei muita credibilidade às pessoas, desde muito jovem, desde adolescente sempre tive essa postura de educadora, tinha 13, 14 anos e era chamada para "tapar buraco" de professor que dava aula nas séries iniciais, e isso foi muito mágico na minha trajetória, por isso sempre cultivei esse desejo de ser docente por conta dessas experiências que começaram muito cedo, por ter sido uma figura importante dentro da sala de aula desde muito cedo. **(Maria Zanela)**

Se a gente pensa na instituição privada, tem a ideia de que as famílias dos alunos não querem que pessoas trans deem aula, isso eu como psicóloga acompanho professores trans e professoras trans que me relatam bastantes experiências nesse sentido. Mas eu acho que na esfera pública isso acaba sendo mais velado porque as pessoas passaram por um concurso, então eu

vejo que nas instituições federais, estaduais, as pessoas trans tem tido mais estabilidade, tanto porque não estão à mercê de uma demissão por conta de sua própria identidade, tanto porque oferecem uma remuneração mais justa. **(Sofia Favero)**

Eu fui professora antes e depois da transição. Antes, eu só precisei estar cursando Letras e consegui ser contratada. Depois, mesmo sendo uma profissional muito mais capacitada, com doutorado em uma das universidades mais importantes do país, passei a depender da coragem de instituições de ensino para poder exercer essa atividade. Atualmente sou professora de um grande cursinho*, no entanto, se um dia eu não estiver mais lá, precisarei novamente contar com a coragem de uma instituição para voltar a ser professora. **(Amara Moira)**

E por último, em uma abordagem mais dinâmica e crítica, pergunto sobre possíveis reflexões e percepções sobre como se enxergam enquanto produtoras de conhecimento e como se imaginam futuramente:

Eu tenho um compromisso ético, moral e social com as próximas gerações ao estar produzindo uma tese e produzindo empoderamento para as novas gerações que virão. A partir da minha própria experiência histórica quero mostrar que nós podemos se tornar sujeito da nossa própria história, mas isso também tem um preço: um preço mental, social, psicológico por estar inserida em um espaço ainda muito estruturalista e cisheteronormativo.

Então, se 90% das trabalhadoras da ANTRA, como ela aponta e que a gente também sabe, estão na prostituição, estão no trabalho sexual, acho que a gente tem que desenvolver um trabalho de educação que atenda essa realidade, pela educação emancipadora, libertadora que combata os processos de exploração, a dominação, ao machismo dos próprios clientes, é esse o grande viés da educação. Então o que a epistemologia trans acaba produzindo é uma ruptura disso ao mostrar que também há uma artificialidade nas construções da identidade da mulher cisgênero. Tudo que eu já produzi, tudo o que eu já palestrei, os meus 30 anos como professora já contribuíram muito pra esse futuro. Eu quero ficar eternizada num livro por outras pessoas, sendo pesquisada também por essa minha dupla existência, tanto como professora como puta⁸⁰. **(Gabriela da Silva)**

Eu não pesquiso só sobre pessoas trans, isso é um estereótipo que as pessoas criam. Meu mestrado é sobre trabalho escravo no Brasil contemporâneo, no Doutorado eu pesquisei sobre as paradas do orgulho LGBT, então eu tenho a marcação dos movimentos, dos trabalhos de forma geral, que inclui população trans, mas também a marcação lgbt, a marcação da população negra, do mundo do trabalho, demarcando muito o meu olhar enquanto mulher trans negra sobre essas questões.

Eu tenho produções sobre Psicologia social das massas, sobre movimentos sociais, Psicologia dos movimentos sociais, sobre Transfeminismos, Feminismo interseccional, saúde, minha pesquisa atualmente é saúde mental de minorias sexuais e de gênero e pensando essas intersecções, porque epistemologia é algo que vai além de uma área de pesquisa, são formas de abordar o conhecimento que tem particularidades em cada área.

⁸⁰ A interlocutora optou em usar o referido termo em detrimento de trabalhadora sexual para frisar a importância de ser uma ativista preocupada com as demandas das travestis que exercem o trabalho sexual

Acredito que cada vez mais as pessoas estão pensando o mundo a partir do olhar trans, não só a partir da academia, mas também nas ruas, nos movimentos sociais, articulando a partir desses outros lugares, fortalecendo uma epistemologia trans.

Atualmente estou com muito programa de pós, com muitos orientandos, e preciso de mais tempo para cuidar deles, pra cuidar das minhas publicações, pra cuidar de mim, pra cuidar do meu marido, da minha vida pessoal, do meu lazer, então ser pesquisadora e docente é isso. **(Jaqueline Gomes)**

Me vejo uma pesquisadora que ainda precisa romper muitas barreiras, que precisou experienciar trânsitos em diversas áreas do conhecimento, em que ousei discutir gênero na ciência da informação na época que me graduei, não tendo muitas referências, e logo mudando de área para o Serviço Social por circunstâncias institucionais e acadêmicas, onde fui discutir o trabalho sexual; e, tendo que me alinhar com outras correntes teóricas marxistas, o que me permitiu uma “intertransdisciplinaridade”, Não contente eu fui para a Educação, e novamente me aprofundi em teorias novas para mim, o que sempre fez de mim uma pesquisadora muito sagaz e esforçada, que sempre correu atrás, que independente da área do conhecimento sempre soube que ser pesquisadora exige muito esforço cognitivo e saúde mental. Para mim, ser docente e pesquisadora é uma questão de sobrevivência. Estar como pesquisadora é estar sobrevivendo a um sistema que te coloca em espaços de exclusão. Então quando insisto em dizer que sou travesti e pesquisadora significa que não aceito o lugar que foi colocado a mim, o que torna um discurso um percurso resistente, e seguirei resistindo acreditando na potencialidade da pesquisadora que me tornei porque tenho consciência dos meus méritos, habilidades e na técnica da pesquisa que aprendi na biblioteconomia.

Acredito que em cada área de conhecimento que passei, eu trouxe a contribuição de pensar a partir da experiência do e com o vivido, trazendo isso pro centro da produção do conhecimento, trazendo a minha realidade e de semelhantes, o “campo-pista”*, para a academia. Quando estamos contidas numa dada realidade, temos outros elementos, dimensões e horizontes capazes de enriquecer qualquer pesquisa, dada a miríade de possibilidades no campo da pesquisa.

Penso que a educação cumpre o papel de nos abrir os olhos principalmente para a realidade que vivemos, nos orientando e nos colocando conscientes de que podemos e devemos ocupar outros espaços na sociedade, e que se quisermos continuar exercendo o trabalho sexual não é nenhum problema. Não andei pelos caminhos da educação para fechar os caminhos que transitei até hoje, porque se cheguei até o ambiente universitário é porque o trabalho sexual me possibilitou estar aqui produzindo, então não se trata de uma questão de escolha.

É possível ocupar outros espaços com habilidade e aptidões, então vejo um futuro em que não sejamos mais colocadas de forma compulsória na prostituição e que possamos fazer essa escolha, se nos couber. Um futuro com acesso integral à saúde, à ações afirmativas para pessoas trans, à empregabilidade através de plataformas como a *TransEmpregos*⁸¹, o que não era possível até um tempo atrás.

Me vejo como professora de instituição pública de ensino superior, porque foi a universidade pública que me possibilitou o conhecimento que tenho hoje,

⁸¹ Plataforma que visa facilitar a colocação de pessoas trans no mercado de trabalho formal, possibilitando que empresários e recrutadores as contratem.

os acessos, a permanência, e lá se vão 9 anos de dedicação à universidade pública, e me vejo ocupando esse espaço que é meu de direito; e, pretendo realizar essa conquista. **(Maria Zanela)**

De fato eu observo a concretização de uma representatividade na minha área acadêmica. Eu penso que se dá também porque eu comecei a colocar no papel as coisas que eu penso, sobre a psicologia, sobre a clínica, sobre os diagnósticos⁸², sobre o que é doença, saúde, dar um ponto de vista marcado pela travestilidade, pela transexualidade. Isso fez com que o meu trabalho fosse lido de uma maneira diferente. Eu acho que a minha principal contribuição foi ter fornecido um olhar epistêmico, crítico, teórico, subjetivo, literário, e afetivo para a produção de conhecimento, pensando na perspectiva privilegiada desse corpo marcado pela diferença. É um olhar específico, um olhar que diz de onde venho, um olhar fragmentado, um olhar que por ser fragmentado consegue se colar a outros olhares e produzir novos fragmentos. Então a psicologia se socializa muito com outras áreas, com a filosofia, sociologia, estudos sociais e eu agradeço muito por estar compondo esse campo de estudos trans e por minhas produções contribuírem para essa nova epistemologia, fico muito feliz. **(Sofia Favero)**

Gosto de me imaginar uma ponte entre a academia e a militância, realizando pesquisas e produzindo obras na intersecção desses dois espaços. Sinto que estamos abrindo caminhos, criando rotas. Há muito risco, pois não temos muitas referências, muitas obras em que nos basear, mas isso também permite uma liberdade enorme.

Acredito que os pontos mais interessantes do meu trabalho sejam justamente as minhas produções sobre obras de autoria e/ou temática trans. Tenho tanto trazido visibilidade às produções de autoria trans, defendendo a importância capital dessas obras, quanto promovido a releitura do nosso cânone a partir de uma perspectiva trans.

Não acredito que apenas pessoas trans saibam falar sobre transgeneridade, mas sim que, numa sociedade tão marcadamente transfóbica como a nossa, é mais fácil uma pessoa trans se dar conta das armadilhas do discurso cisgênero ao falar dessa temática do que uma pessoa cis. Isso não é garantia de que a pessoa trans saberá o que dizer e que ela não cometerá enganos, mas pode significar que a intuição dela mereceria ser levada a sério. Ou seja, vale a pena nos aventurarmos pelos novos caminhos que as subjetividades trans têm criado, mas não deveríamos perder de vista o que a hegemonia cisgênera tem produzido também, pois temos muito a aprender com ela (inclusive sobre questões trans).

Venho desenvolvendo uma maneira peculiar de encarar a literatura desde que iniciei a minha transição. Essa maneira é trans, uma vez que sou trans, mas isso não quer dizer que toda pessoa trans pense ou veja a literatura da mesma forma. Há, evidentemente, algo nessa minha percepção que se deve ao fato de eu ter transicionado, mas a transição não resume quem eu sou, portanto corremos o risco de ser reducionistas se tratarmos essa minha produção/percepção como "trans". Eu sou muito mais coisas do que só "trans".

Algo que aprendi com a poesia concreta e que trago para a vida é a importância de dividir a minha obra em três frentes: a produção de literatura, a crítica literária e a tradução. Essas três frentes precisam ir se alimentando, criando novos caminhos, novos desafios, ou senão eu corro o risco de me

⁸² Sofia Favero tece importantes contribuições teóricas para criticar as nosologias psiquiátricas que ressoam sobre pessoas trans em seu livro *Crianças Trans*.

engessar e ficar repetitiva. Farei de tudo para evitar esse risco. **(Amara Moira)**

É evidente que a paixão de produzir conhecimento científico de todas as pesquisadoras citadas anteriormente é movida pelo desejo de reformular um mundo mais justo, igualitário e que saiba respeitar as diferenças, integralmente. Afinal, até pouco tempo atrás não havia condições mínimas para que pessoas trans existissem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nossa maior vingança será envelhecer. Qualquer travesti que passe dos 35 anos estará se vingando desse sistema.” (Keyla Simpson)⁸³

Figura 26: Keyla Simpson



Pretende-se aqui ressaltar os elementos discursivos que se repetem na medida que abrem brechas para que processos cíclicos de reprodução de ideias se retroalimentem (IAZZETTI, 2021), já que várias falas de minhas interlocutoras caminham para uma mesma direção.

Conforme pôde ser constatado, há uma extrema valorização pessoal das entrevistadas com suas atribuições e contribuições na vida acadêmica, o que as mantém persistentes e firmes diante de suas pesquisas, demonstrando intensa autoestima e empoderamento com suas ambições profissionais e acadêmicas. Não somente isso, ambas acreditam em um meio acadêmico menos teórico e mais focado nas práticas extensivas de pesquisa dissociadas aos ditames do elitismo, do formalismo, e do positivismo reinante.

A constituição de uma prática discursiva infratora e ao mesmo tempo subversiva constitui a nossa principal ferramenta para que nos ouçam. Favero (2020) ecoa esse desígnio:

Portanto, travestis intelectuais, escrevam! Utilizem as suas poéticas da navalha para denunciar as atrocidades de uma pretensa ideia de “biologia” sobre nós. Ela não nos serve, uma vez que segue os parâmetros incoerentes com nossa leitura de corpo. (...) Aqui, não cabe pensar mais uma leitura cisgênera para redobrar dor e repugnância. Devido a isso, nossa escrita precisa ser sanguínea, mas também sanguinária. Falamos do corpo e com o

⁸³ Travesti ativista e atual presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

corpo, porém pensando em formas de promover terrorismos contra a impiedade da hegemonia. Nossa diabrura é m escândalo. (p. 43, grifo meu)

Considero que universidades sejam, acima de tudo, cenário político oportuno para que novos protagonismos entrem em cena, seja através de correntes teóricas transfeministas que potencializem alianças entre os movimentos sociais (ARAÚJO, 2022), seja por meio de eventos científicos que oportunizem o debate acirrado em torno das discussões de gênero responsáveis por lutar em prol de uma igualdade efetiva entre os gêneros e em prol de uma maior solidariedade entre segmentos minoritários, seja por meio da desconstrução de discursos nosológicos e patologizantes que ressoam sobre nossas identidades de gênero: só assim abriremos terreno fértil para que uma epistemologia trans seja concretizada.

No entanto, as pretensões elencadas no parágrafo acima só serão concretizadas se houver um esforço árduo por parte do corpo docente e institucional em adotar estratégias políticas para que se efetive o acesso e a permanência de pessoas trans nas universidades, tarefa pouco incentivada pelas antigas gestões e administrações.

Mas ainda há esperanças, haja vista a articulação expressiva do governo executivo federal dos próximos anos (2023-2027) com políticas públicas aliadas à intervenções pedagógicas mais inclusivas e menos colonizadoras. Aguardamos, ansiosamente, para que haja um real estímulo no desestímulo à política de contingenciamento de gastos com a universidade pública, através da destinação de verbas públicas que transfiram renda⁸⁴, por exemplo, às pessoas trans matriculadas nas universidades públicas, para que possam custear os gastos que são próprios da mobilidade até a universidade, alimentação, moradia e outras eventuais despesas oriundas do envolvimento com as atividades acadêmicas.

A Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), através da Resolução Normativa 32 instituiu no ano de 2013, ano em que o Poder Executivo Federal era presidido por Luís Inácio Lula da Silva, fornece bolsas estudantis a fim de proporcionar auxílio financeiro mensal aos estudantes dos cursos de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica para a sua permanência na Universidade.

⁸⁴ O Programa Transcidadania, criado na gestão do ex-prefeito Fernando Haddad em 2015, na cidade de São Paulo, é um exemplo de política pública que através da transferência renda à pessoas trans em situação de vulnerabilidade social e econômica para que completem o ensino educacional básico

Não paremos por aqui. Ações afirmativas que estimulem o acesso de pessoas trans na universidade são igualmente muito necessárias. Em que pese alguns cursos de pós-graduação na UFSC já terem implementado nos processos seletivos para ingresso na pós-graduação, ainda não há uma ação afirmativa específica nos processos seletivos através do vestibular⁸⁵, ferramenta institucional de ingresso inicial na universidade, portanto ainda muito precisa ser feito para que haja vagas direcionadas exclusivamente para pessoas trans.

Não somente se configura substancial para que a permanência de pessoas trans nas universidades. Redes de afeto vinculadas aos familiares de pessoas trans e que desperte um diálogo mais próximo entre os mesmos são fundamentais. O apoio e amparo familiar, principalmente no processo de transição de gênero fornece ao indivíduo segurança e conforto para que seja uma fase mais amena e com maiores perspectivas de que depois da tempestade virá a bonança, conforme reza o ditado popular.

Atenta-se para o fato de que o índice de suicídio entre a população trans no Brasil é altíssimo. Segundo a ONG Internacional *National Gay and Lesbian Task Force*,⁸⁶ 41% das pessoas trans já tentaram suicídio nos EUA em algum momento, contra 1,2% da população cisgênero (aquela que não é trans). Em outra pesquisa realizada pelo Instituto Williams de Los Angeles⁸⁷ publicada em 2014, estimou que 40% das pessoas trans já tentou cometer suicídio. É estarrecedor tudo isso.

E por último, é preciso incentivar, por meio de projetos de pesquisa voltado às questões trans, a produção incessante de conhecimento. E para isso faz-se mister a articulação institucional de um corpo docente interessado em direcionar seu foco teórico na identidade trans, enquanto objeto de pesquisa. O Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS)⁸⁸ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fundado no ano de 1991, é um exemplo vivo de organismo universitário que desenvolve parcerias institucionais com equipes de investigação de outras universidades, tanto brasileiras como estrangeiras, com Organizações Não

⁸⁵ Com origem no latim, vestibulum significa "entrada".

⁸⁶ Com sede na cidade de Nova York, nos EUA, luta desde 1973 pelos direitos básicos de pessoas LGBTQIAP+. Possui um site oficial: <<https://www.thetaskforce.org/>>

⁸⁷ Criado em 2001 por filantropos para auxiliar na criação de políticas públicas para pessoas LGBTQIAP+. Possui um site oficial: <<https://williamsinstitute.law.ucla.edu/>>

⁸⁸ Tive o imenso prazer de ter aula com uma das professoras mais atuantes no núcleo, Prof. Dra. Miriam Pillar Grossi, a qual os estudos de gênero no Brasil devem imensas reverências.

Governamentais e com movimentos sociais que dialogam com as demandas relacionadas às populações trans na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina.

Desse modo, insisto aqui: é preciso dar potência para nossas vozes através do estímulo à vivência acadêmica, pois só através da produção de conhecimento poderemos produzir pedagogias de emancipação aptas a providenciarem a tão sonhada libertação política de todas as opressões e mazelas sociais que comprometem nossas expectativas máximas de vida, fato o qual somente se realizará por meio de uma afrontosa desestabilização linguística, normativa, ideológica e política dos espaços de poder. Isso é justiça social.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

ABU-LUGHOD, Lila. "Writing Against Culture." In: Lewin, E. (org.), *Feminist Anthropology: a Reader*. Oxford: Blackwell. Versão traduzida, 2006. "Escrevendo contra a cultura". 1991.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

AFONSO DA SILVA, José. *Curso de direito constitucional positivo*. 2000.

ALEIKSEIVZ, Renato. Michel Foucault e Paul B. Preciado: notas sobre a produção e a desconstrução de subjetividades. *Caderno de Gênero e Tecnologias*. 2017.

ALVES, Lulo & **OLIVEIRA**, Marília. As históricas únicas e seus impactos políticos na construção de representações e de identidades. *Revista Mulemba*. 2014.

AMARAL, Marília dos Santos, **SILVA**, Talita Caetano; **CRUZ**, Karla de Oliveira; **TONELLI**, Maria Juracy Figueiras. Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001 e 2010. *Psicologia e Sociedade*, v. 26 . 2014.

ANZALDUA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo*". Tradução por Édina de Marco. *Revista Estudos Feministas*. 2000.

ARAÚJO, Maria Clara. *Pedagogias da Travestilidade*. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2021. Bruna G. Benevides e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs.). Brasília. 2022.

BAUKJE, Prins & **COSTERA**, Irene. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos feministas*. Vol. 10. p. 155-167. 2002.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 2a. ed. Natal, Editora da UFRN, 2014.

BELMONTE, Pilar. *História da homossexualidade: ciência e contraciência no Rio de Janeiro (1970-2000)*. Tese de Doutorado. 2009.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade?* São Paulo. 2008.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro. Garamond. 2006.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro. 1992.

BONI, V. & QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. 2005.

BORBA, Rodrigo. Peles trans, mascaras cis: transfobia, patologização e táticas de resistência. In: Lopes, A.; Faccina, A.; Silva, D.. Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura, linguagem. Rio de Janeiro e Florianópolis. 2019.

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (org.) Usos & Abusos da História Oral. RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BUSIN, Valeria. Dissertação de Mestrado. Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PUC/SP). 2008.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. Performing Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre. Baltimore: The John Hopkins Press: 1990.

_____, Judith. Excitable Speech. A Politics of the Performatives. New York: Routledge. 1997.

_____, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2003.

_____, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016

CALDEIRA, Tereza. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia." *Novos Estudos* 21. p. 133-157. 1988.

CAETANO, Marcio. Performatividades reguladas: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação. Curitiba. 2016.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. Culpabilidade e Reprovação Penal. São Paulo. Sugestões Literárias. 1994.

CARDOSO, Vânia Zikan. 2007. "Narrar o mundo: estórias do "povo da rua" e a narração do imprevisível". *Mana*. 13(2):317-345. 2007.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo. 2005.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. São Paulo. 2005.

CIDADE, Maria Luiza. Nomes (im) próprios: Registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. 2016.

CLIFFORD, James. Introdução: Verdades parciais. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro. UERJ. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial. 2019.

CORDOVÉS, Alexander. Labirintos na compreensão de trajetórias. In Caminantes y caminos que se hacen al andar. Trajetórias de professoras/es de ensino médio em Cuba. Tese de doutorado. UFSC. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revistas Estudos Feministas. Florianópolis. 2002

DELMONDEZ, Polianne. Cartografia das práticas de subjetivação em experiências trans. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 17. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo. 2002.

EVARISTO, Conceição. “Escre(vi)(vendo)me: ligeiras linhas de uma auto-apresentação”. In: Nadilza Martins de Barros Moreira e Liane Schneider (orgs). Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora. João Pessoa:UFPB, Idéia/Editora Universitária. 2005.

EVARISTO, Conceição. Insubmissas Lagrimas de mulheres. Rio de Janeiro. 2016.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2005.

FAVERO, Sofia. Crianças trans: infâncias Possíveis. Coleção Saberes Trans. 2020.

FOUCAULT, Michael. Vigia e punir. Petrópolis: Vozes. 1999.

_____, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

_____, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro. 2009.

_____, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo. São Paulo. 2011.

GOMES, Megg Rayara. O diabo em forma de gente. Coletânea Saberes Trans. 2020.

GOMES, Megg Rayara. Nem ao Centro, nem à margem. Coletânea Saberes Trans. 2020.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro. 1982.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro. 2004.

GOLDSCHIMIDT, Eliana. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista:1719-1822*. São Paulo. 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro. 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. 1995.

HOOKS, Bell. *Teaching to Transgress: education as the practice of freedom*. New York, London: Routledge. 1994.

_____, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*. Tradução por Bhuvli Libânio. Rio de Janeiro. 2019.

_____, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução por Cátia Bocaiúva. São Paulo. 2019.

_____, **Bell**. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da Liberdade. Tradução por Marcelo Brandão. São Paulo. 2013.

JAY, M. In the empire of the gaze: Foucault and the denigration of vision in twentieth century french thought. In: HOY, D. *Foucault: a critical reader*. Londres: Basil Blackwell, 1986.

JESUS, Jaqueline. *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora. 2014.

_____, Jaqueline. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília. 2012.

JONES, Peter. *O Deus do Sexo: como a espiritualidade define a sua sexualidade*. São Paulo. 2007.

JUNQUEIRA, Rogerio. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. 2007.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1986.

KUMAGAI, Cibele; **MARTA**, Taís Nader. *Princípio da dignidade da pessoa humana*. 2015.

LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London. 1990.

LANGDON, E. Jean. A doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença. *Etnográfica*. V(2): p. 241-260 (Lisboa). 2001.

LAQUEUR, Thomas. *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press. 1994.

LEITE JUNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: Sexo, gênero e invenção das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ no discurso científico. Tese de doutorado. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: Margareth Rago, Alfredo Veiga-Neto, organizadores. *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte. 2009.

MALUF, Sonia. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos* 5(12): 69-82. **SMITH**, Barbara. Narrative Versions, Narrative Theories. *Critical Inquiry* 7(1): 213-236. 1999.

MASIERO, Luciana (2017). Um estudo antropológico sobre a trajetória de uma mulher transgênero lésbica em Barcelona. 2017.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista De Antropologia*, 34, p. 197-221. 1991.

MAZAERIEGOS, Dina. Uma análise antropológica das emergentes práticas discursivas das mulheres intelectuais mayas da Guatemala (1988 - 2008). Dissertação de Mestrado. UFSC. 2010.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva. 2000.

MINAYO, M. C. S.; **SANCHES**, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOIRA, Amara; **NERY**, João; **ROCHA**, Márcia; **BRANT**, T. *Vida trans: a Coragem de Existir*. 2017.

_____, Amara. “CIS By Trans”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis. 2017.

_____, Amara. *E se eu fosse puta*. 2017.

MUNGWINI, Paschah. *The question of epistemic justice: Polemics, contestations and dialogue*. 2018.

ODARA, Thiffany. Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação. Coletânea Saberes Trans. 2020.

OLIVEIRA, Eduardo. Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza. 2003.

OLIVEIRA, Vanilda. Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbiandades em Goiás. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás. 2006.

ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. Horizontes Antropológicos, v.13, n. 28: 375-405. 2007.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre. 2014.

PELÚCIO, Larissa. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. Tese de doutorado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2007.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática – conceito feminista. Revista Texturas. 2011.

PRADO, Kleber. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. 2017.

PRECIADO, Paul. Manifesto contrassexual, tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições. 2014.

_____, Paul. Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica, tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo. 2018.

PRINS; MEIJER, 2002. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Revista Estudos Feministas. P. 155-167.

RAMOS, Silvia. Violência e Homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam e colaboradoras: Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades. Rio de Janeiro. 2005.

RESTREPO E., & ROJAS A. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Ed. Universidad del Cauca, Popayán. 2012.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento. 2017.

SALES, Adriana. Travestilidades e escola em narrativas de alunas travestis. Universidade Federal do Mato Grosso. 2012.

SANTOS, Neuza Souza. Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social. Rio de Janeiro. 1983.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre. 2001.

SERANO, Julia. Whipping Girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity. Emeryville: Seal Press, 2007.

SCOTT, Jonn. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade: Gênero e Educação. 1995.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; **BERTOLIN**, Patrícia Tuma Martins. O direito e as políticas públicas no Brasil. São Paulo. 2013.

TEIXEIRA, Flavia. Histórias que não têm Era Uma Vez: As (in)certezas da transexualidade. Revista de Estudos Feministas. 2012.

TREVISAN, João. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil. Rio de Janeiro. 2000.

TURNER, Victor. Social Dramas and the Stories about them. *Critical Inquiry* 7(1): 141-168. [Dramas sociais e as histórias sobre eles. 1980.

VERGUEIRO, Viviane. Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes: Uma Análise Autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2015.

ZANELA, Maria. Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, 2019.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO

1. Como foi sua introdução no movimento trans? Como você o enxerga e como você julga a sua participação nele?
2. Como se deu sua trajetória escolar até a inserção na universidade?
3. Qual a sua formação acadêmica e por qual motivo escolheu ela?
4. O que levou você a escolher o magistério/docência?
5. Quais as maiores barreiras enfrentadas como trans no magistério?
6. Como você se vê como pesquisadora na atualidade?
7. Você se reconhece trans desde quando? Como foi esse despertar e como se deu sua transição de gênero?
8. Como se deu o processo de auto-afirmação e afirmação para o mundo externo da sua identidade?
9. Como você visualiza a relação entre a sua produção intelectual e a concretização de uma representatividade na sua área acadêmica?
10. Qual sua principal contribuição epistemológica na sua área de pesquisa? Poderia me destacar alguns conceitos que você julga importantes?
11. Você considera que sendo uma pessoa trans você consegue ter um lugar de fala específico capaz de ter um outro olhar com mais sensibilidade e autoridade acerca da sua pesquisa?

12. Segundo a ANTRA 90% das mulheres trans e travestis exercem o trabalho sexual. Como você acha que a educação pode afetar a vida dessas trabalhadoras sexuais?

13. Você identifica uma epistemologia trans na sua área de pesquisa? Se sim, como as suas produções contribuem para essa nova epistemologia?

14. Como você visualiza o futuro das novas gerações trans?

15. Quais seus projetos para o futuro enquanto pesquisadora/docente?